



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
PERNAMBUCO - CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MARIA RITA VALÕES DA SILVA

**O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Olinda
2023

MARIA RITA VALÕES DA SILVA

**O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Andreza Maria de Lima.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto: Propostas metodológicas e recursos didáticos em espaços formais e não formais de ensino na Educação Profissional e Tecnológica.

Olinda
2023

S586a Silva, Maria Rita Valões da.

O assistente social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do ensino médio integrado. / Maria Rita Valões da Silva. – Olinda, PE: O autor, 2023.

148 f.: il., color. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Andreza Maria de Lima.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda, Coordenação Local ProfEPT/IFPE - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2023.

Inclui Referências, Apêndices e Anexos.

1. Serviço social escolar. 2. Assistente social - profissão. 3. Representações sociais. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5. Ensino Médio Integrado. I. Lima, Andreza Maria de (Orientadora). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE. III. Título.

361.38

CDD (22 Ed.)



**INSTITUTO
FEDERAL**
Pernambuco

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Pernambuco

MARIA RITA VALÕES DA SILVA

**O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 26 de abril de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Andreza Maria de Lima - Presidente/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Valquíria Farias Bezerra Barbosa - Examinadora Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Bernardina Santos Araújo de Souza - Examinadora Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Kiara Tatianny Santos da Costa - Examinadora Externa
Universidade Federal de Campina Grande

MARIA RITA VALÕES DA SILVA

**BLOG: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Olinda do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 26 de abril de 2023

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Andreza Maria de Lima - Presidente/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Valquíria Farias Bezerra Barbosa - Examinadora Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Bernardina Santos Araújo de Souza - Examinadora Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Kiara Tatianny Santos da Costa - Examinadora Externa
Universidade Federal de Campina Grande

À minha filha que tanto amo, Sophia Valões,
motivo de minha perseverança em toda essa
caminhada. Que este trabalho seja um estímulo
na busca de diversas conquistas em todas as
fases de sua vida!

AGRADECIMENTOS

A DEUS pela oportunidade de alcançar mais um sonho em minha vida através da perseverança e no momento certo;

Aos(às) discentes que participaram desta pesquisa que, com as reflexões compartilhadas, foram capazes de impulsionar esta pesquisa, facilitando meu acesso ao campo da investigação e contribuíram com as informações;

À Profa. Dra. Andreza Maria de Lima. Obrigada pela confiança e pelos conselhos nos momentos difíceis ao longo da caminhada, propiciando a tranquilidade necessária para acreditar no meu potencial;

Ao meu esposo agradeço pela sua contribuição para que eu pudesse cursar todas as disciplinas no decorrer do período de aulas, pela paciência diante da minha demanda nesse período e pela compreensão de minhas ausências ao longo desses últimos anos;

Às Assistentes Sociais Josy Constantino, Mary Sena e Michele Marinho. Obrigada pelo compromisso e disponibilidade com as demandas do Serviço Social durante a minha ausência;

Às professoras participantes da Banca de qualificação e da Banca de defesa, Prof^a. Dr^a. Valquíria Farias, Prof^a. Dr^a. Bernardina Santos e Prof^a. Dr^a. Kiara Tatianny, pela disponibilidade, atenção e pelas importantes contribuições feitas a este trabalho, desde o instante da qualificação;

Ao Diretor Geral do IFPE - *campus* Pesqueira, Prof^o Dr^o Valdemir Mariano, exemplo de fraternidade ao próximo;

Aos servidores do IFPE - *campus* Pesqueira, Emilly Farias, Heloísa Araújo, Henrique Cândido e Wellyson Fernando, pelo apoio e compreensão de sempre;

À Assistente Social Simone Leite, por ceder espaço para realização da minha pesquisa;

Ao Diretor Geral do IFPE - *campus* Belo Jardim, Prof^o Dr^o Marcos Antônio Germano, por permitir a realização dessa pesquisa;

A todos(as) os(as) colegas do Mestrado, que contribuíram com a minha trajetória, na certeza de que a Educação Profissional e Tecnológica é transformadora.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. (FREIRE, 2015, p. 52)

RESUMO

Na atualidade, os Institutos Federais constituem o espaço de atuação mais ocupado pelos Assistentes Sociais no campo da educação, devido à expansão dessas instituições e à necessidade de se oferecer uma Política de Assistência Estudantil aos(as) estudantes, especialmente do Ensino Médio Integrado. Nesse contexto, nesta pesquisa, buscamos analisar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Belo Jardim. Constituíram-se referenciais teóricos sobre o Serviço Social na educação brasileira autores como: Barbosa (2015), Almeida (2000, 2003), Duarte (2019), Prada (2015), Abreu (2004, 2010, 2017, 2018) e Martins (2012). O referencial da pesquisa é a Teoria das Representações Sociais, originada por Serge Moscovici. A pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa, utilizamos, como técnica de coleta, a entrevista semiestruturada e tivemos a participação de oito estudantes. Na segunda, em que participaram cinco estudantes da primeira etapa, utilizamos o grupo focal. Para a análise dos depoimentos coletados nas duas etapas, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categrorial Temática, de Bardin (2016). Os resultados mostraram que os(as) estudantes representam o Assistente Social como o “profissional da Bolsa” e como o profissional que informa e tira dúvidas, não apenas sobre questões como bolsas e projetos, mas também sobre direitos. Esse conteúdo representacional está relacionado às relações e vivências pessoais que os(as) estudantes construíram no cotidiano escolar com o Assistente Social, que estão interligadas à reconfiguração do trabalho desse profissional na educação brasileira nas últimas décadas. Desenvolvemos, como Produto Educacional, o blog “O Assistente Social na EPT”, com o objetivo de socializar informações sobre a atuação do Setor de Serviço Social e ações que o Assistente Social desenvolve na EPT. O recurso é direcionado para a comunidade estudantil, e pode ser utilizado por toda a comunidade escolar. A avaliação do Produto foi realizada por estudantes participantes do estudo. Esta pesquisa, além de contribuir para a produção do conhecimento sobre o Assistente Social na EPT e favorecer o aperfeiçoamento dessa prática profissional no acompanhamento do percurso formativo dos(as) estudantes, poderá possibilitar à comunidade acadêmica a construção de uma compreensão mais ampla do trabalho do Assistente Social na EPT, fortalecendo experiências e relações deste com os(as) estudantes e possibilitando compreender sua contribuição no processo de formação de cidadãos.

Palavras-Chave: Assistente Social. Estudante. Educação Profissional e Tecnológica. Ensino Médio Integrado. Representações Sociais.

ABSTRACT

Currently, Federal Institutes are the space most occupied by Social Workers in the field of education, due to the expansion of these institutions and the need to offer a Student Assistance Policy to students, especially in Integrated High School. In this context, in this research, we seek to analyze the social representations of the Social Worker in Professional and Technological Education (EPT) built by students of Integrated High School courses at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pernambuco (IFPE) - Belo Jardim campus. Theoretical references on Social Work in Brazilian education were constituted by authors such as: Barbosa (2015), Almeida (2000, 2003), Duarte (2019), Prada (2015), Abreu (2004, 2010, 2017, 2018) and Martins (2012). The research framework is the Theory of Social Representations, originated by Serge Moscovici. The research is of a qualitative nature and was carried out in two stages. In the first stage, we used, as a collection technique, the semi-structured interview and had the participation of eight students. In the second, in which five students from the first stage participated, we used the focus group. For the analysis of the testimonies collected in the two stages, we used the Thematic Categorical Content Analysis Technique, by Bardin (2016). The results showed that the students represent the Social Worker as the “professional of the Scholarship” and as the professional who informs and answers questions, not only about issues such as scholarships and projects, but also about rights. This representational content is related to the relationships and personal experiences that the students built in the school routine with the Social Worker, which are intertwined with the reconfiguration of this professional's work in Brazilian education in recent decades, seeking to implement the right to education and the exercise of citizenship. We have developed, as an Educational Product, the blog “The Social Worker at the EPT”, with the aim of sharing information about the performance of the Social Service Sector and actions that the Social Worker develops at the EPT in the face of the social problem that involves society, the community school and teaching and learning processes. The resource is aimed at the student community, and can be used by the entire school community. The Product evaluation was carried out by students participating in the research, who contributed to its improvement and gave suggestions to facilitate access to the contents. This research, in addition to contributing to the production of knowledge about the Social Worker in the EPT and favoring the improvement of this professional practice in monitoring the training path of the students, may enable the academic community to build a broader understanding of the work of the Social Worker at EPT, strengthening his experiences and relationships with students and making it possible to understand his contribution in the process of forming citizens.

Keywords: Social Worker. Student. Professional and Technological Education. Integrated High School. Social Representations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CONIF	Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais
FDE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CGAE	Coordenação Geral de Assistência ao Estudante
CONEDU	Congresso Nacional de Educação
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMI	Ensino Médio Integrado
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IMIP	Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNE	União Nacional dos Estudantes
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PBP	Programa Bolsa Permanência
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adultos
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica

TI	Técnico Integrado
TRS	Teoria das Representações Sociais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (2011-2020).....	44
Quadro 2 – Síntese do desenho da pesquisa	58
Quadro 3 – Caracterização dos(as) participantes.....	68

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	23
2.1 A (re)configuração do trabalho do Assistente Social na educação brasileira	23
2.2 O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais na perspectiva do trabalho como princípio educativo	30
2.2.1 A Dimensão Socioeducativa do trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais	37
3 O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O ESTADO DA ARTE	43
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITO E FUNÇÕES	50
5 METODOLOGIA	58
5.1 Campo empírico e critérios de participação na pesquisa	59
5.2 Técnicas de coleta de informações	60
5.2.1 Primeira etapa da pesquisa	60
5.2.2 Segunda etapa da pesquisa	61
5.3 Técnica de análise de dados	62
5.4 O percurso no campo empírico	64
5.5 Caracterização dos(as) participantes da pesquisa	67
5.6 Procedimentos éticos	69
6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EPT CONSTRUÍDAS POR ESTUDANTES DOS CURSOS DE EMI DO IFPE - CAMPUS BELO JARDIM	70
6.1 O Assistente Social é o profissional da Bolsa	70
6.2 O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas	75
7 PRODUTO EDUCACIONAL	83
7.1 Produto Educacional “Blog”: justificativa	83
7.2 Blog “o Assistente Social na EPT”: o processo de desenvolvimento	86
7.3 Avaliação da aplicação do Produto Educacional	88
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	108
APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL I.....	109
APÊNDICE C - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL II.....	110
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS).....	111
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)	114
APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (MENORES DE 12 A 18 ANOS)	117
APÊNDICE G - TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE	119
APÊNDICE H - LISTA DE INTERESSE EM PARTICIPAR DE PESQUISA DE MESTRADO.....	120
APÊNDICE I - CONTEÚDO DO BLOG: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT).....	121
APÊNDICE J - IMAGENS DO BLOG.....	134
APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO BLOG.....	138
ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA.....	140
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	141
ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA	145
ANEXO D - TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE	146
ANEXO E - FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS.....	147
ANEXO F - PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM EBOOK.....	148

1 INTRODUÇÃO

O Assistente Social atua em áreas de vulnerabilidade, decorrentes das desigualdades sociais que perpassam a sociedade. A área da educação torna-se, assim, um importante espaço de atuação desse profissional à medida que essas desigualdades se manifestam das mais variadas formas no âmbito escolar. Em outras palavras, o Assistente Social atua nas expressões da questão social¹ que se refletem na escola em forma de violência, evasão escolar, entre outras.

Durante as décadas de 1980 e 1990 do século passado, o debate acerca do direcionamento ético-político da profissão dos Assistentes Sociais contribuiu para a intensificação da sua presença no campo da educação. Após a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), período de consolidação do projeto ético-político da categoria, o Serviço Social passa a vivenciar um momento de expansão dos campos de trabalho, sobretudo nas políticas públicas, que repercute na formação profissional, no direcionamento social e na reconstrução da própria natureza da atividade.

No entanto, é apenas a partir dos anos 2000 que a reflexão em relação à inserção desses(as) profissionais na Política de Educação passou a ter destaque nos espaços de discussão coletiva da categoria profissional. No âmbito da educação, os Projetos de Lei nº 3.688/2000 (BRASIL, 2000) e nº 837/2003 (BRASIL, 2003), que dispõem sobre a inserção do Assistente Social no quadro de profissionais da escola pública, representa não só um novo campo de trabalho, como desperta a discussão sobre a presença desse profissional, sua relevância e os desafios nesse contexto. Desde então, o Serviço Social tem realizado várias discussões e abarcado frentes de lutas que venham a estreitar essa interface com a Política Educacional.

É, portanto, a “questão social” que justifica a necessidade da profissão de Serviço Social. Nesse sentido, as atribuições e competências dos Assistentes

1 Diversos autores utilizam o termo “questão social” para definir “[...] o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 156). Esse termo pode ser definido ainda como um conflito oriundo das contradições do sistema capitalista, fruto da sua lei geral, em que a produção da pobreza é condição para a acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI 2009).

Sociais estão aliadas à capacidade de compreender como as desigualdades sociais se manifestam no cotidiano profissional. A luta da profissão pela efetivação e consolidação dos direitos sociais envolve o enfrentamento dessas desigualdades. A garantia do acesso aos direitos sociais se dá por meio de Políticas Sociais que, por vezes, consistem em respostas fragmentadas às expressões da “questão social” (CFESS, 2012).

Desse modo, constitui-se um desafio à profissão dos Assistentes Sociais “[...] dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais” (CFESS, 2012, p. 28), buscando ampliar e consolidar os direitos sociais, de forma que o profissional não seja mero executor de políticas públicas ou considerado solucionador dos problemas sociais. Nesse contexto, cumpre destacar que a Política de Educação, no cenário nacional, adquiriu um novo formato no que diz respeito à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a partir do Decreto nº 6.095/2007 (BRASIL, 2007), que definiu Diretrizes para a constituição dos Institutos Federais. Esse Decreto foi legitimado com a publicação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais.

Arcary (2015) apresenta um desenho da trajetória dessas instituições, chamando a atenção para as cinco fases pela qual passou. Dessas fases, destacamos a quarta (2003-2008), marcada pelo primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004² (BRASIL, 2004), que possibilitou o Ensino Médio Integrado (EMI); e a quinta fase (2008-2014), que ocorreu durante o segundo mandato do governo Lula, quando houve a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) em Institutos Federais, a partir da aprovação da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008)³. A Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), em seu Art. 2º, define os Institutos Federais como: “[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares

2 Esse Decreto regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: integrada, concomitante e subsequente (Art. 4º, § 1º, Inciso I, II e III).

3 Sobre as três primeiras fases, o autor explica que, na primeira (1968-1988), o ensino público atingiu o status de melhor ensino nessa modalidade. Na segunda fase (1988-1996), os servidores dos CEFETs passaram da condição de celetistas para estatutários, dando-se início à abertura dos concursos públicos. A terceira fase (1996-2003) materializa-se pela equivalência do nível tecnológico com o nível superior da educação profissional e a separação entre os ensinos médio e técnico.

e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino [...]”.

Desse modo, a criação/expansão dos Institutos Federais passou a ser um largo espaço de atuação dos Assistentes Sociais no campo da educação. De acordo com Silva (2020), a admissão da maioria desses(as) profissionais nas Instituições Federais de Ensino ocorreu após 2009, principalmente devido a criação dos Institutos Federais em 2008, a regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010⁴, que tem sido alvo de destinação de recursos do Governo Federal e demandadas às Instituições a sua execução.

O PNAES concebe a Política de Assistência Estudantil como um direito de cidadania, pois possibilita, a estudantes da classe trabalhadora, condições que favorecem uma formação ampla e comprometida com a cidadania. O Programa compõe o conjunto de ações que visam à democratização do acesso e da permanência de estudantes “[...] viabilizando a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e agindo, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010, p.02).

Destacamos que, a partir do Decreto de 2010, o Programa incluiu, como beneficiários, estudantes matriculados nos Institutos Federais⁵. Atualmente, é o principal documento norteador da construção das ações de Assistência Estudantil nessas instituições. No artigo 4º, o Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010) preceitua que as ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais superiores, “*abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente*” (grifos nossos).

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a área de educação se constituiu como o espaço sócio-ocupacional mais ocupado por esses profissionais,

4 Destacamos que o PNAES, elaborado pelo FONAPRACE em 2001, no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi atualizado e encaminhado ao MEC somente em 2007. A partir desse momento, iniciou-se junto ao MEC uma discussão para implantar esse Programa, culminando com a sua aprovação, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2010).

5 Com relação à implementação do PNAES nos Institutos Federais, foi realizado, em 2010, o primeiro evento oficial, intitulado “Seminário Nacional de Assistência Estudantil: Construção de Princípios e Diretrizes”, realizado em Fortaleza – CE, organizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE), do Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais (Conif).

especialmente no âmbito federal, devido à expansão dos Institutos Federais e à necessidade de se oferecer uma Política de Assistência Estudantil aos(as) estudantes da Rede Federal (CFESS, 2012).

No âmbito do IFPE, a Política de Assistência Estudantil tem o objetivo de auxiliar o corpo discente no desempenho das atividades acadêmicas e prevê a execução de diversos programas de apoio que favoreçam a permanência do estudante na instituição, tais como: Programa Bolsa Permanência (PBP)⁶, Programa Moradia e Refeitório Estudantil, Programa de Apoio à Participação em Eventos, Programa de Apoio a Visitas Técnicas, Programa de Assistência ao Estudante do Programa de Educação para Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Auxílio Financeiro, Programa Benefício Eventual, Programa de Acompanhamento Biopsicossocial, Programa de Incentivo à Arte e Cultura e Programa de Incentivo ao Esporte e Lazer (IFPE, 2021).

Nesse sentido, a inserção do Assistente Social na EPT está ligada a sua contribuição e à formação de uma demanda social de educação e reivindicação posta pela classe trabalhadora, que colocou em destaque demandas institucionais que exigiram a atuação de profissionais habilitados para respondê-las. Assim, diante da demanda crescente pela Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino, abre-se um largo campo para a atuação dos Assistentes Sociais, imprescindíveis no processo de elaboração, implementação e avaliação dos programas estudantis. Esses profissionais deparam-se com um número de usuários demandatários da Política de Assistência Estudantil superior ao número de benefícios e auxílios disponíveis, o que reflete a realidade de acesso às demais políticas públicas em nosso país. Desse modo, o número de Assistentes Sociais tem crescido a cada ano no interior das Instituições Federais.

No entanto, o Serviço Social na educação não se reduz à Assistência Estudantil e tampouco se simplifica nos auxílios estudantis; as dimensões formativas e interventivas desse profissional vão muito além. O acúmulo de trabalho, imposto pelos processos seletivos dos auxílios estudantis, ocupa o cotidiano profissional de tal forma que até o processo de acompanhamento dos(as) estudantes contemplados

⁶ Destacamos que, com a reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE, a partir da Resolução CONSUP/IFPE nº 133, de 30 de junho de 2022, o PBP passou a ser nomeado de: Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica. No entanto, considerando que essa mudança é recente, optamos por utilizar “PBP” no texto.

com o auxílio não se torna possível. A vulnerabilidade social não deve apenas ser atendida com o repasse financeiro desse benefício, o acompanhamento aos(as) estudantes nessa situação é essencial para a complementaridade do trabalho profissional do Assistente Social no Programa de Auxílio Estudantil.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), um dos Institutos criados pela Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), tem como missão: “Promover a educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão” (IFPE, 2021).

O art. 7º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que trata dos objetivos dos Institutos Federais, preceitua, como um dos objetivos dos Institutos Federais, “ministrar educação profissional técnica de nível médio, *prioritariamente na forma de cursos integrados*, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2008, grifos nossos). Nesse sentido, o EMI à Educação Profissional surge de forma inclusiva e de qualidade para a população, mediante a ampliação da oferta de vagas, contribuindo na democratização do acesso à Educação Básica (RAMOS, 2008).

O EMI é uma forma de oferta do Ensino Médio que supera a divisão histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para Ramos (2008, p. 3), há três sentidos de integração que se complementam: “[...] como concepção de formação humana, como forma de relacionar Ensino Médio e Educação Profissional e como relação entre parte e totalidade na proposta curricular”. Assim, concordamos com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) quando afirmam que o EMI, pautado em uma base de formação geral, representa uma condição necessária para que se possa fazer a travessia para uma nova realidade na educação do país.

A responsabilidade pela formação integral dos(as) estudantes não recai apenas para o professor; todos os profissionais envolvidos na EPT, especialmente na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), possuem coparticipação nessa missão, destacando-se o Assistente Social.

Nos Institutos Federais, o Assistente Social faz parte de uma equipe multiprofissional⁷, o que coloca a possibilidade de realizar um trabalho articulado, a partir da percepção das várias dimensões que compõem o processo educacional. Dessa maneira, algumas demandas chegam ao Serviço Social através desses(as) profissionais, de quem o professor pode ser um dos principais aliados, uma vez que a convivência diária com os(as) estudantes em sala de aula pode possibilitar a identificação de situações diversas que estejam sendo vivenciadas por estes, encaminhando demandas referentes a problemas familiares e sociais. É a partir dessas demandas que são definidas as ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais.

O papel dos Assistentes Sociais na educação é de viabilizar os direitos sociais dos usuários, por meio de programas e políticas sociais, identificando fatores econômicos, sociais e culturais com o objetivo de minimizar as questões sociais que perpassam o cotidiano no campo educacional. Sua prática profissional desdobra-se em possibilidades de apoiar e acompanhar o acesso, o desempenho e a permanência de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presente nos processos de ensino e aprendizagem.

Atuo como Assistente Social no IFPE – *campus* Pesqueira desde 2015. Durante o exercício profissional na Assistência Estudantil do *campus*, vivenciei a intensificação das demandas desse profissional, as quais estão relacionadas ao desenvolvimento dos Programas de Assistência Estudantil, ao atendimento individualizado aos(às) estudantes e suas famílias e às ações que contribuem para o processo de formação e socialização e garantem a permanência e o êxito desses(as) estudantes.

Ao vivenciar a intensificação das demandas da profissão, constatei certo desconhecimento do fazer profissional do Assistente Social por parte dos(as) estudantes do EMI participantes da Política de Assistência Estudantil. Em grupos de trabalho com outros Assistentes Sociais que atuam no IFPE, escutei relatos de que o desconhecimento dos(as) estudantes sobre o fazer profissional do Assistente Social atinge diferentes espaços institucionais, principalmente no interior do Estado,

7 A equipe multiprofissional é constituída por Assistente Social, Psicólogo/a, Pedagogo/a, Técnico/a em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Libras/Tradutores, Nutricionista e demais profissionais de saúde, Assistente de Alunos e Professor/a de Educação Física (IFPE, 2022).

a exemplo do *campus* Belo Jardim. Os(As) estudantes beneficiados pela Política de Assistência Estudantil, no entanto, têm contato frequente com o Assistente Social.

Esse cenário instigou o interesse em realizar esta pesquisa, em que buscamos responder à seguinte questão: quais as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes do EMI do IFPE - *campus* Belo Jardim? A Teoria das Representações Sociais (TRS), elaborada por Serge Moscovici, é o referencial teórico-metodológico da pesquisa. De acordo com Jodelet (2001), as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são frutos de representações sociais, uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. Essas representações são produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade (JODELET, 2001).

De acordo com Almeida (2009, p. 728), as representações sociais se constroem nas "[...] relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro, em função de sua pertença e posição". Desse modo, concordamos com Jodelet (2005) quando afirma que, ao acessarmos as práticas e relações sociais, nos aproximamos das representações que as sustentam. Partimos da hipótese, portanto, de que as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes estão diretamente associadas às relações e vivências pessoais que estes estabeleceram com o profissional Assistente Social.

Sendo assim, nesta pesquisa, temos, como objetivo geral, **analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de EMI do IFPE - *campus* Belo Jardim.**

Como objetivos específicos, delimitamos:

- 1) Identificar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes;
- 2) Compreender o processo de construção das representações sociais do Assistente Social na EPT pelos(as) estudantes;
- 3) Compreender as contribuições do Assistente Social na trajetória escolar dos(as) estudantes a partir das representações sociais construídas;
- 4) Desenvolver, como Produto Educacional, um blog sobre o Assistente Social na EPT.

Salientamos que a elaboração de um Produto Educacional é uma das exigências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para a conclusão dos Mestrados Profissionais na área de ensino (CAPES, 2013).

Destacamos que realizamos o Estado da Arte sobre o Assistente Social na EPT em teses e dissertações produzidas por pesquisadores da área de Ensino no período de 2011 a 2020. Localizamos apenas 3 dissertações e 1 tese. De modo geral, esses trabalhos buscam compreender as particularidades do exercício profissional nas instituições públicas de ensino, principalmente no que concerne aos cursos técnicos integrados. Destacamos que não identificamos trabalhos fundamentados na TRS.

Desse modo, consideramos este estudo relevante, pois, além de utilizar um referencial ainda não explorado nos estudos, o trabalho do Serviço Social nas instituições de EPT está em consonância com o projeto ético-político da profissão e pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano (CFESS, 2012).

Desse modo, analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes que estão concluindo o EMI poderá contribuir para o aperfeiçoamento dessa prática profissional e exercer um papel ativo e participativo frente aos processos de ensino e aprendizagem desses(as) estudantes.

Reiteramos, por fim, que o cenário atual apresenta a necessidade de engajar os Assistentes Sociais na Política Educacional e nas instituições escolares, para que possam atuar no enfrentamento das expressões da questão social que existem no convívio dos alunos dentro e fora das escolas, intervindo de uma forma que possibilite a apreensão da totalidade social, buscando também atender às necessidades sociais de seu público-alvo.

Esta Dissertação, além deste capítulo introdutório, possui sete capítulos, referências, apêndices e anexos.

O segundo capítulo apresenta as duas categorias teóricas sobre o Serviço Social na Educação Brasileira: “A (re)configuração do trabalho do Assistente Social na educação brasileira” e “O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais, na perspectiva do trabalho como princípio

educativo”. Essa categoria possui uma subcategoria, intitulada: “A Dimensão Socioeducativa do trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais”.

O terceiro capítulo apresenta o “Estado da Arte” sobre o Assistente Social na EPT com foco no EMI, que traz os resultados do estudo sobre a produção do conhecimento a respeito do Assistente Social na EPT.

O quarto capítulo, “Representações Sociais: conceito e funções”, discute a Teoria das Representações Sociais a partir da perspectiva de Moscovici (2003) e Jodelet (2001).

O quinto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, o campo empírico, os critérios de participação, os procedimentos de coleta, o procedimento de análise, o percurso no campo empírico, caracterização dos(as) participantes e os procedimentos éticos.

O sexto capítulo traz a análise dos depoimentos coletados através das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, a partir das categorias temáticas: “O Assistente Social é o profissional da Bolsa” e “O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas”.

O sétimo capítulo apresenta o Produto Educacional desenvolvido para responder a um questionamento do campo da prática profissional. Apresenta a justificativa da escolha pelo blog e descreve o processo de desenvolvimento e de avaliação da aplicação.

O oitavo e último capítulo, de considerações finais, responde ao objetivo da pesquisa, sugere estudos futuros de aprofundamento da temática e ressalta a importância do Produto Educacional como ferramenta de divulgação sobre a atuação profissional do Assistente Social na EPT.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo, apresentamos as duas categorias teóricas sobre o Serviço Social na Educação Brasileira: “A (re)configuração do trabalho do Assistente Social na educação brasileira”, construída a partir de autores como Barbosa (2015), Kowalski (2012) e Almeida (2000, 2003); e “O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais, na perspectiva do trabalho como princípio educativo”, construída a partir de autores como Duarte (2019), Prada (2015), Ramos (2008, 2010) e Frigotto (1991, 2006). Essa categoria possui uma subcategoria, intitulada: “A Dimensão Socioeducativa do trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais”, construída a partir de autores como Gramsci (1978, 2004) e Martins (2012).

2.1 A (re)configuração do trabalho do Assistente Social na educação brasileira

O percurso histórico da Assistência Estudantil mostra que a reivindicação em torno das condições para a permanência dos(as) estudantes nas instituições de ensino por meio da destinação de mecanismos e recursos para que possam concluir os estudos não é recente. Essa é uma bandeira de luta que acompanha os processos de defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade (COSTA, 2009; NASCIMENTO, 2014).

Em seus estudos, Kowalski (2012) aponta que datam do final da década de 1920 as primeiras ações de assistência ao estudante. A autora destaca, como marco inicial, a construção da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, em 1928. Nessa época, o poder público brasileiro era responsável pela manutenção da casa e dos(as) discentes.

Na década de 1930, dois acontecimentos marcam a Assistência Estudantil no Brasil. O primeiro refere-se à abertura da Casa do Estudante, na cidade do Rio de Janeiro, e o segundo está relacionado com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). Essa entidade, ao longo dos anos, esteve presente na cena política do país e, particularmente, na luta pela educação, sendo um dos principais sujeitos políticos em defesa da Assistência Estudantil, também contemplada na Constituição de 1934 (KOWALSKI, 2012). De acordo com Barbosa (2015), é durante

a década de 1930, que a demanda social pela educação da classe trabalhadora foi reconhecida, justamente quando o Estado institucionaliza a educação a partir da Constituição Republicana de 1934. É nesse contexto, conforme a autora, que há a inserção do Assistente Social na educação brasileira.

Portanto, a educação se coloca como uma das demandas fomentadas pela classe trabalhadora, o que implica compreender que “[...] o problema do analfabetismo, da evasão escolar e da repetência irá se configurar ao longo das décadas como uma demanda institucional, a qual exigirá respostas para seu enfrentamento” (BARBOSA, 2015, p.100). Esse enfrentamento se dará com a institucionalização de profissões, tais como a do Serviço Social.

Desse modo, o Assistente Social, inserido no processo de luta entre as classes fundamentais da sociedade capitalista, atua como um dos mediadores de conflitos, visando à ampliação das possibilidades de permanência dos(as) estudantes. De acordo com Barbosa (2015), os primeiros Assistentes Sociais na educação eram designados para estabelecer e fortalecer uma relação entre a escola e os pais dos alunos, sendo a família considerada como grande responsável pelo desempenho escolar dos filhos. A perspectiva que se tinha de educação era basicamente voltada para a conformação e harmonia social, sendo inexistente o debate da educação enquanto instrumento de contribuição para a emancipação humana.

Nesse sentido, “[...] a atuação do Assistente Social na educação se realiza a partir de movimento histórico entre reconhecimento e institucionalização de demandas sociais e a emergência de demandas institucionais” (BARBOSA, 2015, p.159). Ressaltamos, assim, que as demandas apresentadas se configuram enquanto demandas institucionais que expressam as necessidades do capital e exigem a intervenção de profissionais que estejam qualificados para respondê-las, o que implica uma necessidade do Serviço Social no espaço da escola, na qual o Assistente Social atua para garantir a permanência do educando.

Kowalski (2012) pontua que, na década de 1940, a Assistência Estudantil comparece, mais uma vez, na legislação brasileira, assumindo um caráter de obrigatoriedade, uma vez que os sistemas de ensino deveriam contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade. Conforme a autora, no entanto, nas décadas de 1930 e de 1940, mesmo constando entre as

ações do Estado brasileiro, é notório o caráter restrito da Assistência Estudantil, tendo em vista o reduzido número de pessoas que frequentavam instituições formais de ensino.

Kowalski (2012) explica que, a partir da Constituição Federal de 1946, a Assistência Estudantil passou a ser garantida em caráter obrigatório para todos os níveis de ensino. Conforme consta no Capítulo II, “Da Educação e da Cultura”, artigo 172, “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, p.89).

Nesse contexto histórico, Kowalski (2012) ressalta que, na década de 1950, teve início à ampliação do acesso ao ensino. Contudo, o aumento no número de matrículas esteve condicionado, em grande parte, a interesses privados. No início da década de 1960, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 4.024/1961) estabeleceu, em conformidade com a Constituição Federal, a necessidade de assegurar condições iguais para todos os(as) estudantes.

Durante a ditadura militar, aos(às) estudantes foram destinados mecanismos que permitissem a permanência destes(as) nos espaços das escolas. Segundo Barbosa (2015), os serviços reservados à assistência ao estudante estavam direcionados para atender às dificuldades da população “carente” de acesso e permanência na escola, visto que o analfabetismo se colocava como um grave problema educacional. De acordo com Kowalski (2012), durante o regime militar, foi criado, no âmbito do Ministério de Educação e Cultura (MEC), um órgão específico para tratar da Assistência Estudantil. Sobre esse período, Kowalsky (2012, p. 92) afirma ainda:

Na década de 1970, [...] foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que estava vinculado ao MEC e pretendia manter uma Política de Assistência Estudantil aos(às) discentes em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica (KOWALSKI, 2012, p. 92).

No entanto, conforme Barbosa (2015) essa assistência estava direcionada fundamentalmente a atender às necessidades do desenvolvimento do país, isto é, visava proporcionar condições sociais e nutricionais para os indivíduos se manterem na escola. Assim, combatendo o analfabetismo, a evasão e a repetência, formava

quadros de indivíduos aptos para o mercado de trabalho. Com isso, a atuação do Assistente Social estava direcionada aos programas assistenciais aos educandos e às famílias. Entretanto, é preciso ressaltar que esses programas não solucionaram e não acabaram com os problemas da vida dos(as) estudantes, inclusive não diminuíram as taxas de analfabetismo.

Barbosa (2015) afirma que a profissão foi reconhecida como um tipo de especialização do trabalho coletivo, com o propósito de considerar em seu projeto ético-político a estruturação da cidadania, contribuindo no processo de construção de uma sociedade mais justa, crítica, produtiva e democrática.

Barbosa (2015) destaca ainda a possibilidade de contribuir para a efetivação do direito à educação através de ações que proporcionem o acesso e a permanência dos indivíduos na escola, trabalhando as relações interpessoais e grupais, e mantendo a qualidade dos serviços no sistema educacional.

A partir da década de 1980, intensificaram-se os debates sobre permanência na escola e, somado à garantia constitucional da educação como direito social, tendo como princípio a igualdade de condições para o acesso e permanência, ampliaram-se também os debates no setor público (KOWALSKI, 2012). Portanto, com os movimentos sociais que lutaram, e ainda lutam, em prol do direito à educação pública e a todos os aspectos a ela relacionados, a Assistência Estudantil ganhou espaço na agenda política a partir da década de 1980⁸, momento em que houve um avanço no sentido de entender a educação como um direito social, consolidado na Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a evolução no desenvolvimento de políticas de assistência ao discente está relacionada ao reconhecimento da educação como direito do cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, a Assistência Estudantil encontra respaldo legal na Constituição Federal de 1988, estabelecida, no artigo 205, como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo suas ações serem promovidas em conjunto com a sociedade. Do mesmo modo, a Constituição estabelece como princípio, em

8 Destacamos que, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), objetivando a promoção de debates sobre Assistência Estudantil, no sentido de criar uma política de apoio ao estudante e propô-la ao MEC. Na década de 1990, o FONAPRACE travou uma intensa luta contra o governo neoliberal da época para formular uma Política Nacional de Assistência Estudantil (NASCIMENTO, 2012).

seu artigo 206, que o ensino deve ser ministrado em igualdade de condições para acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). A LDBEN nº 9394/96 também reforça essa dimensão, na medida em que o artigo 3º aponta também, como princípio, a igualdade de condições com relação ao acesso e à permanência.

Kowalski (2012) pontua que, a partir dos anos 2000, a Assistência Estudantil ganha maior notoriedade nas instituições federais públicas. Isso porque, para além da ampliação de vagas, há a necessidade de mecanismos contra a evasão no âmbito do ensino público. Dessa maneira, as Políticas de Assistência Estudantil são destinadas a um contingente de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inseridos em critérios de elegibilidades e condicionalidades. Esses critérios demonstram um processo de assistencialização crescente das políticas sociais, o que, neste caso, busca equacionar as demandas postas aos conceitos de acesso e permanência na escola.

Desse modo, podemos dizer que, no Brasil, a Política de Assistência Estudantil está relacionada com a Política de Assistência Social, tendo ambas se fortalecido através dos movimentos sociais e se concretizado com a Constituição Federal de 1988 (VASCONCELOS, 2010). A criação de mecanismos visando à permanência do estudante também está vinculada ao reconhecimento de que as desigualdades sociais influenciam no processo de democratização da educação e no rendimento de alunos provenientes de classes sociais mais vulnerabilizadas (SANTOS; FREITAS, 2015). Da mesma forma, Araújo (2003) destaca que isso está relacionado ao reconhecimento de que estudantes oriundos de classes com baixo poder aquisitivo já ingressam no ensino em condição desfavorável aos(as) estudantes de outras classes.

O início do século XXI marca o processo de inserção do Assistente Social na Política de Educação. O aprofundamento da industrialização demandava a formação de mão de obra minimamente qualificada. Sendo assim, a ampliação do acesso à educação formal era condição necessária para assegurar um contingente de trabalhadores escolarizados para a indústria e demais atividades urbanas. O trabalho do Serviço Social na Política Educacional, nesse período, visava ajustar os(as) discentes e suas famílias às instituições de ensino e minimizar os índices de evasão escolar.

Conforme Alves (2013), diversas expressões da questão social recaem nesses(as) estudantes e seu grupo familiar: a insuficiência de recursos financeiros para a aquisição de material didático e custeio de transporte e alimentação; dificuldades pedagógicas em decorrência das lacunas na formação do ensino fundamental e médio; necessidade de inserção no mundo do trabalho, mesmo que seja em atividades precárias, para contribuir na manutenção do grupo familiar; e dificuldade de acesso às demais políticas sociais são alguns dos obstáculos vivenciados pelos (as) discentes provenientes das classes populares.

Considerando as inúmeras possibilidades de intervenção do Assistente Social, a amplitude da atuação desse profissional no campo da educação ainda atravessa alguns limites para exercer sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva, numa perspectiva de totalidade. Souza (2008) faz uma análise dos Assistentes Sociais na educação a partir de como o Conselho Federal, os encontros regionais, nacionais e os espaços formativos do Serviço Social têm acompanhado a inserção, os saberes e as competências desses(as) profissionais no espaço da educação. Conforme Souza (2008, p. 95),

O leque de atuação do exercício profissional é extenso, assim como, as possibilidades de articulação com outras áreas do campo do saber. O campo da política da educação, por exemplo, representa uma atuação mais ampla do Serviço Social – Secretaria de Educação, Conselho de Educação, Escola nos diferentes ciclos/níveis de formação, na elaboração, gestão, coordenação de programas e projetos, realização de pesquisas, diagnóstico sociais, pareceres e outras ações.

Desse modo, podemos dizer que o Assistente Social tem uma atuação extensa, que se torna visivelmente mais ampla no campo educacional. Porém as políticas implementadas ainda não são consideráveis para garantir a atuação direta do Assistente Social dentro das escolas, valorizando suas habilidades, competências e atribuições. Para Almeida (2000, p. 2), a prática do Assistente Social na escola significa:

[...] sua inserção na área de educação, não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação a estratégias de luta pela conquista da cidadania, através da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais.

O exercício profissional do Assistente Social na educação é reconhecido como impulsionador das reflexões políticas junto aos segmentos populacionais, auxiliando os indivíduos a reconhecerem seus direitos e deveres, caminhando, assim, junto à cidadania (ALMEIDA, 2000).

Martins (2012, p.260) afirma:

A política de educação, especialmente a educação básica, é reconhecidamente um espaço que encerra uma amplitude de possibilidades de intervenção dos Assistentes Sociais, no sentido de efetivar, acompanhado de outros sujeitos que atuam nessas instituições, um trabalho coletivo dirigido à ampliação e conquista dos direitos sociais e educacionais.

É nesse contexto que o profissional de Serviço Social se enquadra, fazendo com que a família esteja envolvida, no propósito de adquirir ainda mais conhecimentos acerca de seus direitos e deveres. Dessa forma, fica evidente a contribuição do Assistente Social na educação com o objetivo de garantir os direitos pertinentes àquele público, atendendo os alunos em contato com a família e a sociedade como um todo, elaborando e implementando projetos, orientando, informando e encaminhando quando for necessário.

Segundo Braga (2012), a inserção desse profissional na política de educação, assim como dos outros profissionais, poderá fortalecer a democratização desse espaço. O autor confirma a importância da efetivação desse profissional na área da educação, o qual atribui possibilidades de ampliação e garantia dos direitos da população. Almeida (2003) ressalta que é necessário pensar a inserção do Assistente Social na educação como uma reflexão de natureza política sobre a função social da profissão, na luta e na defesa dos direitos sociais, por meio das políticas sociais.

Em consonância com essa análise, é preciso compreender que a Política Educacional brasileira passou por diversas alterações em sua trajetória. Embora sua função de responder às necessidades do capital se mantenha, tais mudanças também acompanham um processo de reivindicações da classe trabalhadora e de movimentos da sociedade pela melhoria de ensino e do investimento na educação de crianças, jovens e adultos.

Nesse contexto, Amaro (2017) aponta que o Assistente Social, ao ser inserido na educação junto à equipe multidisciplinar, usa seu conhecimento técnico

operativo para analisar as demandas escolares em todos os fatores e fenômenos sobre os quais incidem, dialogando com a equipe, com os alunos e, se necessário, com a família, buscando compreender as causas que levam os alunos a se evadirem da escola. A autora afirma que o Assistente Social é um profissional preparado para lidar com as dificuldades dos alunos, seja ela familiar ou escolar.

Silva (2012) comenta que o lugar do Assistente Social na Educação é específico, mas isso não quer dizer isolado. Por isso, há o desafio de um trabalho interdisciplinar/multiprofissional. A autora apresenta três contribuições do Assistente Social no âmbito escolar: a efetivação de direitos sociais da classe trabalhadora; o trabalho com a comunidade escolar; e o trabalho da rede de proteção social dos alunos e suas famílias.

Diante do exposto, compreendemos que a inserção do Serviço Social na educação se faz possível mediante a Política Educacional e se apresenta enquanto conquista da luta da classe trabalhadora pelo acesso à educação escolar. Nesse contexto, a escola constitui-se como espaço sócio-ocupacional para os Assistentes Sociais, na resposta do Estado às demandas e necessidades postas, uma vez que a “questão social” está presente no cotidiano escolar.

2.2 O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais na perspectiva do trabalho como princípio educativo

A ampliação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social nos Institutos Federais surge a partir da relação entre a Assistência Estudantil e a Política de Educação, que articula, no seu ordenamento, privatização e atendimento dos segmentos pauperizados. Portanto, o acréscimo do número de Assistentes Sociais nos Institutos Federais, nos últimos anos, e, particularmente, nos Programas de Assistência Estudantil desenvolvidos nessas instituições é indissociável da função assumida pela educação na primeira década dos anos 2000.

No entanto, uma determinação importante na ampliação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional é o discurso que aponta para a funcionalidade da educação na superação da pobreza e da desigualdade social via aumento dos anos de escolarização da população. Essa determinação não gera uma demanda imediata em torno da intervenção profissional do Assistente Social na Política de

Educação, uma vez que esse processo é mediado pelas estratégias mobilizadas pelo Estado na implementação da política educacional.

Segundo Duarte (2019), o Serviço Social nos Institutos Federais foi implantado com a incumbência de executar ações assistenciais destinadas à parcela de estudantes “desfavorecidos da fortuna”, conforme consta no Código de Ética do Assistente Social. Dessa forma, buscava-se garantir a permanência dessa população na escola.

Duarte (2019) afirma que a concepção de educação que subsidia a práxis profissional do Assistente Social no âmbito da EPT é de uma educação que valorize uma formação que considere o ser social, os aspectos éticos, o fazer profissional, a criação intelectual, artística e afetiva, que busque superar o individualismo, os preconceitos etc. Portanto, uma concepção de educação crítica e emancipadora.

O Assistente Social nos Institutos Federais desempenha um papel estratégico do ponto de vista econômico, social e cultural. O profissional é requisitado em um diversificado leque de atuação, tendo em vista que as múltiplas expressões da questão social, objeto de intervenção do Assistente Social, se manifestam amplamente no cotidiano escolar e afetam os processos de ensino e aprendizagem, prejudicando a oferta de uma educação de qualidade (MARTINS, 2012; BULL, 2010; SILVEIRA, 2013; LESSA, 2013). Em virtude de tais expressões, compreendemos que o Serviço Social articulado à política de educação pode auxiliar no fornecimento de condições objetivas para uma educação de qualidade.

Prada (2015) afirma que o trabalho profissional deve priorizar a conjuntura na qual está inserido, considerando professores, técnicos, estudantes e comunidade, além das questões que influenciam diretamente a oferta da educação de qualidade, como as expressões advindas da relação capital versus trabalho. A partir dessa compreensão, é preciso buscar alternativas para o enfrentamento das situações que perpassam a escola e que chegam ao Assistente Social, mas que devem ser pensadas e debatidas para além dos muros da instituição.

Em consonância com os apontamentos realizados por Abreu (2017), identificamos, como principal requisição para os Assistentes Sociais nessas instituições, as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política

Nacional de Assistência Estudantil, e que possui, como uma forma de materialização, a implementação do PNAES.

Segundo Duarte (2019), o PNAES norteia os Institutos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio e tem, como um de seus princípios, o desenvolvimento humano na sua totalidade, considerando os aspectos biológico, cultural e social, solicitando o estudo e a compreensão das questões sociais. Devido à responsabilidade no âmbito social, foi necessária a inserção de Assistentes Sociais nos Institutos Federais, particularmente, no atendimento aos(as) estudantes do EMI.

Desse modo, os Assistentes Sociais dos Institutos Federais foram demandados, em sua maioria, especificamente, para a execução do PNAES, que, desde 2010, tem aumentado progressivamente a destinação de recursos para o pagamento de bolsas e auxílios estudantis. De acordo com Prada (2015), antes desse período, os profissionais desenvolviam atividades ligadas aos(as) estudantes, servidores(as) e à comunidade, e tinham outras possibilidades de atuação. Contudo, conforme a autora, há uma desorganização entre essas possibilidades de atuação, concernente às ações que são de competência da instituição e às que estão relacionadas ao trabalho cotidiano. Nessa lógica, a atuação do Assistente Social está inserida no contexto da relação capital versus trabalho, em que seus acirramentos acarretam desigualdades sociais que envolvem o ambiente escolar.

Em meio a essa realidade, é importante reconhecer as possibilidades traçadas pelos profissionais para superar tais condições no interior das instituições, como a conquista pela ampliação do espaço de trabalho do profissional. O desafio consiste em atuar nessa realidade para superar a intervenção focada numa visão reducionista da Assistência Estudantil e nas limitações institucionais impostas pela realidade, tendo a compreensão das competências profissionais e do compromisso ético-político profissional⁹.

Prada (2015) destaca que no trabalho desenvolvido pelo Assistente Social nos Institutos Federais, seja com o estudante, o servidor ou a comunidade, o projeto de intervenção profissional é um importante instrumento para concretizar esse

9 Duarte (2019) enfatiza que as mudanças começaram no governo do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, por volta de 2003, com a expansão da Rede Federal, que fez com que os gestores refletissem sobre a demanda profissional necessária em seus Campi, solicitando imediatamente Assistentes Sociais para atuar na Assistência Estudantil.

trabalho nesse espaço repleto de contradições advindas de um processo de expansão dos Institutos, inserida no contexto de expansão de políticas marcadas pela financeirização e pela restrição de direitos.

Nesse segmento, a assistência aqui explicitada é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade do Estado com a educação, isto é, a democratização do ensino público, gratuito e de qualidade, de modo a efetivar o direito social para potencializar condições de sociabilidade humanizadoras.

Duarte (2019) aponta que o Assistente Social é um dos profissionais que trabalham de maneira próxima ao aluno, em especial, o de baixa condição socioeconômica. Tem um papel fundamental na criação, implementação e coordenação de ações que visem inserir o discente de baixa condição socioeconômica em programas de moradia, alimentação e bolsas, quando este adentra no espaço institucional. Esses programas, além de serem um direito, são uma necessidade para a permanência e a conclusão de curso dos(as) estudantes que delas necessitam.

Nessa perspectiva, para Duarte (2019), cabe ao Assistente Social realizar uma atuação pautada na ética, com posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços, tida como um dos princípios fundamentais a serem seguidos. Faz-se necessário que ele construa um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico para as negociações e conquistas no campo educacional.

Duarte (2019) enfatiza que, atualmente, devido a um percurso permeado de lutas ideológicas e políticas, a EPT está orientada pela construção de um projeto sustentado pela formação humana integral, que supere essa dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco dos seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana. Em oposição a uma educação dual, defende-se que o conhecimento crítico-reflexivo pode proporcionar ao sujeito uma formação omnilateral.

Ramos (2008) afirma que a dualidade educacional é reflexo da dualidade existente no próprio sistema capitalista. Portanto, torna-se fundamental a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e

competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Ramos (2008, p. 4) ressalta que:

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade.

Historicamente, conforme Ramos (2008), a Educação Profissional no Brasil foi concebida como um meio de formação imediata, cujo objetivo central foi a preparação para o mercado de trabalho, em que os menos favorecidos não possuíam outra opção a não ser obter uma profissão para o atendimento das suas necessidades básicas/imediatas (moradia, alimentação, água, vestimentas etc.). Ramos (2010) aponta que, na atualidade, a Educação Profissional está pautada na formação humana e formação para o trabalho (trabalho como princípio educativo), numa concepção integradora, unitária, politécnica e omnilateral, formando o sujeito de forma crítica e reflexiva e reafirmando-se em grande parte dos discursos democráticos.

Para Saviani (2007), trabalho e educação são atividades especificamente humanas, pois apenas o ser humano trabalha e educa. No trabalho como princípio educativo, o ser humano é produtor de sua realidade, pois se apropria dela e pode transformá-la. Na concepção de Marx (2013, p. 255), “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Desse modo, pensar o trabalho como princípio educativo é resgatar essa perspectiva original de criação do homem através do trabalho.

Frigotto (1991), ao abordar o trabalho como princípio educativo na sociedade capitalista, expressa que o trabalho deve se articular no sentido de não se moldar aos princípios da acumulação e expansão capitalista, de modo que o crescimento integral do aluno, o incentivo à sua atividade crítica, bem como a formação do trabalhador não alienado e não objetificado sejam a sua essência.

Conforme Ribeiro, Suhr e Batista (2019), as práticas empreendidas pelos profissionais da EPT, dentre eles o Assistente Social, e seus valores visam ao diálogo com demandas concretas de uma dada situação relacionada ao mundo do trabalho, o que permite a formação de alunos críticos e reflexivos acerca da realidade profissional, isto é, uma formação, de fato, voltada aos princípios constitutivos que integram o mundo do trabalho.

Para Moura, Garcia e Ramos (2007), o ser humano é dotado de múltiplas capacidades que o diferencia e o faz capaz de interagir com os demais seres e com a natureza, sendo capaz de transformar o mundo a partir dos recursos que este lhe proporciona, como o de construir conhecimentos e repassá-los de gerações a gerações.

Moura, Garcia e Ramos (2007) apresentam o trabalho, a ciência e a cultura como expressão da formação omnilateral do ser. Isto implica dizer que o trabalho é a própria expressão do homem e sua relação com a natureza e de onde provém sua sobrevivência. Dessa relação homem-trabalho, o ser humano produz ciência e esta se transforma em novas tecnologias. A tecnologia favorece a interação e a comunicação com o outro pela cultura, pela arte, pela dança, pelos costumes, por tudo aquilo que identifica o ser humano como pertencente a uma determinada sociedade.

O trabalho como princípio educativo para uma formação omnilateral, a partir de uma Educação Profissional, é uma alternativa para minimizar as condições das desigualdades sociais, estruturando práticas articuladoras que possibilitem aos(as) discentes e à comunidade escolar a apropriação de saberes construídos historicamente.

Assim, o trabalho como princípio educativo precisa ser entendido como parte integrante na construção da EPTNM. Nessa perspectiva, o desafio do EMI deve ser lançado à comunidade escolar de forma organizada, a fim de viabilizar a construção de uma EPTNM dentro das instituições de ensino, tornando-a uma possibilidade real, pois “[...] as possibilidades concretas só se configurarão se nos dispusermos a construí-las” (RAMOS, 2005, p.125).

Os Institutos Federais, em meio a sua atuação dinâmica, em razão do atendimento a variados níveis e modalidades de ensino – contemplando-se a oferta de cursos de nível médio integrado ao técnico, cursos subsequentes, PROEJA, a

oferta de cursos de bacharelados, tecnológicos e de licenciatura, além dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* –, apresentam-se como possibilitadores de uma construção identitária e social calcada na inter-relação entre cultura, trabalho, ciência e tecnologia.

Compreendemos os Institutos Federais como órgãos relevantes na concretização de políticas públicas sociais, sobretudo, na EPT, no cenário brasileiro, de maneira que sua estrutura verticalizada possibilita a transposição de conhecimento entre as instâncias de educação básica, profissional e superior.

Assim, a busca por uma formação reflexiva voltada à formação do trabalhador, que embasa os contextos da EPT, apresenta-se como uma constante na busca pela articulação entre ciência, trabalho, cultura e tecnologia. Os(As) discentes precisam compreender o trabalho como princípio educativo para que não adentrem no mundo do trabalho como mão-de-obra alienada, de modo que se almeja que os Institutos Federais possam lhes possibilitar essa formação crítica e reflexiva no/para o trabalho. Portanto, ter o trabalho como princípio educativo no EMI instiga os Assistentes Sociais a discutir esse espaço de trabalho e a política pública de educação profissional, de forma crítica, sobre o seu lugar na sociedade atual.

Conforme Ramos (2008), para que o direito à educação seja garantido qualitativamente, numa perspectiva cidadã, numa visão mais totalizante do estudante, muitos são os fatores que merecem a preocupação das equipes educacionais, dentre eles destaca-se a permanência e o êxito dos(as) estudantes no processo educativo, tendo em vista diversos aspectos que podem fragilizar esse processo. Dentre esses fatores, podemos destacar: o acesso à instituição, as dificuldades de relacionamento com a comunidade acadêmica, os fatores socioeconômicos, a identidade com o curso, os problemas de aprendizagem, entre outros.

Nessa luta pela garantia da formação humana integral, o Assistente Social tem muito a contribuir, ocupando espaços e desvencilhando-se de imposições institucionais que reforçam uma prática não-reflexiva. Iamamoto (2001, p. 21) propõe que

[...] as alternativas não saem de uma suposta “cartola mágica” do Assistente Social; as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Assim, as ações no cotidiano profissional devem estar comprometidas com os sujeitos, à luz do projeto de mundo almejado. Suas atividades técnico-operativas, que se concretizam nos atendimentos aos(às) estudantes, a seus familiares, à comunidade e aos outros profissionais, devem pautar-se na perspectiva de superação do dualismo histórico construído, a partir da afirmação de uma clara direção ético-política, articulada a um conjunto de referenciais teóricos, tendo em vista que, enquanto profissão, através do seu projeto ético-político, o profissional assume um compromisso com a classe trabalhadora.

2.2.1 A Dimensão Socioeducativa do trabalho do Assistente Social nos Institutos Federais

A dimensão socioeducativa do Assistente Social significa uma reflexão da categoria concernente ao trabalho profissional do Assistente Social, para reafirmar o seu compromisso com a classe trabalhadora e defender uma pedagogia que busque a superação da ordem capitalista estabelecida. Essa dimensão vem sendo tensionada desde o início dos anos de 1990, em decorrência das transformações econômicas, políticas e sociais. Para tanto, as transformações em curso interferem significativamente na formação e no trabalho profissional dos Assistentes Sociais, da sua prática investigativa e interventiva, provocando o redimensionamento das práticas pedagógicas.

Essa dimensão faz parte do projeto ético-político profissional do Serviço Social vinculado aos interesses da classe trabalhadora, que reflete qual o objetivo do trabalho promovido pela categoria e qual tendência pedagógica vem sendo defendida por este profissional.

De acordo com Abreu (2004), na perspectiva da função pedagógica, a dimensão socioeducativa tem como ações a mobilização, a capacitação e a organização da classe trabalhadora, contribuindo para a construção de uma nova forma de pensar e agir, diferente da ideologia dominante imposta pelo capital. A construção do perfil pedagógico do Assistente Social foi possível a partir do direcionamento realizado pela profissão no contexto histórico, no movimento de luta da categoria, que se identifica com a classe trabalhadora.

Abreu (2004) ainda destaca que, para avançar nessa dimensão pedagógica, é necessário fortalecer os processos de luta da classe trabalhadora a partir da prática profissional no âmbito da dimensão socioeducativa, sendo objetivo principal para a categoria profissional instigar a autonomia dos sujeitos a partir do movimento de resistência ao Estado e à classe dominante, para que, assim, seja possível conquistar a emancipação humana em uma nova sociedade.

Segundo Gramsci (1978), “[...] toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica”. A função educativa do Assistente Social pode contribuir para a manutenção ou superação da ordem vigente, pois, de acordo com Frias et al. (2004, p. 17), “desde o princípio viu-se que o ensino podia converter-se em um dos meios fundamentais de dominação ideológica e, portanto, em um instrumento essencial para alcançar e consolidar a hegemonia da classe no poder.”

De acordo com Abreu (2010), a função pedagógica do Assistente Social expressa os vínculos estabelecidos com as classes sociais na luta pela hegemonia cultural. Portanto, revela um modo de pensar e agir que está articulado aos interesses em jogo nessa disputa.

Desse modo, a função pedagógica do Assistente Social, integrada às mediações que realizam a racionalização da produção e da reprodução social e o exercício do controle social [...], tende a manter-se mistificada [...] das relações sociais, das quais a prática profissional é parte e sobre as quais se concretiza (ABREU, 2010, p. 22).

Com base nessa concepção, entendemos, ainda, que

o Assistente Social deve estar atento para não realizar uma análise endógena, reducionista, fragmentada, individualista, do ambiente educacional, mas situá-la no contexto mais amplo, da própria dinâmica societária, analisando as mediações presentes no tecido social (MARTINS, 2012, p.42).

Desse modo, através de suas ações nos Institutos Federais de Educação, os Assistentes Sociais exercem, de forma consciente ou não, uma função pedagógica no âmbito das relações que configuram o ambiente educacional. Entretanto, essas relações e esse ambiente devem ser vistos em sua articulação orgânica com a dinâmica da totalidade social, sendo mediada por ela. O ambiente educacional e a ação dos profissionais que nele atuam são atravessados pelas contradições que caracterizam essa totalidade, e isso se manifesta no seu cotidiano.

Segundo os apontamentos de Abreu (2018), nos Institutos Federais, existem vários tipos de ações de caráter socioeducativo, entre as quais se destacam as seguintes: projetos e/ou eventos de caráter preventivo; eventos com os(as) alunos(as) participantes dos programas de Assistência Estudantil; eventos diversos com ênfase para a formação cidadã; e ações voltadas para a questão comportamental.

De modo geral, há uma preocupação com o desenvolvimento dessas ações numa perspectiva emancipatória, através do estímulo à criticidade dos(as) estudantes, pela abordagem de temas necessários à sua formação enquanto cidadãos. Entretanto, sabe-se que essas abordagens, dependendo das visões de mundo, dos valores e princípios que norteiam a ação profissional, também podem reforçar a não criticidade e uma perspectiva de ajustamento social, pois as condições subjetivas são mediações determinantes do fazer profissional.

Martins (2012, p. 46) afirma que, ao atuar com os diversos membros da comunidade escolar, o Assistente Social pode “[...] mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade.” Esse processo reflexivo pode estar presente em todas as ações realizadas e contribuir para o fortalecimento de uma visão crítica da realidade, favorecendo a compreensão das relações que ocorrem na educação e na sociedade.

De acordo com Abreu (2010), o profissional que nega a burocratização, a atuação funcionalista e assume seu compromisso se posicionando ao lado das classes populares oprimidas é um profissional que se preocupa e encara a responsabilidade de ser um educador. Por isso, é imprescindível que esse profissional possua vigilância, para que não se envolva numa visão apenas técnica; é essencial que tenha um olhar para além das técnicas, que busque sensibilidade, respeito à cultura do seu público e que seu processo educativo ocorra de forma horizontal, coletiva, participativa e reflexiva, para buscar a emancipação e não reproduzir o modelo vigente.

Diante do exposto, Abreu (2010) destaca que é necessário desenvolver práticas educativas alicerçadas no estabelecimento de compromissos com a classe trabalhadora, ter como base o projeto ético-político profissional, para que se possa mobilizar e fortalecer os espaços de lutas sociais.

Portanto, Abreu (2010) ressalta ainda que é possível trabalhar a dimensão socioeducativa na realidade atual, em que os Assistentes Sociais devem valorizar o cotidiano profissional como espaço de possibilidades para reforçar a capacidade crítica dos usuários ao incorporar atividades de planejamento, gestão e avaliação das políticas e dos projetos sociais.

O Assistente Social, enquanto profissional, precisa compreender que é possível trabalhar a dimensão socioeducativa na realidade atual. Para isso, faz-se necessária uma formação profissional continuada que seja adequada às exigências de um trabalho crítico. Segundo Iamamoto (1998, p. 35), um dos maiores desafios da atualidade para os profissionais do Serviço Social é a “[...] construção de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo, não só executivo.” Portanto, o seu perfil educativo revela-se quando o seu olhar adentra os muros da escola e transforma a linguagem em seu meio para operar nos modos particulares de vida dos sujeitos, agindo a partir de princípios educativos que buscam “[...] aprofundar e ampliar a intelectualidade de cada indivíduo.” (GRAMSCI, 2004, p. 19).

Nesse sentido, o Assistente Social assume uma ação educativa ao utilizar seus saberes e competências na relação com o outro, seja aluno, família, professor, gestor ou coordenador pedagógico. Abreu (2004) discute a dimensão socioeducativa do Serviço Social em seu desenvolvimento no sistema capitalista, ao compreender que a profissão se encontra no campo das atividades que mobilizam os processos políticos de formação da cultura humana, como elemento importante nas relações de sociabilidade, culturalmente reestruturadas em uma hegemonia dominante. Desse modo, o Serviço Social é uma

[...] profissão de cunho educativo, inscrita, predominantemente, nos processos de organização/reorganização/afirmação da cultura dominante, subalternizante e mistificadora das relações sociais, contribuindo para o estabelecimento de mediações entre o padrão de satisfação das necessidades sociais, definido a partir dos interesses do capital, e o controle social sobre a classe trabalhadora [...] (ABREU, 2004, p. 44).

Tomando como exemplo a Educação como espaço estratégico de atuação do Estado, é pertinente sinalizar que a

dimensão socioeducativa do trabalho do Assistente Social deve ser considerada não apenas em termos da valorização da sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em curso, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas (ALMEIDA, 2005, p. 25).

Almeida (2005) defende, portanto, que, na atuação do Assistente Social na Educação, o perfil social e educativo a ser assumido demanda a formalização de saberes necessários para o seu exercício, de forma que este profissional se compreenda e se reconheça, também, como produtor de conhecimentos, e assuma atitudes de pesquisador nessa área, tornando mais consistente o processo democrático.

Como bem retrata Libâneo (2001), ao debater a qualidade social do ensino, a escola promove aos sujeitos conhecimento e desenvolvimento de suas capacidades, para que estes possam adentrar no mundo do trabalho, construir sua cidadania e estar preparados para atuar no mundo tecnológico, comunicacional, pleno de conflitos e desafios.

Portanto, quando falamos em dimensão socioeducativa do Serviço Social, estamos nos referindo a um trabalho profissional alicerçado nos princípios elementares do seu projeto ético-político profissional, em uma prática que valorize e respeite a classe trabalhadora, a qual possa ser comprometida com a superação dessa ordem vigente para outra que eleve a construção de uma ordem societária justa e igualitária.

Nesse sentido, ao discutir esta dimensão, Abreu (2004) compreende que o Serviço Social encontra-se no campo das atividades que mobilizam os processos políticos de formação da cultura humana. Como pontua Frigotto (2006), temos, como profissionais de Educação e de Serviço Social, o papel de desconstruir discursos prontos na sociedade. Essa é, assim, uma tarefa permanente, que só é possível para quem tem domínio teórico. Mas isto não basta: “[...] temos que ter a perspectiva propositiva e alternativa, tanto teórica quanto prática.” (FRIGOTTO, 2006, p. 25-26).

No próximo capítulo, apresentaremos o Estado da Arte sobre o Assistente Social na EPT, com foco no EMI.

3 O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: O ESTADO DA ARTE¹⁰

As pesquisas do tipo “Estado da Arte” são de caráter bibliográfico e possuem o objetivo de analisar a produção científica sobre uma determinada área de conhecimento. De acordo com Romanowski e Ens (2006), os objetivos desse tipo de pesquisa advêm de inquietações e questionamentos acerca da produção de conhecimento. Elas afirmam que as pesquisas do tipo “Estado da Arte”, além de mapear as produções, estruturam os dados para a pesquisa.

Realizamos o Estado da Arte sobre o Assistente Social na EPT, com foco no EMI, em teses e dissertações produzidas por pesquisadores da área de Ensino, no período de 2011 a 2020. Estabelecemos esse recorte temporário tendo em vista o momento de significativa expansão de Assistentes Sociais na Rede Federal, logo após a regulamentação do PNAES, em 2010, e a Lei de Cotas de 2012.

Para a coleta das teses e dissertações, consultamos três bancos de dados: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Observatório do ProfEPT.

Conforme recomendado por Romanowski e Ens (2006), é necessário, no momento de busca dos trabalhos, a definição de “descritores” ou “palavras-chave” que direcionem as buscas em concordância com a temática a ser estudada e com os objetivos delineados na pesquisa. Os descritores utilizados nos três bancos foram: Assistente Social na EPT e Serviço Social no EMI, a partir do operador booleano AND, que serve para selecionar termos em conjunto. Destacamos que o operador foi utilizado apenas no BDTD e no Banco da CAPES.

Selecionamos os trabalhos a partir de três campos: título, resumo e palavras-chave. Realizamos a leitura, na íntegra, dos trabalhos que tinham como foco cursos na modalidade integrado, mapeando os trabalhos a partir das seguintes informações: objetivos, referenciais teóricos, metodologia (campo empírico, participantes, instrumentos de coleta e análise), principais resultados e considerações finais.

10 O trabalho foi publicado no E-book do VIII Congresso Nacional de Educação (CONEDU), evento realizado em 2022 (ANEXO F).

Para a análise dos trabalhos, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categorical Temática, conforme Bardin (2016). A análise de conteúdo desenvolveu-se a partir das seguintes etapas: *pré-análise* - momento da organização do material e leitura na íntegra dos trabalhos coletados; *exploração do material* – definição das categorias temáticas; e, por fim, o *tratamento dos resultados* obtidos e interpretação.

Localizamos 4 publicações sobre o Assistente Social na EPT, com foco no EMI, sendo 3 dissertações e 1 tese. Destacamos que todos os trabalhos foram localizados no BDTD e no Banco da CAPES; logo, não localizamos trabalhos no observatório do ProfEPT. Nenhum trabalho localizado foi desenvolvido em programas profissionais.

O Quadro 1 sintetiza os trabalhos, separados por ano, autor, trabalho, título, objetivo e tipo da pesquisa - conforme indicação dos autores nos trabalhos.

Quadro 1 – Trabalhos sobre o Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica (2011-2020)

ANO	AUTOR/A	TRABALHO	TÍTULO	OBJETIVO	TIPO DE PESQUISA
2020	FERREIRA, Jéssica Fernanda Wessler.	Dissertação	A contribuição do Assistente Social para a permanência dos estudantes nos Cursos TI ao EM no IFPR.	Investigar os desafios e as possibilidades do trabalho do profissional Assistente Social em relação à permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná - IFPR.	Bibliográfica e de campo.
2017	ABREU, Edna Maria Coimbra de.	Tese	O Serviço Social na EPT: as particularidades do exercício profissional dos Assistentes Sociais nos IFES	Analisar o exercício profissional do AS no âmbito da EPT brasileira, tendo como referência o Projeto Ético-Político profissional.	Bibliográfica, documental e de campo.
2017	AUD, Milena Ferraz.	Dissertação	O trabalho dos/as AS no IFSP: o processo de intensificação em questão.	Analisar as expressões objetivas e subjetivas do processo de intensificação do trabalho do AS no âmbito do IFSP.	Bibliográfica, documental e empírica.
2013	DAROS, Michelli Aparecida.	Dissertação	O IFSP – A evasão escolar e a atuação do SSO: uma experiência em construção.	Analisar as estratégias propostas e implantadas pelo Serviço Social, nas ações de AE para a contenção da evasão escolar no IFSP.	Bibliográfica, documental e empírica.

Fonte: A autora

Os trabalhos lidos (4) foram organizados em duas categorias temáticas: “O profissional Assistente Social: desafios e possibilidades da atuação na permanência estudantil e no combate à evasão escolar” e “O Exercício profissional do Assistente Social.”

Na primeira categoria, localizamos os trabalhos de Ferreira (2020) e Abreu (2017). Na segunda categoria, localizamos os trabalhos de Aud (2017) e Daros (2013).

Ferreira (2020) investigou os desafios e as possibilidades do trabalho do profissional Assistente Social em relação à permanência dos(as) estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Apresentou como referenciais teóricos os autores: Abreu (2017), Almeida (2005), Behring (2006), Boschetti (2003), Frigotto (2005), Iamamoto (2012), Kuenzer (2002), Ramos (2017), Saviani (2003) e Martinelli (2006).

Segundo a autora, o trabalho se constitui como pesquisa bibliográfica e de campo. O estudo baseia-se na coleta de dados realizada através de questionário eletrônico com dez Assistentes Sociais do IFPR, e a interpretação dos dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo.

A pesquisa desenvolvida por Ferreira (2020) evidenciou que o Assistente Social na Política Educacional contribui com a permanência dos alunos nas instituições de ensino, na medida em que trabalham no fortalecimento de vínculos, por meio da orientação e da promoção de espaços de estudos sobre o acesso às políticas sociais e também com a formação dos(as) estudantes para a construção de reflexões críticas sobre a realidade em que estão inseridos.

Diante do exposto, as considerações apontam que a Educação é um espaço privilegiado de atuação do Assistente Social, na perspectiva da dimensão pedagógica, seja por meio da orientação dos(as) estudantes e de suas famílias, seja por meio da promoção de espaços de discussão e debates acerca do acesso às políticas sociais, bem como de outras ações. Desse modo, a partir do compromisso expresso no projeto ético-político do Serviço Social com a classe trabalhadora e da concepção de Educação assumida pela profissão em uma perspectiva emancipatória, Ferreira (2020) conclui que o Assistente Social que atua na Educação pode contribuir com a formação crítica dos sujeitos.

Abreu (2017) analisou o exercício profissional do Assistente Social no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, tendo como referência o projeto ético-político profissional. Utilizou, como referencial teórico, o Materialismo Histórico-dialético, a partir de autores como: Abreu (2012), Almeida (2003), Faleiros (2011), Franco (2012), Frigotto (2005), Iamamoto (2005), Kuenzer (2002) e Martins (2016).

De acordo com Abreu (2017), o trabalho constitui-se como pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada visando à construção teórica e metodológica do trabalho. A pesquisa documental foi realizada com o intuito de identificar as concepções e linhas de ação que orientam o projeto ético-político profissional e a intervenção do Serviço Social na educação. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. Na primeira, foi utilizado o questionário eletrônico, com questões abertas e semiabertas, em que participaram 104 Assistentes Sociais dos Institutos Federais de todo o Brasil; e, na segunda etapa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, com 16 participantes. Nesta etapa, foi utilizada a técnica da observação participante. A análise e o tratamento dos dados coletados foram realizados a partir da Técnica de Análise de Conteúdo.

Os resultados do estudo de Abreu (2017) demonstraram que os desafios de materialização do projeto ético-político do Serviço Social nos Institutos Federais se concretizam através das dificuldades cotidianas decorrentes da contradição entre os princípios que orientaram a construção do projeto ético-político do Serviço Social e as ideias neoliberais que dão sustentação ao avanço do capitalismo e orientam as reformas educacionais. Os resultados mostraram também as possibilidades a partir do compromisso dos profissionais com o projeto ético-político profissional do Serviço Social, do desenvolvimento de ações socioeducativas e das correlações de forças no contexto das relações institucionais.

Nesse sentido, Abreu (2017) ressalta que, em sua pesquisa, pôde perceber a articulação interinstitucional da categoria enquanto mecanismo positivo na busca de superação dos limites que dificultam o exercício profissional e a realização do projeto ético-político nesse espaço de atuação.

Aud (2017) analisou as expressões objetivas e subjetivas do processo de intensificação do trabalho do Assistente Social no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Como referencial teórico, baseou-se na perspectiva da teoria social de Marx, a partir de produções de teóricos

como: Iamamoto (2007), Almeida (2007), Barbosa (2015) e Antunes (2013) e Martinelli (2012).

Conforme Aud (2017), o trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa empírica utilizou, para a coleta de dados, o questionário semiestruturado e a entrevista com perguntas abertas, realizada com seis Assistentes Sociais do IFSP, e a interpretação dos dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo.

A pesquisa de Aud (2017) evidencia, em seus resultados, as condições de trabalho subjetivas dos Assistentes Sociais no IFSP. Essas condições, muitas vezes, estão ocultas aos olhos dos organismos oficiais, além de não serem identificadas pelos próprios trabalhadores que atuam nesse espaço.

Nesse sentido, a autora conclui que as primeiras aproximações às formas de intensificação do trabalho do Assistente Social no IFSP servem de impulso para elaborar estratégias em conjunto com outros profissionais que atuam nesta instituição, no sentido de sistematização de estudos e definição de uma agenda de lutas e negociações que enfrentam os desafios de intensificação do trabalho aos quais estão submetidos.

Daros (2013) analisou as estratégias propostas pelo Serviço Social nas ações de Assistência Estudantil para a contenção da evasão escolar no IFSP. Utilizou, como referencial teórico, as produções de Mészáros (2008), Saviani (2000), Henguita (1989), Duriguetto (2007), Coutinho (1980), Gentili (2009) e a teoria social de Marx.

Daros (2013) destacou que o trabalho constituiu-se como pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A primeira identificou os principais elementos históricos do IFSP e da EPT. Foram construídas categorias teóricas sobre o Serviço Social na Educação, como, por exemplo: direito à Educação, democracia participativa e cidadania ampliada. A pesquisa documental identificou os motivos da evasão escolar no IFSP. A pesquisa empírica, por sua vez, baseou-se na coleta de dados, realizada através de questionário e entrevista semiestruturada com seis Assistentes Sociais do IFSP. A interpretação dos dados foi realizada através da Análise de Conteúdo.

Os resultados mostraram que as contribuições dos Assistentes Sociais voltadas à permanência dos alunos na instituição focam, em geral, no estreitamento

de vínculos com os(as) estudantes e na construção de reflexões críticas, realizadas de forma pontual e sem sistematização adequada. A evasão escolar e a permanência dos(as) estudantes no IFSP perpassam todas as ações profissionais, que se fundamentam nos conceitos de efetividade do direito à Educação, de democracia participativa e de cidadania ampliada.

Segundo Daros (2013), a dificuldade em conciliar trabalho e estudos é o principal motivo da evasão escolar. Em suas considerações, ele destaca que as ações de redução da evasão não devem encerrar-se em programas de acesso e permanência dos(as) estudantes no IFSP. A ampliação das condições de permanência nas instituições de ensino para o impedimento da evasão não alcançará seu objetivo enquanto a principal razão de evadir for traduzida em trabalho. Para isso, são necessárias articulações entre órgãos governamentais, educadores, movimentos sociais, estudantes e trabalhadores, para que os conhecimentos produzidos nessa área não se limitem às respostas e estratégias internas das instituições de ensino à evasão.

Conforme constatamos, entre os autores que serviram como referencial teórico, os mais utilizados foram: Abreu (2012, 2017), Almeida (2003, 2005, 2007), Barbosa (2015) e Martins (2016).

Destacamos que todos os autores dos trabalhos afirmaram que utilizaram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Além dessas, a pesquisa documental¹¹ foi utilizada em três trabalhos. No que diz respeito às pesquisas de campo, todos os pesquisadores utilizaram, para a coleta, o questionário e a entrevista. Apenas um utilizou também a observação participante. Para análise e interpretação, todos os trabalhos utilizaram a Técnica de Análise de Conteúdo.

Os resultados apresentados nos trabalhos evidenciaram as necessidades e os desafios que precisam ser superados pelos Assistentes Sociais nos Institutos Federais, no sentido de respaldar ações interventivas no contexto da EPT.

Por fim, tendo em vista nosso objetivo geral, destacamos que nenhum dos estudos utilizou a Teoria das Representações Sociais e nem teve, como participantes, estudantes. O foco dos estudos foi na permanência e/ou evasão

11 Em relação às pesquisas bibliográficas e documentais, cumpre destacar que os autores mencionaram que as utilizaram, porém não apresentam como realizaram, quais documentos analisaram e os resultados da pesquisa.

estudantil no âmbito dos Institutos Federais e na atuação profissional do Assistente Social. Desse modo, reiteramos a relevância da pesquisa sobre as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes, visto que o estudo dessas representações ajudará a compreender os processos simbólicos que envolvem a construção da realidade para esses(as) estudantes.

No próximo capítulo, trataremos da Teoria das Representações Sociais.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: CONCEITO E FUNÇÕES

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi formulada por Serge Moscovici, na França, no início da década de 1960. Na obra que originou a Teoria, intitulada *La psychanalyse: son image et son public*, Moscovici buscou compreender como a teoria psicanalítica freudiana era representada por diferentes grupos sociais franceses. Nesse sentido, a TRS procura investigar as maneiras pelas quais os sujeitos e os grupos sociais representam a realidade (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

De acordo com Moscovici (2003), existem duas classes distintas de universos de pensamentos: o universo consensual e o universo reificado. No universo consensual, conforme Moscovici (2003, p.49), “[...] a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana e agindo tanto como reagindo como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é aqui a medida de todas as coisas”. Nesse sentido, o universo consensual corresponde às teorias do senso comum, ou seja, às atividades intelectuais formadas pelas práticas de interação social, nas quais são construídas as representações sociais, e, portanto, nesse universo cada indivíduo tem capacidade de falar pelo grupo. Já no universo reificado, segundo Moscovici (2003, p. 50), a sociedade.

[...] ignora a si mesma e suas criações, que ela vê somente como objetos isolados, tais como pessoas, ideias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor e decidir, em cada caso particular, o que é verdadeiro e o que não é. Todas as coisas, quaisquer que sejam as circunstâncias, são, aqui, a medida do ser humano.

Portanto, nos universos reificados, as pessoas apresentam diferentes papéis dentro da sociedade, e sua participação depende de suas qualificações, visto que são exigidas informações adequadas para cada ocasião. As imagens, noções e linguagens científicas próprias do universo reificado constituem o não-familiar, o qual causa medo, estranheza. Por isso, as pessoas, ao entrar em contato com um desses fenômenos desconhecidos, buscam apropriar-se desse não-familiar, transferindo-o para o universo consensual. Ao se familiarizar com essa suposta ameaça, transpondo o fenômeno não familiar para uma categoria familiar, e, portanto, incluindo-o no universo de pensamento preexistente, as pessoas

restabelecem o equilíbrio, pois o estranho passa a ser conhecido. Esse familiar é possível, pois, conforme Moscovici (2003, p.52), as representações “[...] restauram a consciência coletiva e lhes dão forma, explicando os objetos ou acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um”.

Anadon e Machado (2003) pontuam que os trabalhos de Moscovici se desenvolveram no campo da psicologia social europeia dentro de uma perspectiva construtivista e interacionista, de natureza social. O conceito de representações sociais foi inspirado na Sociologia, baseado no estudo das formas simbólicas e das produções mentais coletivas, e teve como precursores Durkheim, Mead e Mauss.

No desenvolvimento da TRS, Moscovici se distanciou do conceito das representações coletivas elaborado por Durkheim, substituindo o termo “coletivo” pelo termo “social”. Com essa substituição, o conceito de representação adquiriu um caráter mais dinâmico (ÁLVARO; GARRIDO, 2006).

Para Anadon e Machado (2003), a TRS é apropriada às sociedades modernas e aos diversos fenômenos de representatividade que crescem no mundo globalizado, incluindo seus aspectos políticos, científicos e humanos e as transformações que tais fenômenos passam até chegar ao cotidiano da realidade comum.

Moscovici (2003) defende que a psicologia social deve se ater a um modelo genético que considera a sociedade como uma rede de relações em construção. Nessa perspectiva, a TRS interessa-se pelos processos de construção e desenvolvimento do senso comum, e a estrutura de uma representação é entendida como produto de um momento particular do desenvolvimento desse conhecimento.

Desse modo, Moscovici recupera o conhecimento do senso comum, que era visto como incorreto, enfatizando sua importância. O ponto de partida da TRS é a ruptura com a distinção clássica entre sujeito e objeto. Para Moscovici (2003), um objeto não existe por si mesmo, mas em relação a um sujeito (indivíduo/grupo), já que o sujeito tanto é agente de mudança na sociedade quanto dela é produto.

Moscovici (2003) considera, portanto, que o sujeito e o objeto encontram-se interligados na construção da realidade. Assim, sujeito e objeto são indissociáveis, e todo contato com um objeto é permeado pela inserção do sujeito numa dada coletividade social e histórica, estando o objeto inscrito num contexto dinâmico. Para

essa TRS, o objeto se insere num contexto apresentado pelo sujeito como prolongamento do seu comportamento (ABRIC, 2000).

Assim, a TRS trata da produção dos saberes sociais. Moscovici (2003) afirma que as representações sociais constituem campos socialmente estruturados e estruturantes, organizadores das interpretações e comunicações de massas que possibilitam a compreensão do mundo social e orientam a ação.

De acordo com Moscovici (2011), o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos sociais. Desse modo, considera que elas possuem “[...] um aspecto impessoal, no sentido de pertencer a todos; elas são a representação de outros, pertencente a outras pessoas ou a outro grupo; e elas são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego” (MOSCOVICI, 2011, p. 11). Ele afirma:

O fenômeno das representações sociais pode, nesse sentido, ser visto como a forma como a vida coletiva se adaptou a condições descentradas de delegitimação. A ciência foi uma fonte importante de surgimento de novas formas de conhecimento e crença no mundo moderno, mas também o senso comum. (MOSCOVICI, 2011, p. 17)

As representações sociais, segundo Moscovici (2003), são, dessa forma, modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos, contribuindo para a construção de uma realidade comum. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidas com base em seu contexto de produção, ou seja, de acordo com as funções simbólicas e ideológicas a que servem e as formas de comunicação nas quais circulam.

Segundo Moscovici (2003), as pessoas têm a necessidade de se ajustar e de se manter informadas sobre o mundo a sua volta e, por isso, criam representações. No entanto, elas não são apenas construções individuais. Portanto, a sociedade evidencia condições necessárias para a constituição de cada pessoa, considerando que indivíduos interferem na sociedade, ou seja, o social influencia o individual, assim como o individual influencia o social.

De acordo com Jodelet (2001), as representações se fundamentam nos discursos, sendo trazidos pelas palavras, mensagens e imagens midiáticas. A partir

delas, conseguimos evidenciar elementos cognitivos, ideológicos, normativos, entre outros. Jodelet (2001, p.4-5) afirma:

A representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designado como “saber do senso comum” ou ainda “saber ingênuo”, “natural”, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico. Mas ela é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto aquele, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais (grifo da autora).

Para Santos (2005), uma representação social é construída e reconstruída com base em informações recebidas sobre o objeto, filtradas e memorizadas, formando uma matriz cognitiva que permite compreendê-lo e agir sobre ele. Para Coutinho e Saldanha (2005), as representações sociais referem-se à maneira como as pessoas pensam e interpretam o cotidiano, constituindo um conjunto de imagens, dotado de um sistema de referência que permite interpretar a vida e a ela dar sentido, compartilhando essa interpretação com o meio social e cultural.

Conforme Jodelet (2001, p.22), as representações sociais são “[...] produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade”. As representações sociais constituem, dessa forma, uma forma de conhecimento prático, o saber do senso comum, de um determinado grupo, ocupando-se da vida cotidiana, sendo esta entendida como processo de assimilação da realidade, pelo indivíduo, em que se integram suas experiências, seus valores e as informações que circulam no cotidiano. São o conjunto de explicações, crenças e ideias comuns a um determinado grupo de indivíduos.

A elaboração e o funcionamento das representações sociais são compreendidos a partir de dois processos, a objetivação e a ancoragem, as quais envolvem a articulação entre a atividade cognitiva, as mobilizações afetivas e as condições sociais, ou os jogos de poder em que são forjadas as representações (MOSCOVICI, 2003), e que têm por finalidade “[...] destacar uma figura e, ao mesmo tempo, carregá-la de um sentido e inscrever o objeto em nosso universo” (MAZZOTI, 1994, p.63).

De acordo com Santos (2005), a objetivação implica uma construção seletiva e uma descontextualização, por meio das quais apenas alguns elementos do objeto são filtrados e retidos, dependendo de significados pré-existentes, frutos da inserção grupal. Esses elementos são retirados de um contexto específico e passam pelo processo de naturalização. Assim, o objeto adquire uma realidade plena e concreta, o que implica considerar inerente ao objeto as características que lhes são socialmente atribuídas.

Esse processo é organizado sob três condições estruturantes: 1) *Construção seletiva* – nesta fase, as informações, as crenças e as ideias acerca do objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização. O que está em ênfase, nesse momento, é a formação de um todo relativamente coerente, implicando, assim, que apenas uma parte da informação disponível acerca do objeto seja útil (VALA, 2006); 2) *Esquematização* - as noções básicas que constituem uma representação são organizadas para formar um padrão de relações estruturadas. Essa organização dos conceitos que definem um objeto mostra uma dimensão figurativa, uma imagem, uma forma que permite a materialização deste (MOSCOVICI, 2011); 3) *Naturalização* – o que essa fase acentua é o fato de que os conceitos retidos no esquema figurativo e as respectivas relações se constituem como categorias naturais e adquirem materialidade (MOSCOVICI, 2011).

A ancoragem, por sua vez, refere-se à assimilação do novo elemento num sistema de categorias familiares. O objeto é integrado num sistema de valores, denominado e classificado de acordo com a inserção social (ALMEIDA, 2005). Esse processo implica a atribuição de sentidos, pois “[...] o objeto novo é reajustado para que se enquadre em uma categoria conhecida adquirindo características dessa categoria” (SANTOS, 2005, p.33). No processo de enraizamento desses novos elementos, o sistema de pensamento pré-existente prevalece, mas é transformado mediante a incorporação social da novidade. Por fim, a ancoragem agrega valor funcional à representação por meio da instrumentalização do saber.

Para Vala (2006), existem duas perspectivas no estudo da ancoragem. Na primeira, proposta por Doise (1992), ele destaca três tipos: 1) *Psicológicas* - referem-se às modelações que decorrem do nível de análise individual; 2) *Sociológicas* - na quais é analisada a relação entre as pertencças sociais e os conteúdos de uma

representação; 3) *Psicosociológico* - retrata onde se inscrevem os conteúdos das representações sociais na maneira como os indivíduos se situam simbolicamente.

De acordo com Vala (2006), a segunda perspectiva no estudo da ancoragem analisa os efeitos dos contextos de comunicação nos quais uma representação sobre um objeto é produzida ou ativada. Nesse sentido, conforme o autor, Moscovici (2003) destaca três tipos de sistemas indutores das representações: 1) *Propagação* - as mensagens são produzidas por membros de um grupo que se dirigem ao seu próprio grupo, integrando a informação nova aos sistemas de valores e normas daquele grupo; 2) *Difusão* - a informação não é dirigida a um público específico, mas a vários grupos distintos, ignorando as diferenças sociais. Essa modalidade de comunicação tem propriedades parecidas com as do conceito de atitude; 3) *Propaganda* - há uma postura de afirmação da identidade daquele grupo que elabora a teoria sobre o novo objeto, sendo a mídia apontada como o principal meio de comunicação e informação responsável pela maneira como este novo objeto será incorporado pelo grupo social.

Apesar desses processos estarem intrinsecamente ligados e não serem sequenciais, podem ser apresentados de forma autônoma, a fim de facilitar o entendimento, como propõe Vala (2006). É importante ressaltar, contudo, que a objetivação e a ancoragem não ocorrem em momentos distintos. Na verdade, desenvolvem-se concomitantemente, interrelacionam-se e dão sentido à representação social. Nesse sentido, Moscovici (2003, p. 78) afirma:

Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para os outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido.

Se, por um lado, a objetivação explica como os elementos de uma teoria representados se integram enquanto termos da realidade, por outro lado, a ancoragem permite compreender a forma como tais elementos contribuem para revelar e constituir as relações sociais (MOSCOVICI, 2003). Esses processos envolvem um juízo de valor; aquilo que era desconhecido passa a integrar aquilo que se conhece e é a isso adicionado, acrescido, possibilitando a sua classificação e

categorização, gerando uma cadeia de significações, em que “[...] o antigo e o atual são confrontados” (JOVCHELOVITCH, 2003, p.41). Por meio deles, as pessoas dão sentido ao objeto, ancorando-o nos sistemas de referências já possuídos e vão modificando suas estruturas para se adaptar ao novo e às demandas da realidade social (SANTOS, 2005). Moscovici (2003, p. 62) afirma:

Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de apresentá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes.

Em relação às funções das representações sociais, Abric (2000) sistematiza quatro: 1) *Função de saber* – permite ao sujeito compreender e explicar sua realidade, e se posicionar de modo coerente com seus valores e seu funcionamento cognitivo; 2) *Função de orientação* – guia os comportamentos e as práticas por meio da definição da finalidade da situação, um sistema de antecipação e prescrição do comportamento; 3) *Função identitária* – ao compartilhar uma representação social, um grupo pode ser definido e diferenciado do outro grupo, na medida em que uma representação possibilita uma identidade grupal e, por consequência, também permite uma diferenciação grupal; 4) *Função justificadora* - servem como referências justificadoras do comportamento, sendo, assim, utilizadas para justificar as condutas relativas a determinados objetivos.

Conforme Oliveira e Werba (2002, p.107), “[...] uma das principais vantagens dessa teoria é sua capacidade de descrever, mostrar uma realidade, um fenômeno que existe, do qual muitas vezes não nos damos conta, mas que possui grande poder mobilizador e explicativo”. Nesse sentido, as autoras reforçam que o estudo dos fenômenos representacionais relacionados ao contexto escolar é fundamental para que se compreendam determinadas ações, pensamentos e comportamentos que legitimam preconceitos ocorridos na escola. Ao formarmos uma representação, buscamos nos aproximar do não-familiar tornando-o familiar. Portanto, o não familiar precisa entrar na forma de uma categoria já conhecida, porém, muitas vezes, corre-se o risco de classificar determinado fenômeno de forma equivocada, de forma preconceituosa (OLIVEIRA; WERBA, 2002).

Diante do exposto, podemos dizer que as representações sociais que as pessoas constroem têm repercussão direta em seu comportamento, suas atitudes e

seus modos de agir, pois formam estruturas individuais de conhecimentos que informam e orientam os membros de um grupo social, em determinado tempo e espaço (MOSCOVICI, 2003).

Desse modo, reiteramos a relevância da TRS como forma de apreender as representações do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes a partir das interações cotidianas no ambiente escolar. O estudo ajudará a compreender como essas representações surgem e quais são seus significados, o que favorecerá a compreensão da realidade social.

No próximo capítulo, apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia da pesquisa, que teve como objetivo geral, conforme mencionado, analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de EMI do IFPE - *campus* Belo Jardim.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2009).

O processo de coleta/produção de informações foi realizado em duas etapas, sendo que a coleta, na segunda etapa, foi desenvolvida apenas após a análise preliminar dos dados coletados na primeira etapa, com o objetivo de aprofundar os achados iniciais. O Quadro 2 apresenta o desenho da pesquisa.

Quadro 2 – Síntese do desenho da pesquisa

PRIMEIRA ETAPA	SEGUNDA ETAPA
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica construídas pelos(as) estudantes. • Compreender o processo de construção das representações sociais do Assistente Social na EPT pelos(as) estudantes. • Compreender as contribuições do Assistente Social na trajetória escolar dos(as) estudantes a partir das representações sociais construídas. 	
PARTICIPANTES	
8 estudantes	5 estudantes participantes da 1ª etapa
TÉCNICAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES	
Entrevista Semiestruturada	Grupo focal
TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	
Análise de Conteúdo Categórica Temática	

Fonte: A autora

Conforme indicado, os(as) participantes da pesquisa são estudantes, sujeitos sociais dinâmicos, carregados de peculiaridades, de traços identitários, o que faz com que apresentem aspectos extremamente subjetivos. Trata-se de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, há um “[...] vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21).

5. 1 Campo empírico e critérios de participação na pesquisa

O campo empírico da pesquisa foi o IFPE - *campus* Belo Jardim. A escolha se deu devido à proximidade geográfica do *campus* de atuação e a partir das experiências construídas no cotidiano profissional, as quais instigaram o interesse em desenvolver esta pesquisa.

O IFPE conta com 16 *campi*, distribuídos do litoral ao sertão de Pernambuco, mais uma ampla rede de Educação a Distância, formada por 11 polos. Com 52 anos de existência, o IFPE - *campus* Belo Jardim consolidou-se como um polo de referência em educação no Agreste pernambucano. Ao longo de sua trajetória, o antigo Colégio Agrícola, como foi denominado na época de sua inauguração, em 1970, contribuiu para a formação de várias gerações de profissionais.

Em sua história, o *campus* passou por diversas fases, mas foi apenas a partir de 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008), que a Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim foi elevada à condição de *campus* do IFPE e, atualmente, oferece cursos em diversos níveis e modalidades de ensino. Oferece cursos técnicos integrados em: Agropecuária, Agroindústria e Informática para Internet, além do Curso Superior de Licenciatura em Música e Engenharia de Software (IFPE, 2022).

Definimos que os(as) participantes da pesquisa seriam estudantes dos cursos técnicos integrados, especificamente os(as) participantes da Política de Assistência Estudantil. Como critérios de inclusão, estabelecemos os(as) estudantes das turmas dos 3º anos, com idade entre 17 e 20 anos (faixa etária das turmas concluintes) que tenham tido contato com o Assistente Social durante a sua formação. Consideramos o perfil de quem está concluindo o curso, uma vez que já tiveram contato com o Assistente Social desde que adentraram na instituição, vivenciando a atuação desse

profissional durante o percurso formativo. Quanto aos critérios de exclusão, foram estabelecidos os seguintes: estudantes dos cursos subsequentes, dos cursos superiores e dos 1º e 2º anos dos cursos técnicos integrados, além de estudantes dos 3º anos do EMI que não tiveram contato com o Assistente Social durante todo o seu percurso formativo.

5.2 Técnicas de coleta de informações

Conforme indicamos, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas. Na primeira, utilizamos a entrevista semiestruturada. Na segunda, o grupo focal.

5.2.1. Primeira etapa da pesquisa

Na primeira etapa da pesquisa, utilizamos, como instrumento de coleta, a entrevista semiestruturada. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a entrevista é um instrumento de coleta que visa obter informações do entrevistado sobre um determinado assunto, e pode servir para averiguar fatos, descobrir planos de ação e motivos conscientes para opiniões, sentimentos ou condutas. Desse modo, a entrevista pode ser definida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado, que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem.

No âmbito dos estudos em representações sociais, Abric (2000, p. 61) considera que a entrevista em profundidade constitui “[...] um método indispensável em qualquer estudo sobre representações”. Desse modo, dentre os diversos tipos de entrevista, escolhemos a semiestruturada, pois, para Minayo (2009), esse tipo de entrevista oportuniza ao entrevistado discorrer sobre o tema com liberdade. Além disso, dá ao entrevistador a possibilidade de esclarecer possíveis dúvidas em relação às perguntas e de ter certo controle em relação aos objetivos das questões. Esse tipo de entrevista favorece o surgimento de pontos importantes para a pesquisa, à medida que o entrevistado tem liberdade e pode contribuir com assuntos

que não foram previamente pensados pelo pesquisador, enriquecendo, assim, o material pesquisado (BONI, QUARESMA, 2005).

Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem como característica principal possuir questionamentos básicos colocados pelo entrevistador, apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa, os quais dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Afirma que esse tipo de entrevista “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...], além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A entrevista semiestruturada é organizada a partir de um roteiro prévio, mas possibilita que o pesquisador faça perguntas fora do planejado. Elaboramos o roteiro (APÊNDICE A) em duas partes: 1) *Questões de caracterização*, que buscam resgatar informações socioeconômicas do(a) estudante; e 2) *Questões sobre o objeto de pesquisa*, com perguntas sobre experiências e relações dos(as) estudantes com o Assistente Social na EPT, tais como as impressões dos(as) estudantes sobre o trabalho do Assistente Social no IFPE e a contribuição que o Serviço Social pôde oferecer para sua formação.

Destacamos que, nesse movimento, nos orientamos pela recomendação de Jodelet (2009). A autora, ao se referir à utilização de entrevistas durante a coleta de informações, quando abordadas as representações sociais, sugere que, durante a entrevista, inicie-se a conversa com perguntas relacionadas às experiências cotidianas dos(as) entrevistados(as), de modo a gradativamente dar “[...] lugar às questões mais complexas que envolvem reflexões e julgamentos” (VALLE, 2008, p. 46).

5.2.2 Segunda etapa da pesquisa

Na segunda etapa da pesquisa, utilizamos o grupo focal. A escolha dessa técnica justifica-se por sua função de estimular os(as) participantes a falar e reagir sobre a fala dos outros, tornando o ambiente o mais descontraído e próximo possível do estudante, para que ele se sinta à vontade em expressar suas ideias e posicionamentos.

O grupo focal baseia-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa. Sua formação obedece a critérios previamente determinados pelo pesquisador, de acordo com os objetivos da investigação, cabendo a este a criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos(as) participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (MINAYO, 2000).

De acordo com Gatti (2005), durante o grupo focal, é importante que o mediador/pesquisador respeite o princípio do não direcionamento, atentando para que as ideias sejam desenvolvidas pelo grupo sem intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares ou conclusões. A autora esclarece que o papel do pesquisador no grupo focal é fazer a discussão fluir entre os(as) participantes.

Segundo Gaskell (2008), o grupo focal consiste na discussão coletiva sobre um tema a partir de trocas sociais que são suscitadas pelo pesquisador, podendo ser comparado às conversações espontâneas, posto que são comunicações socialmente situadas, nas quais os(as) participantes negociam significações e produzem diversidade e divergência de opiniões. Dessa forma, o grupo focal torna-se mais passível de gerar emoções e reflexões a respeito das experiências pessoais e alheias. É gerado, então, um ambiente de negociação de sentidos mais próximo do cotidiano.

Lopes (2014, p. 482) afirma que:

O grupo focal permite, ao pesquisador, compreender os processos de construção da realidade vivenciada por determinados grupos sociais, assim como compreender práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevaletentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema proposto.

Preveremos a realização de dois grupos focais. Elaboramos os roteiros considerando as análises preliminares da primeira etapa, a fim de obter as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do estudo (APÊNDICES B e C).

5.3 Técnica de análise de dados

Para analisar o material coletado com os(as) discentes a partir das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais de modo a atingir os significados manifestos e latentes dos depoimentos dos(as) estudantes, utilizamos a Técnica de Análise de Conteúdo Categrial Temática, conforme Bardin (2016).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que permite a análise da comunicação para obtermos, através de “[...] procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 2016, p. 42).

A Técnica compreende três etapas: a *pré-análise*, a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*.

Bardin (2016) caracteriza a *pré-análise* como a organização do material que compõe a pesquisa. Essa etapa tem o objetivo de operacionalizar e sistematizar as ideias, conduzindo-as a um esquema das operações para um plano de análise. Nesta pesquisa, realizamos, inicialmente, a transcrição das entrevistas e dos grupos focais nas primeiras vinte e quatro horas após a coleta das informações, a fim de que as expressões e outros aspectos fossem identificados de maneira mais precisa. Na sequência, realizamos a leitura exaustiva do material a partir dos objetivos da pesquisa¹².

Na etapa da *exploração do material*, procedemos com a escolha das unidades de registro e contexto, a classificação e agregação, com a finalidade de definir as categorias. A unidade de registro correspondeu ao segmento de conteúdo através da frase; e a unidade de contexto, do parágrafo. Entre as diversas possibilidades de categorização, optamos pela categorização temática, em que os dados foram agrupados de acordo com suas semelhanças, seguindo o proposto por Bardin (2016). As categorias podem ser criadas *a priori* ou *a posteriori* em relação à coleta de dados. Neste estudo, portanto, as categorias foram estabelecidas *a posteriori*, pois tomamos por base as falas dos(as) participantes, seguindo sugestão de Mendes (2007, p.46), que propõe que “[...] o nome e a definição devem ser

12 Ressaltamos, conforme já indicamos, que a análise dos depoimentos coletados através dos grupos focais, técnica utilizada na segunda etapa, apenas foi realizada após a análise preliminar dos depoimentos coletados através das entrevistas semiestruturadas, técnica utilizada na primeira etapa. Como informado, essa análise preliminar orientou a revisão dos roteiros dos encontros dos grupos focais, possibilitando aprofundar os achados iniciais.

sempre criados com base nos conteúdos verbalizados e com um certo refinamento gramatical de forma”.

No *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, realizamos a análise a partir do referencial. Nesta etapa, os resultados brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, a fim de chegar às reflexões finais (BARDIN, 2016).

5.4 O percurso no campo empírico

O Projeto de Pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil¹³, que o direcionou ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP/PE), um colegiado interdisciplinar e independente vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), com o objetivo de defender os interesses dos(as) participantes em sua integridade e dignidade e contribuir com o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. O CEP emitiu parecer consubstanciado (ANEXO B) em 28 de setembro de 2022.

O Comitê aprovou todos os documentos relacionados ao Projeto de Pesquisa apresentado, quais sejam: os roteiros da entrevista (APÊNDICE A) e dos grupos focais (APÊNDICE B e C), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para maiores de 18 anos (APÊNDICE D) e para responsável legal dos menores de 18 anos (APÊNDICE E) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE F), que esclarecem e garantem aos(às) participantes da pesquisa seus direitos, tratando da proteção moral e legal daqueles, conforme a Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e nº 510/2016 (BRASIL, 2016) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde¹⁴. Aprovou também o Termo de Compromisso e Confidencialidade (APÊNDICE G), em que os pesquisadores assumem o compromisso de sigilo com a pesquisa, a Carta de Anuência (ANEXO C), o Termo de Anuência para realização de pesquisas descritivas externas nas dependências do IFPE (ANEXO D) e a folha de rosto para pesquisas envolvendo seres humanos (ANEXO E).

13 É uma plataforma digital, em que o Comitê analisa os projetos, a fim de avaliar as questões éticas que envolvem a pesquisa.

14 A Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012) define as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e a Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016) dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Após a publicação do parecer consubstanciado (ANEXO B) do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) na Plataforma Brasil, aprovando o Projeto de Pesquisa, a qual ocorreu em 28 de setembro de 2022, iniciamos o percurso no campo empírico da pesquisa. Entramos em contato com o diretor da instituição para agendar a visita *in loco*. Depois de recebida a autorização, realizamos duas visitas nas salas para convidar os(as) estudantes, ocasião em que apresentamos o Projeto de Pesquisa, destacando os objetivos do estudo. Nesse momento, deixamos uma lista (APÊNDICE H) para que os(as) estudantes que tivessem interesse em participar preenchessem com nome, e-mail, telefone e participação em algum programa da Política de Assistência Estudantil, se fosse o caso, para que pudéssemos entrar em contato. No dia seguinte, essas listas foram entregues à Assistente Social do *Campus*, a qual as repassou a nós por e-mail.

Chegamos a um total de oito¹⁵ estudantes que concordaram em participar da pesquisa, mediante preenchimento da lista. Em seguida, realizamos contato telefônico para agendar dia e horário das entrevistas. As entrevistas ocorreram na sala do Serviço Social, oferecendo privacidade e sigilo aos(às) participantes, mediante a autorização da Assistente Social do *campus*, no intervalo para almoço, conforme combinado com os(as) discentes. Esse horário foi escolhido pelos(as) discentes para não comprometer o horário das aulas e para que não houvesse demanda de deslocamento e custos extras.

Antes da realização de cada entrevista, solicitamos, aos(às) responsáveis pelos(as) menores de 18 anos, a leitura e autorização de participação dos(as) estudantes, por meio da assinatura do TCLE (via e-mail) concordando com os termos propostos pelo referido termo. Após os(as) responsáveis autorizarem, solicitamos aos(às) participantes a leitura do TCLE/TALE. Requisitamos, portanto, ao(à) estudante menor que assinasse o TALE, e, aos maiores, o TCLE, concordando com a participação na pesquisa. Entregamos uma cópia ao(à) entrevistado(a), e uma outra cópia arquivamos. Destacamos que todas as entrevistas foram gravadas, mediante a autorização prévia dos(as) participantes.

15 No Projeto de Pesquisa, tínhamos a expectativa de participação, na primeira etapa, de 12 estudantes que se encaixavam no perfil previsto nos critérios de inclusão; já para a segunda etapa, previmos continuar com seis participantes da primeira etapa. Essa previsão foi estabelecida, pois é uma exigência da Plataforma Brasil a definição do número de participantes para a submissão do Projeto ao Comitê de Ética. O campo empírico, no entanto, redefiniu esse quantitativo.

Posteriormente, foram transcritas na íntegra, duplamente conferidas através de leitura minuciosa, e armazenadas em computador pessoal, garantindo-se a fidedignidade dos conteúdos discursivos dos(as) participantes.

As entrevistas aconteceram de 10 a 14 de outubro de 2022, com duração média de aproximadamente 30 minutos cada. Antes da realização, os(as) participantes foram novamente esclarecidos(as) acerca dos objetivos e procedimentos da pesquisa, participação voluntária, liberdade de recusa, direito de retirarem o consentimento sem nenhuma penalização, garantia de sigilo, privacidade e preservação das identidades (anonimato).

Conforme indicamos, para a realização da segunda etapa da pesquisa, em que utilizamos o grupo focal, elaboramos os roteiros a partir das análises preliminares da primeira etapa. O convite para participação nessa segunda etapa foi realizado pelo *WhatsApp* a todos(as) os(as) estudantes que participaram da primeira etapa da pesquisa. Nesse momento, apresentamos a definição de um grupo focal, o seu objetivo no estudo e a importância de participação. Manifestaram o desejo de participar cinco estudantes.

Foram realizadas duas reuniões, que ocorreram na sala de Reunião do *Campus*, nos dias 08 e 10 de novembro de 2022. Essas reuniões aconteceram no intervalo para almoço dos(as) discentes, conforme combinado com os(as) participantes. O número de reuniões foi definido a partir do critério de saturação, sendo este o ponto de finalização que se investiga até que a inclusão de novas informações não seja mais perceptível (GASKELL, 2008). A média de duração de cada reunião foi de uma hora.

Para as reuniões, organizamos as carteiras da sala em círculo para que fosse possível a visualização de todos(as), favorecendo um ambiente mais descontraído. A metodologia utilizada, da organização dos(as) participantes em círculo até a forma como as atividades foram desenvolvidas, visou tornar o ambiente o mais próximo possível dos(as) participantes, para que, assim, eles(as) se sentissem à vontade para expressar suas ideias e posicionamentos e pudessem alcançar os objetivos propostos. Os grupos focais foram filmados através de aparelho celular, com o

consentimento dos(as) participantes, e depois foram transcritas as falas na íntegra para fins de análise¹⁶.

Iniciamos a primeira reunião, que ocorreu em 08 de novembro, às 12h30, explicando que o grupo focal é uma técnica de coleta de dados e que, nesta pesquisa, tinha o objetivo de aprofundar os achados iniciais da pesquisa. Estabelecemos acordos sobre o tempo de fala e o respeito ao(à) participante durante o seu discurso.

Na sequência, os(as) participantes se apresentaram dizendo apenas seus nomes para que todos(as) pudessem ouvir, tendo em vista que nem todos(as) se conheciam. Explicamos também que não havia certo ou errado, verdadeiro ou falso. Nesse momento, a pesquisadora focalizou o tema, promoveu a participação de todos(as) e aprofundou a discussão.

Assim, mediante um clima informal e descontraído, permitimos aos(às) integrantes conversarem entre si a partir de temas sugeridos. Iniciamos com a seguinte pergunta: “Para vocês, o que significa Assistência Social e Assistência Estudantil?”. Nesse momento, os debates giraram em torno da prática profissional do Assistente Social.

A segunda reunião ocorreu em 10 de novembro às 12h30, ocasião em que aprofundamos ainda mais a discussão, a fim de atender ao objetivo proposto. Seguimos a mesma metodologia de acordos e organização da primeira reunião. Nesse momento, focamos na relação discente/Assistente Social no âmbito da EPT.

5.5 Caracterização dos(as) participantes da pesquisa

Conforme indicamos, participaram da primeira etapa da pesquisa oito estudantes dos cursos técnicos integrados participantes da Política de Assistência Estudantil do IFPE – *Campus* Belo Jardim. Da segunda etapa, participaram cinco dos(as) que tinham participado da primeira etapa. Conforme critério de inclusão para seleção dos(as) participantes, todos(as) são dos terceiros anos de cursos médios integrados oferecidos no *campus*.

¹⁶ Geralmente, os grupos focais contam com o apoio de uma equipe. No nosso caso, não houve necessidade desse apoio.

Para preservar as identidades dos(as) discentes, identificamos os(as) participantes por nomes fictícios: Ana, Bruno, Caio, Denis, Elaine, Felipe, Gisele e Heitor. Desses(as) estudantes, participaram da segunda etapa: Ana, Bruno, Caio, Denis e Elaine.

O Quadro 3, a seguir, apresenta dados gerais de caracterização dos(as) participantes.

Quadro 3 – Caracterização dos(as) participantes

Participante	Idade	Raça	Curso	Programas Sociais	Cotista por renda 1,5 do salário mínimo
Ana	18	Parda	Agroindústria	Auxílio Brasil	Sim
Bruno	17	Branca	Informática	Não	Não
Caio	17	Branca	Informática	Auxílio Brasil	Não
Denis	18	Parda	Agropecuária	Auxílio Brasil	Sim
Elaine	17	Branca	Informática	Não	Sim
Felipe	17	Parda	Informática	Não	Não
Gisele	17	Branca	Informática	Não	Não
Heitor	18	Indígena	Agropecuária	Auxílio Brasil	Sim

Fonte: A autora.

Conforme mostra o Quadro 3, os(as) estudantes tinham entre 17 e 18 anos. Destacamos que três se declararam pardos, quatro brancos e um indígena. Do total de estudantes, cinco cursavam o médio integrado em Informática, dois em Agropecuária e um em Agroindústria. O Quadro mostra também que quatro dos(as) estudantes são beneficiários de Programas Sociais do Governo Federal, a exemplo do Auxílio Brasil¹⁷, e que a forma de ingresso no IFPE de quatro desses(as) estudantes foi como cotista por renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo

¹⁷ Foi um programa de transferência de renda do Governo Federal, destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, para superar a situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2021). Atualmente o Programa que está em vigor é o Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004.

vigente. Os(As) demais declararam que desconheciam esse tipo de cota quando se inscreveram.

5.6 Procedimentos éticos

Este estudo, conforme já indicamos, atende aos critérios que garantem o princípio da ética na pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), que define as normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, e a Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conforme mencionamos, a coleta de informações foi realizada apenas após a aprovação do Projeto de Pesquisa no CEP – processo realizado a partir do cadastramento do Projeto na Plataforma Brasil.

É importante destacar que, ainda na fase do Projeto de Pesquisa, foi realizada a solicitação de autorização para acesso de dados dos(as) participantes da pesquisa (ANEXO A). O parecer considerou as autorizações já concedidas pela Direção Geral do IFPE– *Campus* Belo Jardim para o desenvolvimento das atividades de pesquisa com estudantes dessa instituição através da Carta de Anuência (ANEXO C), em 09 de maio de 2022; assinatura do Termo de Anuência para realização de pesquisas descritivas externas nas dependências do IFPE (ANEXO D); e da Folha de Rosto para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (ANEXO E), em 05 de agosto de 2022 - pelo Reitor do IFPE.

A pesquisa garantiu as assinaturas do TCLE para maiores de 18 anos ou emancipados, bem como para o Responsável Legal pelo menor de 18 anos (APÊNDICE D, E) e o TALE para menores de 18 anos (APÊNDICE F), conforme a resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012) e nº 510/2016 (BRASIL, 2016). O compromisso foi firmado a partir do Termo de Compromisso e Confidencialidade (APÊNDICE G), em que os(as) pesquisadores(as) assumem o compromisso e sigilo com a pesquisa.

Todo esse processo foi orientado a partir dos esclarecimentos acerca dos objetivos da pesquisa, riscos, benefícios, livre participação, garantia de sigilo, privacidade e preservação das identidades (anonimato) dos(as) participantes e que qualquer dúvida poderia ser esclarecida a qualquer tempo.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa.

6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NA EPT CONSTRUÍDAS POR ESTUDANTES DOS CURSOS DE EMI DO IFPE - CAMPUS BELO JARDIM.

Dos depoimentos coletados a partir das entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, emergiram duas categorias temáticas que evidenciam as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes de cursos de EMI do IFPE – *campus* Belo Jardim: 1) “O Assistente Social é o profissional da Bolsa”; 2) “O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas”.

6.1 O Assistente Social é o profissional da Bolsa

Os depoimentos dos(as) estudantes revelaram representações sociais do Assistente Social que remetem, de forma direta ou indireta, à imagem do Assistente Social como o profissional da Bolsa. Há uma imagem tradicional persistente na prática do Assistente Social ancorada na “ajuda” material, no fornecimento de auxílios em função das dificuldades socioeconômicas dos(as) estudantes.

Durante as entrevistas, os participantes Denis e Heitor atrelaram a imagem do Assistente Social ao profissional da Bolsa, de um modo geral. Afirmaram: “Ela é uma pessoa amigável e sabe explicar sobre os projetos da Bolsa perfeitamente” (DENIS); “Em relação às bolsas que é fazer todas as análises, que eu vejo que ela sempre faz” (HEITOR). Em outro momento, falando sobre o Programa Bolsa Permanência, Heitor afirma que o Assistente Social “[...] Auxilia os(as) estudantes sobre os projetos de bolsas, administra o envio do pagamento e da seleção de quem vai receber”.

As representações dos(as) participantes destacam que o Assistente Social é responsabilizado institucionalmente pela execução das ações de Assistência Estudantil, principalmente no que se refere aos auxílios de caráter socioeconômico, como o Bolsa Permanência.

Nos depoimentos dos(as) estudantes durante as entrevistas, há constante referência a esse Programa, como podemos observar nestes trechos: “Eu precisei dela para buscar algumas informações sobre programas envolvendo o IFPE, como o Bolsa Permanência” (ANA); “Só vim ter contato com Assistente Social esse ano para

tentar o Bolsa Permanência” (BRUNO); “Eu tive uma vez quando eu fui lá resolver coisa do Bolsa Permanência” (GISELE); “Eu já tive contato com a Assistente Social referente ao Programa Bolsa Permanência” (FELIPE). Isso provoca o entendimento, por parte dos(as) estudantes, de que o Assistente Social é o profissional responsável por ações relacionadas às análises socioeconômicas realizadas nos processos seletivos para os auxílios socioeconômicos vinculados à Assistência Estudantil, que é uma competência do Assistente Social.

As representações sociais do Assistente Social como profissional da Bolsa têm relação com as mudanças que ocorreram na profissão após a reconfiguração do papel do Assistente Social, sendo possível compreender que essa função se sobressaiu em relação às demais. Prada (2015) destaca que, nos últimos anos, as atribuições do Assistente Social têm se concentrado, principalmente, em relação à Assistência Estudantil, a partir da implementação do PNAES, no que se refere à execução dos auxílios e bolsas.

Diante desse contexto, concordamos com Jodelet (2001), quando afirma que as representações sociais focalizam um saber gerado através da comunicação da vida cotidiana que apresenta uma finalidade prática empenhada em orientar comportamentos em situações sociais reais. Ainda nesse contexto, Loureiro (2001) destaca que as representações sociais são formas de conhecimento que se originam na vida cotidiana, tendo como critério de verdade a capacidade de dar conta das questões desse cotidiano, ressaltando que, quanto melhor for a resposta aos problemas propostos, mais verdadeiro se torna esse tipo de conhecimento. Nesse sentido, poderíamos destacar a construção das representações sociais dos(as) estudantes quando dizem que o Assistente Social resolve todas as questões relacionadas à Bolsa.

Tendo em vista a realidade das condições socioeconômicas dos(as) estudantes, o Assistente Social é demandado a realizar orientações sobre os programas específicos da Assistência Estudantil, bem como a encontrar formas de oferecer suporte que lhes garanta a manutenção no IFPE. É buscada uma atenção ao discente através da intervenção, dentro da particularidade das atribuições técnicas do Assistente Social.

A intervenção do Assistente social, dentro de suas atribuições profissionais e considerando as dificuldades socioeconômicas dos(as) estudantes, torna-se

fundamental na trajetória de obstáculos a serem vencidos para se ter não só acesso, mas também a continuidade do auxílio estudantil. Em termos educativos e legais, em geral, pode ganhar a dimensão de garantia do direito à educação.

Durante o grupo focal, os depoimentos também revelaram essa construção de que o Assistente Social resolve questões ligadas à Bolsa, explicitados nas seguintes falas: “A gente procura quando quer saber do dinheiro, quer saber se o dinheiro caiu ou quando vai cair” (ANA); “Em questão também quando tem edital né? Não só da Bolsa, mas algum outro edital é muito essencial, porque, em alguma documentação, ajuda em questão de algumas palavrinhas que a gente se confunde” (CAIO).

Abric (2000) destaca, como uma das funções das representações sociais, a função de saber, que permite ao sujeito compreender e explicar sua realidade. Portanto, a atividade representativa é um processo de construção social da realidade (VALA, 1986). De uma forma geral, podemos dizer que as representações sociais do Assistente Social construídas pelo grupo são homogêneas. Jovchelovith (2008) argumenta que a TRS está interessada nos saberes produzidos na e pela vida cotidiana. Esse saber, diz a autora, está ligado ao mundo da vida e à experiência cotidiana de uma comunidade, revelando seus referenciais de pensamento, ação e relacionamento.

No que tange a esse aspecto, Jodelet (2001) afirma que criamos representações porque as pessoas têm necessidade de estarem informadas sobre o mundo que as cerca. Precisam se ajustar a ele, saber como se comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam. O mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias é compartilhado entre os sujeitos, por isso, as representações são sociais e de fundamental importância na vida cotidiana. Segundo a autora, as representações guiam as pessoas no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade, no modo de interpretar esses aspectos e tomar decisões.

Considerando a experiência como sendo a consciência do sujeito sobre o mundo em que vive, ou ainda como sendo “experiência vivida”, Jodelet (2005, p.29) a define como

[...] o modo através do qual as pessoas sentem uma situação, em seu foro íntimo, e o modo como elas elaboram, através de um trabalho psíquico e

cognitivo, as ressonâncias positivas ou negativas dessa situação e as relações e ações que elas desenvolveram naquela situação.

Sendo assim, é possível associar as representações sociais construídas pelos(as) estudantes às experiências mais significativas com o Assistente Social durante o seu percurso formativo, favorecendo, ao longo do desenvolvimento do curso, a criação de um campo especial, denominado por Jodelet (2005) de *vivido*, onde são tecidas as relações entre experiência e representações sociais. Dessa forma, experiências grupais podem levar a interpretações sobre o mundo vivido no aqui e agora da experiência da vida cotidiana (JODELET, 2005).

Costa (2000) observa, em seu estudo sobre o Serviço Social, que as necessidades objetivas dos usuários se transformam em demandas profissionais na medida em que se confundem com as próprias necessidades institucionais. É esse público não beneficiado pelos auxílios e que não têm a quem recorrer que constitui a população usuária do Serviço Social no contexto da Assistência Estudantil, inclusive na realidade do IFPE.

Considerando que a EPT é um espaço profissional do Assistente Social situado na área da Educação, é importante conhecer a realidade social dos(as) estudantes para promover ações apoiadas na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e aos programas estudantis, e a ampliação e consolidação da cidadania, que implicam no compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos(às) estudantes.

Em seus espaços de trabalho, os Assistentes Sociais dialogam sobre a demanda de inserção em programas estudantis, especialmente no Programa Bolsa Permanência. Essas demandas rebatem diretamente no atendimento realizado no IFPE, pois é o local de mais fácil acesso para os(as) discentes buscarem resolver questões relativas às bolsas, e que, a partir dessas demandas iniciais, em muitas ocasiões, resultam em atendimentos mais complexos, nos quais são identificadas situações de vulnerabilidade econômica e social. Vejamos alguns depoimentos: “Teve um tempo que ficamos sem Assistente Social e foi bem difícil no período do Edital da Bolsa Permanência [...]” (HEITOR - entrevista); “Eu acho que não é só a questão dos benefícios sociais, vai muito além” (BRUNO – grupo focal).

Simionatto (1998) aponta a necessidade de intervenção, devido ao fato de o Assistente Social trabalhar com uma diversidade de demandas, abrangendo

questões materiais ligadas à própria sobrevivência, bem como à esfera de valores e comportamentos. Nesse contexto, para caracterizar o trabalho do Assistente Social é fundamental entender

[...] a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais [...] de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas (IAMAMOTO, 2007, p.417).

Nesse sentido, a partir dos relatos dos(as) estudantes, é possível analisar que o trabalho do Assistente Social, se faz necessário para compreender a dinâmica das relações apresentadas pelos sujeitos e os fatores que estão vinculados a essas “necessidades” para que se consiga possibilitar os processos emancipatórios de cada um. Vejamos o depoimento de Ana durante a entrevista: “Ela é responsável pelos processos das bolsas, [...] faz parte do trabalho dela”.

No que concerne ao trabalho do Assistente Social na EPT, especificamente na Assistência Estudantil, considera-se que o profissional deve ter clareza de seu posicionamento político, enquanto categoria, compreendendo o sujeito em sua complexidade, de forma crítica. A atuação do Serviço Social na educação, conforme Almeida (2003), não se restringe à concessão de auxílios socioeconômicos, pois a dimensão socioeducativa do Serviço Social propõe intervenções que afetam objetiva e subjetivamente a vida dos(as) estudantes. Para que isso se efetive, é fundamental desvelar a realidade social na qual os(as) discentes estão inseridos(as). Essa análise crítica de conjuntura supera as compreensões imediatistas e individualizadas sobre o comportamento desses(as) discentes, permitindo ao Assistente Social identificar possíveis manifestações da questão social que podem interferir negativamente no desempenho escolar.

Diante do exposto, reiteramos que as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) participantes vincula esse profissional às bolsas. Essas representações sociais foram construídas a partir de suas experiências no Campus com este profissional. Com esse entendimento, compreendemos que essa atribuição, após a reconfiguração da profissão, tornou-se a mais buscada pelos(as) estudantes, tornando-se central nos espaços de trabalho do Assistente Social, sendo, portanto, a mais conhecida.

6.2 O Assistente Social é o profissional que informa e tira dúvidas

Nesta categoria, os depoimentos dos(as) discentes indicaram representações sociais do Assistente Social que o consideram o profissional que informa e tira dúvidas sobre bolsas, projetos, histórico, frequência, matrícula, trancamentos, direitos etc. Vejamos trechos de depoimentos dos(as) estudantes durante a entrevista e o grupo focal:

Eu sei que traz muita coisa, porque qualquer coisa que acontece, tipo, “ah, vai lá ver na Assistente Social, ela deve dar um jeito”, só que nunca chegou de [...] precisar, só para algumas informações. [...] Eu acho que isso é importante, ter alguém com o talento [...] de comunicação, que contribua para o bem-estar do aluno, trazendo informação sobre o que tá acontecendo e se há alguma coisa importante para o aluno, eu acho que é isso, essa contribuição (ANA - entrevista).

Ajuda em relação às informações que tem, não só bolsas, também, eu acho... que projetos de extensão também [...] a questão de ajuda com documentação. Quando eu fui fazer minha inscrição, eu entrei em contato com a Assistente Social daqui, e ela me orientou no preenchimento dos documentos para fazer todo certinho (BRUNO – grupo focal).

Ao abordar as ações, atribuições e contribuições que o Serviço Social pode oferecer para a formação discente no IFPE, os(as) participantes, seja na entrevista, seja no grupo focal, declararam:

Em questão da bolsa mesmo [...] porque era só com o CGAE¹⁸, então ficava muito complicado, porque, se a gente mandasse algum documento errado, não tinha como saber, então para a gente é muito essencial ter uma Assistente Social com a gente, porque tanto tira dúvidas, a gente chega aqui, sempre bem recebido, tira muitas dúvidas, tem a questão de vários programas, a gente chega, pergunta, olha, é isso? Tira muitas dúvidas, então assim, sem Assistente Social para a gente, ficou muito complicado. [...] Sempre está acompanhando a situação do aluno em questão de faltas, notas, pelo que eu vejo, tipo, nesses editais que saem, sempre tá ali, dando uma força, com algum documento errado, ela sempre está ajudando, como acontece muito aqui, eu acho que é mais isso, sempre eu acho que ela tá mais perto dos alunos, né? (ELAINE - entrevista)

Eu acho muito importante [...] a Assistente Social, ela tira muita dúvida em questão de documentação, em questão de outras coisas que a gente pode chegar, perguntar, sempre tem a resposta, ela sempre tenta tirar as dúvidas (DENIS – grupo focal).

É fundamental, eu acho que é extremamente importante, porque tendo essa assistência aqui no Instituto ou em qualquer escola dá para orientar corretamente os(as) estudantes em tirar suas dúvidas, em vez de deixar

18 Coordenação Geral de Assistência ao Estudante.

eles por conta própria, tentando resolver os assuntos sem saber direito (ANA – grupo focal).

A partir das falas, é possível compreender que o Assistente Social é representado como o profissional encarregado tanto de mediar às relações que se desenvolvem entre o discente e o IFPE quanto entre o IFPE e os demais serviços e políticas sociais, viabilizando a participação discente nos assuntos relacionados à comunidade estudantil. Ele é reconhecido como o articulador por excelência na ativação da intersetorialidade com as demais políticas sociais, esclarecendo o que faz o Serviço Social na Assistência Estudantil.

Sobre a importância desse profissional, os(as) discentes revelam, a partir dos aspectos expressivos nas relações construídas, que o Assistente Social é fundamental para a sua permanência na instituição, na medida em que informam e tiram dúvidas sobre a Assistência Estudantil. Vejamos o depoimento de Caio durante o grupo focal:

[...] embora, assim, possa haver aulas sem o Assistente Social, mas essas aulas nessa escola, certamente com a ausência desse profissional, sairia bem menos gente formada da instituição, pois estes não teriam quem lhe auxiliar mediante as dúvidas.

Os(As) discentes também representam o Assistente Social como um canal de informação sobre os demais setores do *campus*. Segundo eles(as), esse profissional tem o papel de oferecer essa ajuda, prestando assistência, inclusive aos novatos, como podemos observar em alguns depoimentos:

[...] como esse funcionário é uma ponte entre setores do *campus* e os alunos, é de total importância [...], pois os alunos, além de tirar dúvidas, eles precisam de assistência, tais como documentação, convívio; isso é importante para que o aluno entre na Instituição, permaneça e saia com êxito (CAIO - entrevista).

Eu acho assim, importante que tenha Assistente Social aqui na escola, por causa que se não existisse, não teria, tipo, os alunos ficariam muito perdidos, principalmente alunos novatos, que chegam na escola e não sabem praticamente de nada que tá acontecendo, então se... quer dizer, se tiver Assistente Social, realmente vai conseguir ajudar a todos eles (ELAINE– grupo focal).

Embora os(as) discentes representem o Assistente Social como o profissional que informa e tira dúvidas, é importante considerar que o Assistente Social pode contribuir, além disso, a partir de uma atuação mais reflexiva e propositiva, com o intuito de propor ações que contribuam para a permanência dos(as) estudantes na instituição. São ações transversais que estão atreladas ao acompanhamento educativo desses alunos.

Nos depoimentos dos(as) discentes, observamos que o Assistente Social auxilia em relação às matrículas, trancamento de matérias e frequência – atribuições próprias de profissionais da secretaria, como podemos observar explicitamente na fala do participante Caio, durante o grupo focal: “[...] ela também ajuda em questão da gente querer saber a frequência, porque no Q-acadêmico¹⁹ fica lá, mas não a porcentagem final, então em questão disso, também é muito bom por conta dessa assistência”. Essa realidade expressa à compreensão do estudante sobre a atuação do Assistente Social na Assistência Estudantil. Em outro depoimento, Caio reforça:

Devido à complexidade do que é social, acredito que auxiliar o aluno do ponto de vista social e isso remete ao fato de auxiliar tanto na documentação, que no meu caso da matrícula, transferência, também histórico, também no convívio social com o aluno e outros profissionais, como professores [...].

Ainda durante o grupo focal, alguns relatos reforçaram a fala de Caio:

Eu acho que auxilia os(as) estudantes com as dúvidas que eles têm, sendo sobre o Instituto, por exemplo, você está em dúvida sobre uma matéria, como cancelar, aí vem nela, tira as dúvidas ou ela orienta para saber os documentos necessários (ANA).

Eu acho que a Assistente Social é para auxiliar o estudante quando a gente não quer ir lá no CGAE, tipo para ver alguma coisa da ética daqui né? [...] tá com alguma dúvida, se o aluno faz alguma coisa de errado por exemplo, a gente não sabe se aquilo é ético ou não, a gente não quer chegar diretamente no CGAE, então como a gente tem essa abertura para chegar na Assistente Social, a gente pergunta se aquilo é ético, se pode ou não, como outras dúvidas, tipo [...] cancelar matrícula para não chegar diretamente na secretaria e outras coisas (BRUNO).

As atribuições do Assistente Social nos Institutos Federais acabam se revelando no cotidiano, no agir profissional, atribuindo-lhe características particularizadas pelos(as) estudantes, pelo território e pelos espaços que ocupam.

19 É um sistema de Gestão Acadêmica integrado.

Essas atribuições são construídas e consolidadas no interior de cada *campus* e em articulação com os demais técnicos administrativos, e com elaboração de possibilidades de trocas de experiência e fortalecimento desse espaço sócio-ocupacional. A identidade profissional vem se consolidando no fazer profissional da instituição, bem como a sistematização das suas atribuições.

Os(As) estudantes afirmaram que o contato com o Assistente Social foi essencial para eles continuarem o EMI, destacando a relação que o discente tem com o Assistente Social. Vejamos alguns depoimentos.

Todas as vezes que a gente, que eu fui na Assistente Social, ela sempre respondeu com muita educação, sempre atenciosamente e todas as vezes que ela terminou de explicar, ela pergunta novamente se conseguiu tirar a dúvida, se queria que ela respondesse novamente, para realmente tirar a dúvida e sempre deixa muito bem claro tirando a dúvida da gente (ANA – grupo focal).

[...] todas as vezes que eu procurei a Assistência Estudantil e Assistente Social daqui, sempre foi resolvida as minhas dúvidas, minhas pendências, apesar da questão do horário, para a gente o turno integral pega um pouquinho, mas sempre arrumamos um tempo para arrumar essas questões e sempre foram esclarecidas (BRUNO – grupo focal).

Toda vez que eu vou lá, ela explica realmente como é e tal, que da outra vez ela me explicou, da primeira vez eu fui atrás e eu não consegui, depois eu voltei novamente e ela explicou e eu consegui realizar o que eu queria. [...] ela está sempre disponível (DENIS - entrevista).

Toda vez que eu vou lá, minhas questões são resolvidas e se eu não entendo direito ela explica várias e várias vezes com calma, para a pessoa conseguir entender, o horário é um pouco complicado, porque têm vezes que a pessoa vai e não encontra ela, mas a gente dá um jeito (CAIO - entrevista).

Observamos, nesses depoimentos, duas funções das representações sociais conforme Abric (2000): a função de orientação - que guia os comportamentos e as práticas das pessoas; e a função de justificação - que permite ao indivíduo ou grupo explicar e justificar sua conduta.

Nesse sentido, podemos dizer que há uma relação de confiança estabelecida entre o profissional e o(a) estudante que utiliza os serviços ofertados pela Assistência Estudantil, porém, por mais que o Assistente Social oriente, explique e trabalhe a questão dos direitos com o discente atendido, em algumas ocasiões, esse diálogo não atinge o objetivo inicial do profissional, que é o acesso, desempenho e

permanência de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presente nos processos de ensino e aprendizagem.

No entanto, referente à garantia dos direitos, o participante Denis, em seu depoimento, menciona o Assistente Social como profissional que busca garantir os direitos dos(as) discentes, compartilhando saberes que contribuem com o fortalecimento das relações sociais dos(as) estudantes com a comunidade estudantil, como podemos observar em sua fala durante o grupo focal:

Eu acho que dá um suporte para a gente, porque às vezes a gente tem aquele certo direito, mas às vezes nem sequer conhece, então a gente chega aqui, bate na porta dela e ela apresenta... mostra que a gente tem direito àquilo ali, então eu acho que ela nos mostra que a gente também tem direito e como usufruir.

É possível observar nesse depoimento que o participante destaca o Assistente Social como um profissional dinâmico, atuante e que tem em vista os direitos e a cidadania. Ao operar no campo de garantia de direitos, o trabalho do Assistente Social se inscreve, necessariamente, na esfera da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania. Nesse sentido, tende a contribuir no compartilhamento do poder e na sua democratização. A própria matéria-prima do seu trabalho (a questão social), ao vinculá-la a múltiplas dimensões da vida social, exige que o tema dos direitos e da cidadania atravessem as suas intervenções.

Desse modo, concordamos com Jodelet (2005) quando ela afirma que, ao acessarmos as práticas e relações sociais, aproximamo-nos das representações que as sustentam. De acordo com Almeida (2009, p. 728), as representações sociais se constroem "[...] nas percepções que os indivíduos criam das relações entre grupos e categorias e nas experiências sociais que eles partilham com o outro [...]". Assim, os(as) estudantes compreendem o Assistente Social a partir da reinterpretação de suas experiências. Perrusi (1995, p. 61) afirma que as representações sociais são:

[...] um sistema de interpretação da realidade, organizando as relações entre indivíduos com o mundo e orientando as suas condutas e comportamentos no meio social. Tal sistema de interpretação se enraíza nas formas de comunicação social, permitindo ao indivíduo interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta.

No entanto, vale dizer que as representações elaboradas pelos(as) estudantes são constituídas socialmente como uma experiência coletiva e individual;

cada experiência pode levar a uma representação singular do que seja o Assistente Social.

No que se refere à materialização da Política de Assistência Estudantil no IFPE, é importante pensar em como se dá essa relação entre o Assistente Social e os sujeitos das ações dessa política que são os(as) discentes, destacando-se a importância da função pedagógica do Assistente Social inserido na Assistência Estudantil. Para Piana (2009), é importante considerar que a função pedagógica do Assistente Social reside nos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e os indivíduos, e visam potencializar, a partir de políticas públicas, o fomento de processos de lutas e resistência à ordem do capital e suas exigências, ou seja, busca a formação e organização política da sociedade, como a mobilização dos(as) estudantes, trabalhando junto aos alunos a necessidade de participação em movimentos reivindicatórios, ou quando participa de espaços de reflexão conjunta com demais agentes escolares, como professores ou outros Assistentes Sociais, como em reuniões com a equipe da Assistência Estudantil do IFPE ou de outras instituições.

Como indicado, a relação de confiança é de extrema importância para o trabalho a ser realizado no IFPE. Também compreende-se que o entendimento que os(as) estudantes têm sobre o Assistente Social ainda é muito permeado pela ideia de solidariedade e favor, marco histórico da construção da política de Assistente Social, continuando a não ser compreendida como direito e interferindo no real entendimento da finalidade dos serviços ofertados, como reforça o participante Bruno, durante a entrevista: “Que esses resultados tragam melhorias nesse setor, para que mais e mais alunos sejam ajudados”; e o participante Caio, durante o grupo focal: “Algumas coisas que eu não sabia que a Assistente Social poderia nos ajudar e agora estou sabendo”.

Os depoimentos dos(as) participantes também destacam que a atuação do Assistente Social aponta para o desenvolvimento de um trabalho que busca contribuir para a formação humana integral dos(as) discentes, destacando-se as principais contribuições: operacionalização de recursos necessários para a manutenção dos(as) estudantes no Instituto, garantindo o suporte material e social para o êxito escolar e a orientação quanto a direitos e deveres, buscando despertar uma consciência crítica e reflexiva nos(as) estudantes.

A partir dos diálogos obtidos com o grupo, foi possível perceber o quanto as vivências do cotidiano e de vida influenciam no contexto da representação, uma vez que despertaram nos(as) participantes reflexão e compreensão acerca daquilo que representa suas construções, enquanto indivíduo e ser social.

Nesse sentido, podemos observar nos depoimentos durante o grupo focal, quando destacam o significado dos termos “Assistência Social e Assistência Estudantil”: “Assistência Social é para resolver problemas da sociedade de outras pessoas. Assistência Estudantil é para resolver problemas que tem a ver com estudante ou para auxiliar o estudante, é isso que eu acho” (ANA); “Assistência Social eu creio que ajuda nos problemas da sociedade, no dia a dia e Assistência Estudantil ajuda tanto discentes quanto docentes e todo o corpo Estudantil do campus”. (BRUNO)

Nos depoimentos, os(as) estudantes evidenciam compreender o Assistente Social como um profissional que ajuda a resolver problemas, sejam eles de ordem social ou no âmbito acadêmico, pois tiram dúvidas e informam sobre diversas questões. De acordo com os apontamentos de Prada (2015), a Assistência Estudantil deve ser discutida sob a perspectiva de múltiplas funções, social, pedagógica, psicológica e econômica, podendo ser expandida para outros aspectos, de acordo com a realidade local da instituição.

Nesse sentido, não deve ser confundida como um *locus* de ações de “Assistência Social”, pois a Assistência Estudantil consiste em um serviço específico prestado no âmbito do PNAES, ou seja, um programa da Política de Educação. A Política de Assistência Social consiste em uma política específica de proteção social, que faz parte do tripé constitucional da Seguridade Social, juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, não devendo também ser confundida, de acordo com Prada (2015, p. 28), como “prática de favor ou benemerência para os pobres”, tendo em vista um caráter público, de direito social.

Há o indicativo também de que os(as) discentes necessitam de informação sobre o fazer profissional do Assistente Social. A partir do depoimento de Bruno, emerge a necessidade de se criar um espaço de comunicação onde os(as) discentes possam estar informados e também sanar suas dúvidas sempre que possível. Vejamos trecho do depoimento durante a entrevista:

[...] As Assistentes Sociais deveriam [...] colocar alguma coisa no Instagram e explicar [...] como atuam no IFPE. [...] como tem muita gente, eu acho que não tem informações sobre isso e precisariam tipo fazer alguma coisa que as pessoas fiquem sabendo como elas atuam aqui.

Assim, aludimos a Moscovici (2003), quando afirma que as representações sociais estão ligadas à linguagem, ao universo simbólico, ideológico, ao imaginário social e ao papel que assume na orientação das condutas e das práticas sociais. Para o autor, a comunicação e a produção de conhecimento encontram-se atreladas à linguagem como mediadora de representações sociais, vinculadas a partir de informações, constituindo-se um elemento fundamental no processo interacional sujeito/objeto/sujeito. Nesse contexto, sendo a linguagem o núcleo mediador do conhecimento do sujeito em interação social no cotidiano do Assistente Social, ela constitui elemento importante na construção de representações sociais.

Nesta categoria, reiteramos que as representações sociais dos(as) estudantes revelaram que o Assistente Social é um profissional essencial no IFPE. As falas trazem a contribuição do Assistente Social na trajetória escolar dos(as) estudantes no que se refere ao acesso, à permanência e ao êxito.

No próximo capítulo, apresentaremos o Produto Educacional.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, apresentamos o Produto Educacional, que foi elaborado a partir dos resultados da pesquisa. O capítulo está subdividido em três seções, quais sejam: 1) Produto Educacional “Blog”: justificativa; 2) Blog “O Assistente Social na EPT”: o processo de desenvolvimento; 3) Avaliação da aplicação do Produto Educacional.

7.1 Produto Educacional “Blog”: justificativa

A elaboração de um Produto Educacional constitui-se enquanto uma das exigências da CAPES para a conclusão dos mestrados profissionais. Dentro desse conjunto de Programas de Pós-graduação, encontra-se o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), que mantém um Curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, cuja oferta dá-se em rede, com instituições associadas em todos os estados brasileiros. Dentre tais instituições, encontra-se o IFPE.

Em consonância com os resultados da pesquisa, elaboramos, como Produto Educacional, o blog intitulado “O Assistente Social na EPT”²⁰, cujo objetivo é socializar informações sobre a atuação do Setor de Serviço Social e ações que o Assistente Social desenvolve na EPT, diante da problemática social que envolve a sociedade, a comunidade escolar e os processos de ensino e aprendizagem. No ambiente escolar, a prática de profissionais intimamente ligados à conjuntura social, como o Assistente Social, pode articular redes de proteção com a finalidade de efetivar a inclusão social, combatendo a exploração, a alienação e todo e qualquer tipo de discriminação que atrapalha o processo de formação para a cidadania.

É, portanto, nesse contexto que o Assistente Social auxilia nos processos de ensino e aprendizagem, promovendo ações de articulação com os demais atores que contribuem para a formação do aluno (docentes e equipe multiprofissional). Nesse sentido, o Assistente Social atua frente às expressões da questão social no âmbito educacional, sendo também inserido no contexto extraescolar, estabelecendo a relação com a família e a comunidade onde o estudante está

20 O blog está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://assistentesocialept.blogspot.com/>.

inserido, a fim de se garantir efetivamente o direito à educação de qualidade, em uma perspectiva plural e inclusiva, considerando suas diferenças, desigualdades e dificuldades.

Portanto, o blog torna-se um instrumento que pode viabilizar a comunicação organizacional no espaço pedagógico de construção do conhecimento. Para Boeira (2008), o blog é um espaço de interação e compartilhamento de ideias promovidas por meio do diálogo e do debate, sem a necessidade de que as pessoas se localizem no mesmo lugar. Desse modo, pode ser um recurso muito útil no ambiente escolar. Gomes (2005) afirma que, enquanto recurso pedagógico, os blogs podem vir a ser espaço de acesso à informação especializada; espaço de disponibilização de informação; um portfólio digital e um espaço de debate e de integração.

Franco (2005), por sua vez, discute a implementação do blog no contexto educacional à luz da teoria sócio-interacionista de Vygotsky, para o qual havia um papel ativo do sujeito aprendente, mas sem dispensar a importância do outro. Nessa interação entre os sujeitos, principalmente por meio da linguagem, é que o conhecimento é construído. Discutindo a teoria sociointeracionista, Franco (2005, p. 315) afirma que “[...] a aprendizagem é um processo social, que se realiza desde o nascimento, e que ocorre na interação com outras pessoas”. O blog, nesse contexto, vem a ser o artefato tecnológico facilitador da interação que, conseqüentemente, visa à promoção da aprendizagem.

Malta e Mercado (2018) afirmam que o uso do blog como artefato tecnológico pode se mostrar vantajoso, por ser um espaço que permite o armazenamento de materiais diversos, pela possibilidade de que outras pessoas (não somente os(as) estudantes) possam ter acesso ao conteúdo, e pela democratização na construção do conhecimento, já que o blog permite o compartilhamento de ideias e opiniões.

Além de ser um ambiente interativo, no qual é possível promover a troca de conhecimentos, cabe ressaltar outro ponto favorável à construção de blogs: a gratuidade, dependendo da plataforma utilizada. A utilização desses aparatos tecnológicos pode ser um meio, inclusive, para “driblar” a queda dos recursos financeiros pelos quais a Educação Profissional e Tecnológica vem passando nos últimos anos.

Em razão da facilidade em criar e editar, em comparação com outras plataformas virtuais, o crescimento dos blogs, com a popularização da internet, foi substancial. Se, em suas origens, a sua principal finalidade era funcionar como um diário virtual para os jovens, rapidamente tornou-se um instrumento de compartilhamento de ideias relacionadas a atividades profissionais. Desse modo, começaram a surgir redes interativas e colaborativas voltadas para a aprendizagem (MACHADO, 2017; OLIVEIRA, 2009).

Ao aproximar grupos que construíram relações de interesses afins, os blogs se tornaram um espaço em que a sua finalidade estava atrelada à especificidade do seu público, o que culminou em atrair “[...] a atenção desse público em uma via de mão dupla que permite ao receptor interagir com o emissor, bem como o receptor ser o emissor constituindo-se como um leitor-autor, em qualquer lugar e a qualquer hora” (MIRANDA, 2010, p.216). Dessa maneira, não só se apresentam como uma plataforma para a disseminação de conhecimentos sobre determinado assunto, como também potencializam o acesso e o consumo de informações.

Araújo (2009) acredita que a inserção do blog no ambiente escolar pode proporcionar benefícios, já que é uma plataforma que atrai os jovens, além de ser de fácil manuseio, podendo condicionar situações favoráveis e estimular a formação de saberes exigida pelo contexto social contemporâneo, decorrente do avanço científico e tecnológico. Nesse sentido, é fundamental que os sujeitos envolvidos com essas tarefas possuam a formação necessária para que isso se torne possível.

Carvalho *et al.* (2006) destacam que o blog, tendo em vista as suas diversas possibilidades de utilização, pode ser muito útil como uma ferramenta pedagógica. Ele promove situações de reflexão, indica locais para adquirir mais conhecimento, subsidia discussões e propicia o surgimento de redes de relacionamento e de aprendizagens. Miranda (2010) aponta como vantagens de se utilizar o blog no espaço escolar a facilidade em manejar essa ferramenta, a interatividade, a troca de informações e a alocação de vários tipos de mídias (texto, imagem e vídeo), e tudo isso de modo gratuito.

Acreditamos na relevância do blog para potencializar a comunicação do Serviço Social com a comunidade estudantil e exploraremos a sua funcionalidade como uma fonte de informações confiáveis, em que os(as) estudantes possam

encontrar respostas para seus questionamentos sobre a prática profissional do Assistente Social nesse espaço sócio-ocupacional de uma forma rápida e prática.

7.2 Blog “O Assistente Social na EPT”: o processo de desenvolvimento

A presente seção expõe o processo de desenvolvimento do Produto Educacional em atendimento aos requisitos para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

A área de Ensino busca construir pontes entre conhecimentos acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade. Os mestrados profissionais focam na aplicação do conteúdo que é produzido, e o ProfEPT nos traz essa valorização da educação profissional dentro da perspectiva das bases conceituais, uma vez que possuem como pré-requisito para a sua conclusão o desenvolvimento de um Produto Educacional.

Dessa forma, em consonância com a CAPES (2013), considera-se Produto Educacional na Área de Ensino o resultado de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo e deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional. Esse Produto pode ser elaborado em forma de sequência didática, aplicativo computacional, jogo, conjunto de videoaulas, equipamento, exposição etc.

De acordo com o Regulamento do ProfEPT, todos os produtos devem ter como objetivo a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem no contexto da EPT, tanto em ambientes formais quanto em ambientes não formais. Os produtos devem materializar-se em estratégias didático-inovadoras, haja vista a necessidade de aproximação entre as pesquisas desenvolvidas e as práticas de ensino (IFES, 2022).

Assim, considerando as orientações da CAPES, a partir da análise dos dados e resultados obtidos na pesquisa, optou-se, conforme já indicado, pelo desenvolvimento de um blog como espaço de acesso à informação, debate, integração social e fonte de consulta e discussão, com o objetivo de socializar as

informações do Setor de Serviço Social sobre sua atuação, bem como as ações que o Assistente Social desenvolve na EPT.

Como referência para a elaboração desse material, buscamos as orientações de Kaplún (2003), que aponta três eixos a serem considerados na construção de materiais educativos: o conceitual - que deve ser coerente com a opinião de autores que discutem amplamente o assunto tratado; o pedagógico – que deve ser coerente com as concepções desse público, com respeito e ética, porém levando-o a novas percepções sobre o tema, por meio da introdução de novos conceitos de forma acessível, mas que busquem reflexões e o desenvolvimento da empatia; e o comunicacional - que diz respeito à linguagem usada e à maneira como a mensagem do material foi utilizada para dialogar com o público.

Para a construção do conteúdo do blog (APÊNDICE I), consideramos as formulações teóricas de autores diversos do campo do Serviço Social na EPT. O blog está composto por várias abas, visando uma melhor organização. Nele, é possível encontrar sugestões diversas para enriquecimento teórico relacionado à temática.

A construção desse Produto foi realizada de modo coletivo, articulando as finalidades do desenvolvimento teórico com as representações sociais dos(as) discentes participantes. Tal produção partiu da premissa de possibilitar à comunidade acadêmica a construção de uma compreensão mais ampla do trabalho do Assistente Social na EPT, sendo tal plataforma um canal para fortalecer experiências e relações dos(as) estudantes com o Assistente Social no IFPE. Nesse espaço, é possível compreender a contribuição que o Serviço Social pode oferecer para sua formação.

Inicialmente, constatamos que não existe, na Instituição, uma plataforma específica sobre a atuação do Assistente Social na EPT. Posteriormente, no percurso da pesquisa, percebemos a necessidade da comunidade acadêmica de entender a prática profissional e as ações que o Assistente Social desenvolve no âmbito da EPT.

Para o seu desenvolvimento, foi necessário um período de dois meses. A sua organização está disposta em nove abas, as quais serão explicadas a seguir (APÊNDICE J).

A primeira aba, que é a página inicial quando se acessa a plataforma, contém as boas-vindas ao leitor. Em seguida, a aba dois contém a apresentação do Produto Educacional. A aba três trata do Assistente Social na EPT, o que faz esse profissional, de que forma auxilia nos processos de ensino e aprendizagem, quem pode e como requisitar seus serviços e suas atribuições na Assistência Estudantil. A aba quatro aborda os programas da Assistência Estudantil em que o Assistente Social atua. A quinta aba é o canal das dúvidas em relação às ações desenvolvidas pelo Assistente Social e outros assuntos relacionados ao Serviço Social. A sexta aba, “para saber mais”, traz links com documentos que norteiam o Serviço Social na EPT. A sétima aba, “queremos ouvir você”, é o meio pelo qual os(as) estudantes podem registrar críticas, elogios e sugestões. A oitava aba “quem somos nós”, mostra um pouco sobre a idealizadora do blog e seus colaboradores. E a última aba contém os contatos da Assistência Estudantil dos Campi.

É importante destacar que o blog terá continuidade e atualização semanalmente, uma vez que será incorporado como instrumento de trabalho para aprimorar a prática profissional e facilitar ainda mais a comunicação com os(as) estudantes.

7.3 Avaliação da aplicação do Produto Educacional

Os Mestrados Profissionais e sua demanda por Produtos Educacionais retratam a cultura profissional, pois o referido produto é uma das funções do citado tipo de mestrado e deve contribuir para a prática profissional, além de desenvolver uma prática reflexiva.

Considerando a abordagem utilizada para a elaboração do Produto Educacional, sua aplicação mostra-se viável, visto que as tecnologias de informação e comunicação, tais como os blogs, segundo Fraga *et al.* (2011), são ferramentas que revelam recursos didáticos e pedagógicos com o potencial de contribuir com a permanência e a formação integral dos(as) estudantes. Assim, o uso do blog propicia uma experiência motivadora e instigante, servindo como estímulo à construção e reconstrução de saberes de modo interativo.

Os Produtos Educacionais não só devem ser desenvolvidos, mas também implementados e avaliados à luz de referenciais teóricos. Assim, após o

desenvolvimento, o blog foi submetido à apreciação crítica pelos(as) estudantes participantes da pesquisa, por meio de questionário on-line (APÊNDICE K). A utilização dessa técnica para avaliação do Produto Educacional justifica-se tendo em vista os seguintes aspectos: proporciona respostas de maior profundidade, dando ao sujeito uma maior liberdade de resposta, menor risco de distorção por influência da pesquisadora, que é Assistente Social, e maior abrangência geográfica.

O formato escolhido para o questionário foi o de perguntas abertas, por permitirem que os respondentes discorressem livremente sobre o objetivo de cada pergunta e, ainda, que fizessem sugestões à pesquisadora sobre o Produto Educacional. O questionário, composto por onze perguntas relacionadas ao conteúdo e à estrutura do blog, busca conhecer o ponto de vista dos(as) participantes em relação à construção do conhecimento e sua contribuição para o ensino na perspectiva da formação integral. O questionário eletrônico foi elaborado por meio do *Google Forms*.

Entramos em contato com os oito participantes da pesquisa através do *Whatsapp*²¹, no dia 03 de março de 2023. Porém, obtivemos retorno de apenas três estudantes, que tiveram acesso ao blog e responderam ao questionário no dia 07 de março de 2023. Tentamos novamente contato com os demais participantes, mas não obtivemos êxito. Realizaram a avaliação do blog três estudantes que participaram das duas etapas da pesquisa: Ana, Bruno e Elaine.

O Produto Educacional ficou disponível aos(às) participantes no período de 03 a 09 de março de 2023. Para realizarmos a aplicação do questionário de avaliação, agendamos com cada estudante um encontro no *Google Meet*²². Nessa ocasião, disponibilizamos o questionário por e-mail e solicitamos que o(a) participante projetasse o questionário na reunião e respondesse na nossa presença virtual. Utilizamos essa estratégia, tendo em vista que, no período da aplicação do Produto Educacional, os(as) participantes da pesquisa já haviam concluído o curso.

A técnica utilizada para analisar as respostas dos(as) estudantes às perguntas do questionário foi a Técnica de Análise de Conteúdo Categrorial Temática, de Bardin (2016). A partir dessa análise, identificamos duas categorias: “O blog é informativo”

21 É um aplicativo que funciona como um serviço de mensagens instantâneas

22 É um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.

e “O blog contribui para a construção de conhecimentos sobre o Assistente Social na EPT”.

A primeira categoria, “O blog é informativo”, revela que os(as) participantes apreciaram o material, realçando sua importância, como podemos observar nas seguintes respostas: “É muito interessante” (BRUNO); “[...] foram ótimos conteúdos” (ANA). Os(As) participantes também avaliaram as informações e os conteúdos abordados, caracterizando-os como *informativos* e *acessíveis*. Afirmaram: [...] “Tirou todas as minhas dúvidas; [...] é informativo” (ANA) e [...] “esclareceram todas as minhas dúvidas [...] tudo explicado em uma linguagem acessível” (ELAINE).

Para os(as) participantes, o blog está organizado de maneira clara, objetiva e de fácil compreensão, facilitando o acesso às informações do Serviço Social. Esse era o objetivo a ser atingido ao desenvolver o referido produto, auxiliar para que os(as) estudantes possam procurar e acessar as informações de que precisam de uma maneira mais objetiva e autônoma, permitindo que procedimentos e informações básicas do setor estejam adaptadas a recursos tecnológicos, visto que a tecnologia faz parte da rotina dos jovens, e a escola precisa acompanhar a evolução dessa sociedade cada vez mais digital.

Nesse sentido, relacionado ao objetivo principal do blog, todos(as) afirmaram que o Produto Educacional atende à finalidade para a qual foi elaborado. A qualidade do material, em relação a sua apresentação, como a diagramação, foi elogiada, e os(as) participantes disseram considerar o material bastante didático, por proporcionar uma leitura leve e direta. Vejamos respostas: [...] “bem legal e didático” (ANA) e “bonito e agradável” (BRUNO).

Reiteramos que as respostas encaminhadas deram clareza da percepção dos respondentes sobre a validade do Produto Educacional e sugeriram aprimoramentos na apresentação do blog, de modo a facilitar a leitura e o acesso aos conteúdos. Vejamos: “[...] tem que dar uma melhorada, me perdi na hora de acessar os materiais [...] No momento, só questão gráfica mesmo porque eu me perdi na hora de acessar os conteúdos” (ELAINE).

Considerando o comentário realizado pela estudante, destacamos sua importante contribuição para o aprimoramento do Produto Educacional. Portanto, a sugestão da discente foi acatada através da recomendação de melhoria na apresentação gráfica do blog, de modo a facilitar o acesso aos conteúdos.

Ressaltamos que, ao ampliar esse espaço, estamos, ao mesmo tempo, produzindo conhecimento para a comunidade, visto que todos os assuntos expostos no blog são conhecimentos teóricos. Portanto, a partir dos relatos, verificamos que o blog ampliou os espaços para discussão e diálogo, indicando uma maior efetividade aos elementos centrais abordados nas postagens.

Em relação à segunda categoria, “O blog contribui para a construção de conhecimentos sobre o Assistente Social na EPT”, as avaliações dos(as) participantes indicam que a proposta é tecnicamente viável, sendo elogiada pelos(as) avaliadores como algo dinâmico, adequado, inovador e útil para a finalidade proposta, conforme se observa nos trechos a seguir: “[...] Contribui na troca de experiência e informações [...] deixa bem esclarecido” (ANA); “[...] fácil de usar [...] acho que deveria divulgar em todo os Institutos Federais” (BRUNO); e “[...] acredito que ali haja informações verdadeiras a respeito do tema tratado, de forma explicativa e coesa” (ELAINE).

Para os(as) participantes, o blog contribui para a construção do conhecimento sobre o Assistente Social na EPT. Vejamos: “[...] traz mais informações sobre o que o Assistente Social faz no campus e melhora a comunicação [...] através dele, percebemos a utilidade e importância do Assistente Social” (BRUNO); e “Com esse blog, o aluno ficará informado e saberá quando precisa receber ajuda do Assistente Social” (ELAINE).

Diante das desigualdades sociais e educacionais, a busca pela democratização e pelo fortalecimento dos princípios de uma educação integral, para que os(as) discentes possam desenvolver-se plenamente, torna-se essencial. Nesse sentido, de acordo com Moura (2013), o EMI caminha em direção à possibilidade dessa travessia na busca da formação humana integral. Assim, o Assistente Social torna-se imprescindível para essa travessia, em que o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes possam ser contemplados.

De acordo com o objetivo que foi definido para o Produto Educacional, o blog foi bem avaliado pelos(as) participantes. As respostas sugerem que o material poderá contribuir para a prática profissional do Assistente Social na EPT, trazendo uma melhor compreensão das suas atribuições e fortalecendo, assim, a sua atuação no IFPE.

Diante do exposto, reiteramos que a apresentação deste Produto junto aos(às) estudantes do EMI poderá facilitar, divulgar e promover as ações do Assistente Social na EPT. Esperamos, desse modo, que o blog possa contribuir para a formação da comunidade do IFPE de forma geral, favorecendo a elucidação dos conceitos essenciais para a participação consciente e autônoma.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como objetivo geral analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de EMI do IFPE - *campus* Belo Jardim. Os resultados mostraram que os(as) estudantes participantes representam o Assistente Social como profissional da bolsa e o profissional que informa e tira dúvidas. Essas representações estão interligadas à reinterpretação das experiências que tais estudantes construíram com o Assistente Social durante o seu percurso formativo.

Durante muito tempo, o trabalho do Assistente Social esteve relacionado a um viés estritamente assistencialista. Na atualidade, a reconfiguração do trabalho desse profissional, que opera na perspectiva de efetivar os direitos e o exercício da cidadania, influencia a dinâmica de funcionamento dos grupos sociais. Desse modo, podemos dizer que as representações sociais construídas pelos(as) estudantes de que o Assistente Social na EPT é o profissional que informa e tira dúvidas, não apenas sobre questões como bolsas e projetos, mas também sobre direitos, revelam conteúdos representacionais que estão articulados à reconfiguração do trabalho do Assistente Social.

As representações sociais do Assistente Social construídas pelos(as) participantes chamam atenção para a importância da prática desse profissional nos Institutos Federais e os desafios a serem enfrentados nesse espaço sócio-ocupacional, no que se refere às expressões da questão social, que podem interferir negativamente nos processos de ensino e aprendizagem dos(as) discentes. Essa prática deve estar em consonância com o projeto ético-político e o Código de Ética da profissão, quando se trata das atribuições e competências profissionais.

Com esse entendimento, é possível auferir, a partir das representações sociais construídas, que, com o movimento de reconfiguração da profissão, o Assistente Social contribui para a efetivação do direito à educação de qualidade, através de ações que proporcionem o acesso, a permanência e o êxito dos(as) estudantes. Trata-se, pois, de um profissional que contribui para efetivar o exercício da cidadania, ao compartilhar conhecimentos que favorecem o fortalecimento das relações sociais com a comunidade escolar, para além de uma prática assistencialista.

As representações sociais dos(as) estudantes revelaram que o Assistente Social é fundamental para a formação destes, na perspectiva da formação integral. Para eles(as), esse profissional contribui efetivamente para a trajetória acadêmica. Portanto, essas representações justificam a relação de confiança estabelecida entre profissional e discente, trazendo à tona as funções de orientação e justificção das representações sociais construídas.

Desse modo, destacamos a importância do Assistente Social no processo de democratização do ensino. Isso porque esse profissional desenvolve ações que permitem aos jovens acreditar em sua capacidade e buscar a oportunidade de ingresso em uma instituição de ensino, e, assim, conquistar novas possibilidades, sabendo que terão o suporte necessário para permanecer na instituição, sentindo-se acolhidos e pertencentes àquele espaço escolar.

Os resultados da pesquisa evidenciaram também que, para os(as) estudantes, é necessário um canal de comunicação para repassar as ações que o Assistente Social desenvolve no *campus*, utilizando uma linguagem acessível que facilite o diálogo. Para eles(as), como o curso é integral, nem sempre é possível encontrar a Assistente Social, então esse canal seria uma ponte entre profissional e estudantes.

Desse modo, os resultados trouxeram subsídios que auxiliaram nas estratégias de comunicação com os(as) discentes participantes da pesquisa. A partir desses resultados, desenvolvemos, como Produto Educacional, o blog “O Assistente Social na EPT”, com o objetivo de socializar informações sobre a atuação do Setor de Serviço Social e as ações que o Assistente Social desenvolve na EPT diante da problemática social que envolve a sociedade, a comunidade escolar e os processos de ensino e aprendizagem. O blog alcançou êxito, pois, segundo as avaliações, possibilitou aos(as) estudantes se apropriarem dos resultados advindos deste estudo, possibilitando a construção de conhecimentos sobre a prática profissional do Assistente Social na EPT.

É importante destacar que o desenvolvimento do blog buscou disponibilizar conteúdos para a construção do conhecimento, a aprendizagem, o aprofundamento nos temas e a promoção das mais diversas perspectivas e visões. Enquanto instrumento que permite a colaboração dos leitores por meio de comentários aos conteúdos disponibilizados, espera-se que o blog reúna leitores interessados na

temática e se torne um espaço virtual dinâmico de aprendizagem. A aplicação do Produto Educacional evidenciou uma avaliação positiva; os(as) estudantes avaliadores sugeriram, inclusive, que o recurso seja utilizado e divulgado nos demais *campi*.

Conforme abordamos, a partir da pesquisa do tipo “Estado da Arte” que realizamos, ainda são escassos os conhecimentos produzidos sobre a temática do Assistente Social na EPT, com foco nos cursos técnicos integrados. Desse modo, reiteramos a relevância de se promover mais estudos voltados a essa temática com estudantes, para que tenham subsídios de análise, uma vez que possibilitará qualificar ainda mais essa prática e, dessa forma, contribuir com a formação discente e o fortalecimento do conhecimento científico.

Considerando a educação em uma perspectiva crítica e transformadora, que possibilita o desenvolvimento da cidadania e contribui com a luta pela superação das desigualdades e de exclusão social, reafirmamos a relevância deste estudo, bem como ressaltamos a importância de outras pesquisas sobre a temática, tendo como foco outro público da comunidade escolar, a partir da TRS, de modo a contribuir para a produção do conhecimento sobre o Assistente Social na EPT e favorecer o aperfeiçoamento dessa prática profissional.

A partir desta pesquisa, aprofundamos os saberes sobre o Assistente Social na EPT e o EMI, conhecendo o universo de sua prática profissional, o que nos possibilitou compreender a travessia para uma sociedade mais igualitária, que supera a dualidade educacional e que proporciona a todos(as) o direito a uma formação integral, para que aconteça a democratização do ensino. Assim, com esse conhecimento, somado às representações sociais dos(as) estudantes, constróem-se subsídios que auxiliam a determinação do Assistente Social para continuar desenvolvendo o seu papel estratégico e mobilizador dentro do IFPE.

Esperamos que os resultados desta pesquisa e o Produto Educacional desenvolvido sejam incorporados no cotidiano da instituição e, desse modo, possam contribuir na luta pela democratização do ensino, na valorização da Educação Profissional e Tecnológica e no reconhecimento do Assistente Social como um profissional que auxilia na redução das desigualdades sociais, possibilitando que todos possam acessar e permanecer no IFPE, tendo uma educação integral.

Diante do exposto, consideramos que esta pesquisa pode ser uma porta de

entrada para a continuação das pesquisas com estudantes dos demais *campi*, bem como com os demais segmentos envolvidos com o Serviço Social. A pesquisa apontou a necessidade de se compreender as representações sociais para aperfeiçoar a atuação do Assistente Social, tendo em vista que as diversas demandas encaminhadas a este profissional nos indicam uma riqueza variada de possibilidades que precisam ser potencializadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **O Serviço Social na Educação Profissional e Tecnológica: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação**. 2017. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ABREU, Edna Maria Coimbra de. O trabalho dos Assistentes Sociais na Educação Profissional e Tecnológica: as ações desenvolvidas no cotidiano institucional. *In: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ABREU, Marina Maciel. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, set. 2004.

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. *In: MOREIRA, Antônio Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de (org.)*. **Estudos interdisciplinares de Representação Social**. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: proposições teóricas-metodológicas. *In: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. (org.)* **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: UFPE, 2005. p. 117-160.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. **Revista Inscrita. Conselho Federal de Serviço Social**, Brasília, p. 19-24, 2000.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço Social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. *In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO*, 1, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Disponível em: http://www.cressmg.org.br/Testos/serviço_social_e_política_educacional_ney_teixeira.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. *In: Cartilha*. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação**. Minas Gerais, 2005.

ÁLVARO, José Luís; GARRIDO, Alícia. **Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ALVES, Elaine Jesus. Políticas Sociais de Assistência Estudantil para Estudantes Pobres nas Universidades Públicas Brasileiras. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 6., 2013, São Luis. **Anais[...]**. São Luiz: UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/politicassociaisdeassistenciaestudantilparaestudantespobres.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas**: fundamentos, processos e desafios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ANADÓN, Marta; MACHADO, Paulo Batista. **Reflexões Teóricas**: Metodológicas sobre as Representações Sociais. Bahia: UNEB, 2003.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação**: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ARAÚJO, Michele Menghetti Ugulino de. **Potencialidades do uso do blog em educação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

ARCARY, Valério. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**, 2015. Disponível em: <https://sinasefeifpr.wordpress.com/2015/12/27/uma-nota-sobre-os-institutos-federais-em-perspectiva-historica/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

AUD, Milena Ferraz. **O trabalho dos/as Assistentes Sociais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP**: o processo de intensificação em questão. 2017. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na política de educação brasileira**. Campinas: Papel Social, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEHRING, Elaine Santos; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2009.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 257.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 17 mar. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Define diretrizes para constituição dos Institutos Federais. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.095%2C%20DE%2024,Rede%20Federal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 04 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021.** Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 02 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016.** Define as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n° 3.688 de 2000**. Dispõe sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais de educação de cada escola. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=13881CC721CAFA4D90FED540A96343E6.node1?codteor=1115163&filename=Avulso+PL+3688/2000. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n° 837 de 2003**. Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=64E7542369EF00276CA2156DF577C8F7.proposicoesWebExterno2?codteor=249369&filenome=PRL+1+CE+%3D%3E+PL+837/2003. Acesso em: 03 jan. 2022.

BOEIRA, Adriana Ferreira. Blogs na Educação: Blogando Algumas Possibilidades Pedagógicas. *In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA*, 8., 2008, Vacaria. **Anais [...]**. Vacaria-RS, 2008.

BULL, Thalita Giovanna. **Trajetória do Serviço Social de Limeira**: Construção de uma “Educação para além do capital”. 2010. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2013**. Área de avaliação: Ensino. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 18 out. 2021.

CARVALHO, Ana Amélia; MOURA, Adelina; PEREIRA, Luís; CRUZ, Sónia. **Blogue**: uma ferramenta com potencialidades pedagógicas em diferentes níveis de ensino. *In: COLÓQUIO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES*, 7.; *COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE QUESTÕES CURRICULARES*, 3., 2006, Braga. **Anais[...]**. Braga: CIEd, 2006.

CFESS. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 3). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 17 jul. 2021.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In: RAMOS, Marise; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.)*. **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, v. 62, mar. 2000.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL 9., 2009, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis, 2009.

COUTINHO, Maria da Penha de Lima; SALDANHA, Ana Alayde Werba. **Representações sociais e práticas em pesquisa**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 2005.

DAROS, Michelli Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), a evasão escolar e a atuação do Serviço Social: uma experiência em construção**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

DOISE, Willem. Ancoragem nos estudos sobre representações sociais. **Boletim de Psicologia**, ano 45, n. 405, p.189-195, 1992.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos (org.). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Cortez, 2019.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 115, p. 139-154, 2002.

FARR, Robert Maclaughlin. **As raízes da psicologia social moderna**. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.

FERREIRA, Jéssica Fernanda Wessler. **A contribuição do Assistente Social para a permanência dos estudantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no Instituto Federal do Paraná - IFPR**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

FRAGA, Vinicius Munhoz *et al.* [Blog como recurso didático pedagógico no ensino de ciências: as tecnologias de ensino na era dos nativos digitais](http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1418-1.pdf). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS, 8, 2011, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1418-1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FRANCO, Maria de Fátima. Blog educacional: ambiente de interação e escrita colaborativa. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – SBIE , 16., 2005, . **Anais[...]**. [S. l]: UFJF, 2005. Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/416/402>. Acesso em: 06 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. 51.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FRIAS, Rubens Eduardo. Introdução. *In*: MARX, Karl; ENGELS, Friedric. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política educacional e questão social. *In*: **Em foco: o Serviço Social e a Educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, educação e tecnologia: treinamento polivalente ou formação politécnica. *In*: Silva, T. Tomáz da. (org.) **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 254-274.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, Maria João. Blogs: um recurso e uma estratégia pedagógica. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 7., 2005, Leiria, Por. **Anais[...]**. Leiria-Por., 2005. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4499/1/Blogs-final.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, Trabalho e Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IFPE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. 2021. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br>. Acesso em: 20 jul. 2021.

IFES. Instituto Federal do Espírito Santo. 2022. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br>. Acesso em: 19 jan. 2022.

IFPE. **Resolução CONSUP nº 133, de 30 de junho de 2022**. Aprova a Reformulação da Política de Assistência Estudantil do IFPE. Recife, 2022. Disponível em: <https://www.ifpe.edu.br/noticias/ifpe-lanca-nova-politica-de->

assistencia-

estudantil/resoluo1332022aprovaareformulaodapoliticaeassistnciaestudantildoifpe.p
df. Acesso em: 27 de mar. 2023.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As Representações Sociais**. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, Denise. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Revista Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 679-712, dez. 2009.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (org.). **Textos em representações sociais**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação & Educação**, n. 27, p. 46-60, 2003.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2012.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p.20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

LESSA, Simone Eliza do Carmo. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas do trabalho do assistente social: contribuições para este debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 113, p.106 – 130, 2013.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOPES, Bernarda Elane Madureira. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. *In*: **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 3, n. 2, ago./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/30290/16545>. Acesso em: 30 out. 2021.

LOUREIRO, Carlos. **A docência como profissão**. Lisboa: Asa, 2001. 106 p.

MACHADO, Élcio Basílio Pereira. **O blog como tecnologia educacional para educação física no ensino médio**: construção mediada pela pesquisa-ação. Dissertação (Mestrado profissional em Ensino na Saúde) - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2017.

MALTA, Nigel Stewart Patriota; MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. Tecnologias da informação e comunicação no ensino superior de educação em direitos humanos. **Revista Temas em Educação**. João Pessoa, Brasil, v. 27, n.2, p. 90-118, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/37024/21605>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia de científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. *In*: SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço Social na Educação**: teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Unesp, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/113704>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

MENDES, Ana Magnólia. O diálogo psicodinâmica, ergonomia, psicometria. *In*: Ana Magnólia Mendes (org.). **Psicodinâmica do Trabalho**: teoria, método, pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 89-110.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRANDA, Lyana Virgínia Thédiga de. Oficinas pedagógicas de blogs na Educação Física: um relato de experiência. **Motrivivencia (UFSC)**, v. 34, p. 208-222, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MOURA, Dante Henrique; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira; RAMOS, Marise Nogueira. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Documento Base, Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 01 ago. 2022.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional no Brasil nos anos 2000: movimentos contraditórios. *In*: Moura, Dante Henrique (org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p.141- 200.

NASCIMENTO, Clara Martins do. Assistência Estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 23, n. 53, p. 88-103, fev. 2014.

NASCIMENTO, Luciana de Cassia Nunes; SOUZA, Tania Vignuda de; OLIVEIRA, Isabel Cristina dos Santos; MORAES, Juliana Rezende Montenegro Medeiros de; AGUIAR, Rosane Cordeiro Burla de; SILVA, Liliane Faria da. Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência em entrevista com escolares. **Rev Bras Enferm**,; v. 71, n. 1, p. 228-33, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0616>.

NASCIMENTO, Luciana de Cassia Nunes. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. **FONAPRACE: Revista comemorativa 25 anos**, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Fátima Oliveira de; WERBA, Graziela Cucchiarelli. Representações sociais. *In*: STREY, Marlene Neves. (org). **Psicologia social contemporânea**: Livro texto. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 104-117.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. O ciberespaço e a escrita de si na contemporaneidade: repete o velho, o novo blog? *In*: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. **BLOGS.com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento Editorial, 2009. p.55-74.

PERRUSI, Artur. **Imagens da loucura**: representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo: Cortez; Recife: UFPE, 1995.

PIANA, Maria Cristina. Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PIZZOL, Silvia Janine Servidor de. Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, p. 451-468, 2004.

PRADA, Talita. **O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

RAMOS, Marise Nogueira. **Concepção do ensino médio integrado**. SEMINÁRIO SOBRE ENSINO MÉDIO, 2008. Secretaria de Educação do Pará, 2008. v. 8. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p.106-127.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42–56.

RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck; SUHR, Inge Renate Frose; BATISTA, Bruno Nunes. Desafios da Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica: Entrevista com Rony Cláudio de Oliveira Freitas. **Debates em Educação**, p. 361-372, 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SANTOS, Gabrielle dos; FREITAS, Leana Oliveira. A Política de Assistência Estudantil da Agenda Pública Brasileira: entre avanços e desafios. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luis. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2015. T e m a : Para além da crise global: experiências e antecipações concretas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/a-politica-de-assistencia-estudantil-na-agenda-publica-brasileira-entre-avancos-e-desafios.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A Teoria das Representações Sociais. *In*: SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de. (org.). **Diálogos com a Teoria das Representações Sociais**. Recife: UFPE, 2005. p. 15-38.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação.**, v. 12 n. 34, jan./abr. 2007.

SILVA, Edna. Lúcia. da; MENEZES, Estera. Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3.ed. Revisada e atualizada. Florianópolis: UFSC, 2001. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância.

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do/a Assistente Social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In*: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luíz Teixeira de (org.). **Serviço Social e Educação**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 153-172.

SILVA, Marcela Mary José da. (org). O lugar do Serviço Social na educação *In*: SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas: Papel Social, 2012. p. 15-31.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre**. 2013. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social e Processos de Trabalho. *In*: **Curso de Formação Profissional: um projeto de atualização**. Módulo I. Florianópolis: CRESS, 1998.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. 2008. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências no fazer profissional**. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. d. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. *In* SILVA. Augusto Santo; PINTO. José Madureira (org.). **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento. 1986. p. 101-128.

VALA, Jorge. **Representações sociais e psicologia social do cotidiano social**. *In*: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (ed.). *Psicologia Social*. 7. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

VALLE, Lutiere. Dalle. **As representações sociais do professor de artes visuais no ensino médio e sua relação com a construção do conhecimento artístico do aluno**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2008.

VASCONCELOS, Natália, Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**. Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361/6598>> Acesso em: 24 jul. 2022.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Questões de caracterização do(a) participante

- 1) Idade: _____
- 2) Gênero _____
- 3) Raça _____
- 4) Curso técnico/Período: _____
- 5) Proveniente de escola pública ou privada? _____
- 6) Beneficiário de Programas Sociais/Qual? _____
- 7) É cotista com renda familiar total de até 1,5 do salário mínimo? _____

Questões sobre o objeto de pesquisa

- 1) Você já teve **contato** com um Assistente Social? Se sim, como foi sua experiência?
- 2) Como é a sua **relação** com o Serviço Social do campus?
- 3) Quais **limitações ou dificuldades** você encontra nessa relação?
- 4) Para você, quais as **ações** que o Assistente Social desenvolve no campus?
- 5) Para você, quais são as **atribuições** do Assistente Social?
- 6) Quais seriam as possíveis alternativas que você poderia sugerir para que o Serviço Social do IFPE – Belo Jardim pudesse **aperfeiçoar sua prática** profissional?
- 7) Qual a **contribuição** que o Serviço Social pode oferecer para a sua formação dentro do IFPE?
- 8) Gostaria de acrescentar algum comentário ou informação que possa contribuir com essa pesquisa?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE B - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL I

Questões sobre o objeto de pesquisa

- 1) Para vocês, o que significa **Assistência Social e Assistência Estudantil**?
- 2) Quando vocês **requisitam** o Assistente Social?
- 3) Em quais situações, no campus, vocês tiveram **acesso** aos Assistentes Sociais? Descrevam.
- 4) Para o grupo, em que consiste **a prática profissional** do Assistente Social?
- 5) Para vocês, como é **o trabalho do Assistente Social** na Assistência Estudantil?
- 6) Gostariam de acrescentar algum comentário ou informação que possa contribuir com essa pesquisa?



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE C - ROTEIRO DO GRUPO FOCAL II

Questões sobre o objeto de pesquisa

- 1) Para o grupo, quais são **as atividades (ações)** que o Assistente Social desenvolve no IFPE além dos editais do Programa Bolsa Permanência?
- 2) Na opinião de vocês, o Assistente Social tem **contribuído** com as diversas demandas estudantis?
- 3) Como vocês caracterizam o trabalho que o Assistente Social desenvolve junto aos(às) **discentes do EMI**?
- 4) Vocês acham que é **importante** esse profissional aqui no Campus?
- 5) Como foi à **experiência de participar** dessa pesquisa, com um olhar sobre a prática profissional do Assistente Social, pensando na formação discente? Positiva, negativa, sugestões.
- 6) Gostariam de acrescentar algum comentário ou informação que possa contribuir com essa pesquisa?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Participantes a partir dos 18 anos de idade)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado**. Para que você possa decidir se quer participar ou não, precisa conhecer os benefícios, os riscos e as consequências da sua participação.

Este é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tem esse nome porque você só deve aceitar participar desta pesquisa depois de ter lido e entendido este documento. Leia as informações com atenção e converse com o pesquisador responsável e com a equipe da pesquisa sobre quaisquer dúvidas que você tenha. Caso haja alguma palavra ou frase que você não entenda, converse com a pessoa responsável por obter este consentimento, para maiores explicações.

Caso prefira, converse com os seus familiares e amigos antes de tomar uma decisão. Se você tiver dúvidas depois de ler estas informações, deve entrar em contato com o pesquisador responsável.

Após receber todas as informações e todas as dúvidas forem esclarecidas, você poderá fornecer seu consentimento, rubricando e/ou assinando em todas as páginas deste Termo, em duas vias (uma ficará com o pesquisador responsável e a outra, ficará com você, participante desta pesquisa), caso queira participar.

PROPÓSITO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Belo Jardim. E como objetivos específicos identificar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes; Compreender o processo de construção das representações sociais do Assistente Social na EPT dos estudantes; Compreender as contribuições do Assistente Social na trajetória escolar dos estudantes a partir das representações sociais construídas; Elaborar como Produto Educacional um blog sobre o Assistente Social na EPT.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida em duas etapas. Na primeira, utilizaremos a entrevista semiestruturada, no período de 01/10/2022 à 31/10/2022. Na segunda, o grupo focal, no período de 01/12/2022 à 31/12/2022. Todas as entrevistas e encontros do grupo focal serão agendados, em horário em que os estudantes já estejam no campus, não gerando demanda de deslocamento e custos extras. Serão desenvolvidas em sala que ofereça privacidade e sigilo aos(as) participantes. Destacamos que todas as entrevistas serão gravadas, e que cada encontro do grupo focal terá duração aproximada de uma hora, será filmado e fotografado. Posteriormente, as falas serão transcritas na íntegra, duplamente conferidas para fins de análise e armazenadas em computador pessoal da pesquisadora, garantindo-se a fidedignidade dos conteúdos discursivos dos(das) participantes.

BENEFÍCIOS

Os benefícios do estudo para o participante da pesquisa, a comunidade científica e a sociedade surgirão à medida que haja o conhecimento das representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes.

RISCOS

O risco mínimo que poderá surgir está relacionado ao constrangimento de revelar suas percepções e sentimentos durante a entrevista e o grupo focal. Se ocorrer, haverá disponibilidade de atendimento/acolhimento psicológico ao(a) participante minimizando o possível constrangimento emocional.

CUSTOS

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

CONFIDENCIALIDADE

Esclarecemos que os(as) participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa como: gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período de no mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer momento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma, conforme a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 17, Inciso III. Caso decida interromper sua participação na pesquisa, a equipe de pesquisadores deve ser comunicada e a coleta de dados relativos à pesquisa será imediatamente interrompida e seus dados excluídos.

ACESSO AOS RESULTADOS DA PESQUISA

Você pode ter acesso a qualquer resultado relacionado à pesquisa e que se tiver interesse, poderá receber uma cópia destes resultados.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS

Você terá acesso, em qualquer etapa da pesquisa, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa. Neste caso, por favor, ligue para o(a) **Maria Rita Valões da Silva**, no telefone (87)981701203, no horário das 13:00h às 17:00h, ou através do e-mail: rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do IMIP. Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre a

pesquisa, entre em contato com o CEP-IMIP, que objetiva defender os interesses dos(das) participantes da pesquisa, respeitando seus direitos e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa desde que atenda às condutas éticas. O CEP-IMIP está situado à Rua dos Coelhos, nº 300, Boa Vista. Hospital Pedro II, no subsolo próximo ao setor de radiologia. tel: (81) 2122-4756. Email: comitedeetica@imip.org.br. O CEP/IMIP funciona de 2ª a 6ª feira, nos seguintes horários: 07:00 às 11:30 h e 13:30 às 16:00h.

O Termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com o participante e a outra será arquivada com os pesquisadores responsáveis.

CONSENTIMENTO

Li as informações acima e entendi o propósito do estudo. Ficaram claros para mim quais são os procedimentos a serem realizados, os riscos, os benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Entendi também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados e que minhas dúvidas serão explicadas a qualquer tempo.

Entendo que meu nome não será publicado e será assegurado o meu anonimato.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e sei que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o andamento da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma.

Eu, por intermédio deste, () CONCORDO, dou livremente meu consentimento para participar desta pesquisa. () NÃO CONCORDO.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

_____/_____/_____
Data

Nome e Assinatura da Testemunha Imparcial

_____/_____/_____
Data

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes desta pesquisa ao participante de pesquisa acima e/ou pessoa autorizada para consentir pelo mesmo.

Nome e Assinatura do Responsável pela
Obtenção do Termo

_____/_____/_____
Data

Rubrica do Participante da Pesquisa

Rubrica do Pesquisador

APÊNDICE E - CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Responsáveis legais de criança ou adolescente dos oito anos a menores de 18 anos)

Seu filho (a) ou o menor sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado**. Para que você possa decidir se ele (a) deva participar ou não, precisa conhecer os benefícios, os riscos e as consequências da sua participação.

Este documento é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e tem esse nome porque você só deve aceitar a participação do menor na pesquisa depois de ter lido e entendido este documento. Leia as informações com atenção e converse com o pesquisador responsável e com a equipe da pesquisa sobre quaisquer dúvidas que você tenha.

Caso haja alguma palavra ou frase que você não entenda, converse com a pessoa responsável por obter este consentimento, para mais esclarecimentos. Caso prefira, converse com os seus familiares, amigos e com a equipe médica antes de tomar uma decisão. Se você tiver dúvidas depois de ler estas informações, entre em contato com o pesquisador responsável.

Após receber todas as informações, e o esclarecimento de suas dúvidas, você poderá fornecer seu consentimento, rubricando e/ou assinando em todas as páginas deste Termo, em duas vias (uma do pesquisador responsável e outra do responsável pelo (a) menor participante da pesquisa), caso concorde com a participação.

PROPÓSITO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Belo Jardim. E como objetivos específicos identificar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes; Compreender o processo de construção das representações sociais do Assistente Social na EPT dos estudantes; Compreender as contribuições do Assistente Social na trajetória escolar dos estudantes a partir das representações sociais construídas; Elaborar como Produto Educacional um blog sobre o Assistente Social na EPT.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa será desenvolvida em duas etapas. Na primeira, utilizaremos a entrevista semiestruturada, no período de 01/10/2022 à 31/10/2022. Na segunda, o grupo focal, no período de 01/12/2022 à 31/12/2022. Todas as entrevistas e encontros do grupo focal serão agendados, em horário em que os estudantes já estejam no campus, não gerando demanda de deslocamento e custos extras. Serão desenvolvidas em sala que ofereça privacidade e sigilo aos(as) participantes. Destacamos que todas as entrevistas serão gravadas, e que cada encontro do grupo focal terá duração aproximada de uma hora, será filmado e fotografado. Posteriormente, as falas serão transcritas na íntegra, duplamente conferidas para fins de análise e armazenadas em computador pessoal da pesquisadora, garantindo-se a fidedignidade dos conteúdos discursivos dos(das) participantes.

BENEFÍCIOS

Os benefícios do estudo para o participante da pesquisa, a comunidade científica e a sociedade surgirão à medida que haja o conhecimento das representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes.

RISCOS

O risco mínimo que poderá surgir está relacionado ao constrangimento de revelar suas percepções e sentimentos durante a entrevista e o grupo focal. Se ocorrer, haverá disponibilidade de atendimento/acolhimento psicológico ao(a) participante minimizando o possível constrangimento emocional.

CUSTOS

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

CONFIDENCIALIDADE

Esclarecemos que os(as) participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa como: gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, pelo período de no mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer momento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma, conforme a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 17, Inciso III. Caso decida interromper sua participação na pesquisa, a equipe de pesquisadores deve ser comunicada e a coleta de dados relativos à pesquisa será imediatamente interrompida e seus dados excluídos.

ACESSO AOS RESULTADOS DA PESQUISA

Você pode ter acesso a qualquer resultado relacionado à pesquisa e que se tiver interesse, poderá receber uma cópia destes resultados.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS

Você terá acesso, em qualquer etapa da pesquisa, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa. Neste caso, por favor, ligue para o(a) **Maria Rita Valões da Silva**, no telefone (87)981701203, no horário das 13:00h às 17:00h, ou através do email: rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP) do IMIP. Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre a pesquisa, entre em contato com o CEP-IMIP, que objetiva defender os interesses dos(as) participantes da pesquisa, respeitando seus direitos e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa desde que atenda às condutas éticas. O CEP-IMIP está situado à Rua dos Coelhos, nº 300, Boa Vista. Hospital Pedro II, no subsolo próximo ao setor de radiologia. tel: (81) 2122-4756 – Email: comitedeetica@imip.org.br. O CEP/IMIP funciona de 2ª a 6ª feira, nos seguintes horários: 07:00 às 11:30 h e 13:30 às 16:00h.

O Termo está sendo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará com o responsável pelo (a) participante e a outra será arquivada com os pesquisadores responsáveis.

CONSENTIMENTO

Li as informações acima e entendi o propósito do estudo. Ficaram claros para mim quais são os procedimentos a serem realizados, os riscos, os benefícios e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Entendi também que a participação do (a) menor é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados e que minhas dúvidas serão explicadas a qualquer tempo.

Entendo que o nome do (a) menor não será publicado e será assegurado o seu anonimato.

Concordo voluntariamente que o (a) menor sob minha responsabilidade participe desta pesquisa e sei que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o andamento da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma.

Eu, por intermédio deste, () CONCORDO, dou livremente meu consentimento para que o (a) menor sob minha responsabilidade participe desta pesquisa. () NÃO CONCORDO.

Nome e Assinatura do responsável pelo (a) Participante de Pesquisa

Data

Nome e Assinatura da Testemunha Imparcial

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes desta pesquisa ao responsável pelo (a) participante da pesquisa acima.

Data

Nome e Assinatura do Responsável pela Obtenção do Termo

Data

Rubrica do responsável pelo (a) Participante da Pesquisa

Rubrica do Pesquisador

APÊNDICE F - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Participantes de oito anos a menores de 18 anos de idade)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado**. Seus pais permitiram que você participe. Queremos **analisar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - campus Belo Jardim**. Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de **14 à 17** anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no/a **IFPE - campus Belo Jardim**, desenvolvida em duas etapas. Para isso, será usado/a na primeira etapa, a entrevista semiestruturada, no período de 01/10/2022 à 31/10/2022. Na segunda etapa será usado o grupo focal, no período de 01/12/2022 à 31/12/2022. Todas as entrevistas e encontros do grupo focal serão agendados, em horário em que os estudantes já estejam no campus, não gerando demanda de deslocamento e custos extras. Serão desenvolvidas em sala que ofereça privacidade e sigilo aos(as) participantes. Destacamos que todas as entrevistas serão gravadas, e que cada encontro do grupo focal terá duração aproximada de uma hora, será filmado e fotografado. Posteriormente, as falas serão transcritas na íntegra, duplamente conferidas para fins de análise e armazenadas em computador pessoal da pesquisadora, garantindo-se a fidedignidade dos conteúdos discursivos dos(as) participantes.

RISCOS

O uso do (a) **entrevista e do grupo** é considerado(a) seguro (a), mas é possível ocorrer **algum constrangimento de revelar suas percepções e sentimentos**, mas nós, os pesquisadores, iremos tomar muito cuidado para que esses riscos não aconteçam **mantendo sigilo e confidencialidade**. Caso aconteça algo errado, haverá a disponibilidade de atendimento/acolhimento psicológico ao(a) participante minimizando o possível constrangimento emocional ou você pode nos procurar pelos telefones **(87)981701203 - Maria Rita Valões da Silva e (81)988189844 - Andreza Maria de Lima**.

BENEFÍCIOS

Mas há coisas boas que podem acontecer como os benefícios do estudo para o participante da pesquisa, a comunidade científica e a sociedade, que surgirão à medida em que haja o conhecimento das representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes.

Se você morar longe do **IFPE - campus Belo Jardim**, nós daremos a seus pais dinheiro suficiente para transporte e alimentação para você e eles acompanharem a pesquisa. Seus pais não precisam pagar nada para que você participe desta pesquisa.

Ninguém vai saber que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der, **manteremos sigilo e confidencialidade.**

Quando a pesquisa terminar os resultados vão aparecer **em eventos ou publicações científicas**, mas sem mostrar o seu nome.

Se você não quiser mais participar da pesquisa, você tem todo o direito, pode se recusar e sair a qualquer momento que nada vai acontecer e ninguém vai ficar chateado com você. Você tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer momento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo ou penalização alguma, conforme a Resolução CNS 510 de 2016, Artigo 17, Inciso III. Caso decida interromper sua participação na pesquisa, a equipe de pesquisadores deve ser comunicada e a coleta de dados relativos à pesquisa será imediatamente interrompida e seus dados excluídos.

Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima deste texto.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado.**

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Impressão digital
(opcional)

APÊNDICE G - TERMO DE COMPROMISSO E CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado

Pesquisador responsável: Maria Rita Valões da Silva

Instituição/Departamento de origem do pesquisador: IFPE – campus Olinda

Endereço: Rua Enedino de Freitas, nº 52, Centro, Pesqueira–PE, CEP:55200-000

Telefone para contato: (87) 981701203, **e-mail:** rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br

Orientador: Prof^a Dr^a Andreza Maria de Lima. **Telefone:**(81)988189844, **e-mail:** andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

O pesquisador do projeto acima identificado assume o compromisso de:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do IMIP e que os dados coletados serão armazenados pelo período mínimo de 5 anos após o termino da pesquisa;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos voluntários cujos dados serão estudados e divulgados apenas em eventos ou publicações científicas, de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificá-los;
- Garantir o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais, além do devido respeito à dignidade humana;
- Garantir que os benefícios resultantes do projeto retornem aos(às) participantes da pesquisa, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- Assegurar que os resultados da pesquisa serão anexados na Plataforma Brasil, sob a forma de Relatório Final da pesquisa;
-

O(s) pesquisador (es) declara(m) que os dados coletados nesta pesquisa como: gravações, entrevistas, fotos e filmagens, ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço: Rua Enedino de Freitas, nº 52, Centro, Pesqueira–PE, CEP:55200-000, pelo período de no mínimo 5 anos.

Recife, 05 de agosto de 2022 .

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARIA RITA VALOES DA SILVA
Data: 14/09/2022 17:01:22-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Assinatura do Pesquisador Responsável

Equipe da Pesquisa

Nome	Assinatura
ANDREZA MARIA DE LIMA	<p>Documento assinado digitalmente</p> <p>gov.br Andreza Maria de Lima Data: 14/09/2022 17:23:17-0300 Verifique em https://verificador.iti.br</p>



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE I - CONTEÚDO DO BLOG: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)



1 - BOAS-VINDAS

Você sabe o que faz o Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

Além disso, sabe qual a importância desse profissional nesse espaço sócio-ocupacional?

Entende as atribuições do Assistente Social na Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE)?

E sobre os programas da Assistência Estudantil em que o Assistente Social atua?

Este espaço é coletivo! Então, para alcançarmos os objetivos deste blog, precisamos entender esse universo e nos apropriar dele, de conceitos e informações, para construirmos juntos uma comunidade acadêmica participativa e comprometida. Por isso, você é peça fundamental na construção desse blog.

2 – SOBRE O BLOG

Olá, estudante!

O blog “O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” é um Produto Educacional desenvolvido a partir da pesquisa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - *campus* Olinda. O objetivo da pesquisa foi analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) do IFPE - *campus* Belo Jardim.

Os resultados da pesquisa mostraram que as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos(as) estudantes estão diretamente relacionadas com as relações e vivências pessoais que eles(as) construíram com o profissional Assistente Social. Essas representações sociais favorecem caminhos para repensar-se a prática profissional do Assistente Social, principalmente no que se refere ao campo da Assistência Estudantil.

Neste blog, você encontra informações sobre a prática profissional do Assistente Social na EPT.

Reunimos aqui informações sobre o Assistente Social no IFPE e os programas da Assistência Estudantil em que este profissional atua. Tudo organizado de um jeito prático, fácil e simples, feito para você, estudante.

OBJETIVO DO BLOG

Socializar informações sobre a atuação do Setor de Serviço Social e ações que o Assistente Social desenvolve na EPT diante de toda problemática social que envolve a sociedade, a comunidade escolar e os processos de ensino e aprendizagem.

3 - O ASSISTENTE SOCIAL NA EPT DOS INSTITUTOS FEDERAIS

O QUE FAZ?

O Assistente Social na EPT dos Institutos Federais faz parte de uma equipe multiprofissional, composta por servidores de diversas áreas, dentre eles Psicologia, Pedagogia e Assistente de Alunos, trabalhando no intuito de assegurar a garantia do direito à educação, identificando fatores econômicos, sociais e culturais com o objetivo de minimizar as questões sociais que perpassam o cotidiano no campo educacional.

Os profissionais fazem um trabalho de orientação, acolhimento, escuta e encaminhamento para atendimento especializado quando necessário, além de selecionar alunos para os benefícios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos processos seletivos do *campus*, tendo como base os critérios socioeconômicos dos inscritos.

A prática e a atuação profissional desdobram-se em possibilidades na perspectiva do acesso, desempenho, permanência e êxito de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presentes nos processos de ensino e aprendizagem.

DE QUE FORMA O ASSISTENTE SOCIAL AUXILIA NOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM?

Promovendo ações de articulação com os demais atores que contribuem para a formação do aluno (docentes e equipe multiprofissional), atuando frente às expressões da questão social no âmbito educacional, sendo também inseridos no contexto extraescolar, estabelecendo a relação com a família e a comunidade onde o estudante está inserido, a fim de se garantir efetivamente o direito à educação de qualidade, em uma perspectiva plural e inclusiva, considerando suas diferenças, desigualdades e dificuldades.

QUEM PODE REQUISITAR?

O Assistente Social está disponível para toda a comunidade estudantil.

COMO REQUISITAR?

Para ser atendido, basta ir até o Setor de Serviço Social. Não é necessário agendamento prévio.

ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE

Dentre as atribuições do Serviço Social, destacam-se:

- propor programas específicos para o campus, que atua orientado pela Política de Assistência Estudantil do IFPE;
- planejar, coordenar e avaliar os programas específicos que compõem essa política;
- construir anualmente o perfil socioeconômico da comunidade estudantil do IFPE;
- identificar, selecionar e incluir os(as) estudantes em situação de vulnerabilidade social na Assistência Estudantil;
- acompanhar a organização e distribuição dos benefícios dos programas específicos previstos na Política de Assistência Estudantil;
- diagnosticar as questões sociais que interferem nos processos de ensino e aprendizagem;
- propor alternativas de atendimento às demandas por Assistência Estudantil;
- desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis;
- atuar em espaços de controle social no âmbito do IFPE;
- realizar atendimento e acompanhamento a estudantes e familiares;
- realizar encaminhamentos a serviços de referência;
- participar de grupos de estudo, pesquisa e extensão;
- atuar em equipe multiprofissional;

- realizar eventos e palestras para abordagem de temas de interesse dos(as) estudantes, tais como: trabalho, cidadania, sexualidade, drogas, violência, Assistência Estudantil, discriminação, dentre outros;
- realizar articulação com outras áreas de atuação, como saúde, assistência e previdência.

4 - PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM QUE O ASSISTENTE SOCIAL ATUA

A Política de Assistência Estudantil compreende o desenvolvimento de programas que contemplam questões de vulnerabilidade social, desenvolvimento de habilidades nas áreas de esporte, lazer, arte e cultura, prevenção e promoção da saúde, bem como as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para a permanência e o êxito de estudantes. Essa política estrutura-se em dois Eixos de Ação:

- a) Eixo de Ação 1:** destinam serviços e/ou auxílio financeiro, prioritariamente, a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com vistas a assegurar a permanência e o êxito nos cursos. Devido ao fim a que se destinam, constituem programas imprescindíveis ao corpo discente.
- b) Eixo de Ação 2:** contribuem para a formação intelectual, acadêmica, artístico-cultural, esportiva e profissional dos(as) discentes, além de atenderem a necessidades biopsicossociais e pedagógicas.

PROGRAMAS DO EIXO DE AÇÃO 1

Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica

O Programa de Apoio à Manutenção Acadêmica visa ampliar as condições de permanência e êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, contribuindo para que haja igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas e minimizando os efeitos das desigualdades

biopsicossocioeconômicas e culturais. Esse programa efetiva-se através de repasse de recurso financeiro à pessoa estudante, para auxiliar no custeio de despesas com transporte, alimentação, moradia, creche e outras necessidades relacionadas à manutenção acadêmica, e apresenta abertura de edital a cada início de semestre letivo, condicionado à disponibilidade orçamentária.

Programa de Apoio Financeiro Eventual

O Programa de Apoio Financeiro Eventual tem o objetivo de contribuir para a permanência e o êxito de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que apresentem demandas pontuais não alcançadas por outros programas, como aquelas provenientes de nascimento ou morte no núcleo familiar, calamidade pública e vulnerabilidade temporária. Esse programa efetiva-se a partir da concessão de recurso financeiro em caráter eventual à pessoa estudante, para auxiliar no custeio de despesas decorrentes das condições anteriormente elencadas, e tem caráter de fluxo contínuo, de forma que o auxílio pode ser solicitado a qualquer momento do ano letivo.

Programa de Aquisição de Material de Apoio

O Programa de Aquisição de Material de Apoio objetiva proporcionar equidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas às pessoas estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que necessitam adquirir materiais de apoio à realização de atividades acadêmicas, considerando que a ausência destes possa comprometer o desempenho acadêmico e/ou a frequência discente. Esse programa efetiva-se por meio de repasse de recurso financeiro a membros do corpo discente, para a compra, por exemplo, de material didático essencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao curso, de recursos de tecnologia assistiva, de equipamentos de proteção individual (EPI), de óculos corretivos ou de outros itens que contribuam para o êxito do processo formativo. Esse programa tem caráter de fluxo contínuo, de forma que o auxílio pode ser solicitado a qualquer momento do ano letivo.

PROGRAMAS DO EIXO DE AÇÃO 2

Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico

O Programa de Acompanhamento Biopsicossocial e Pedagógico visa apoiar estudantes em necessidades de ordem biopsicossocial e pedagógica, contribuindo para a manutenção de sua saúde física e mental e para a superação de possíveis entraves em seu desempenho acadêmico. Esse programa compreende ações de orientação e acompanhamento psicológico, pedagógico e/ou social, educação física, educação alimentar e nutricional e de outros/as profissionais da saúde, não exigindo a abertura de edital para sua execução.

Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas

O Programa de Incentivo às Políticas Inclusivas tem o objetivo de estimular a atuação cidadã por meio da participação de estudantes afrodescendentes, quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+ e/ou com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas ações de inclusão social promovidas no âmbito da instituição, considerando as particularidades das minorias sociais e, então, contribuindo para a reparação de desigualdades históricas que impedem a inserção justa e equânime desses discentes no conjunto da sociedade. Esse programa efetiva-se por meio da oferta de auxílio financeiro a discentes com vinculação aos núcleos institucionais de políticas inclusivas e que apresentam vulnerabilidade(s) social(is), para que se dediquem a atividades de cunho teórico e prático de promoção do conhecimento acerca das diferenças, orientadas e supervisionadas por servidores e servidoras do IFPE, sendo executado a partir de edital específico.

Programa de Tutoria de Pares

O Programa de Tutoria de Pares constitui-se como atividade acadêmica por meio da qual estudantes, nas funções de tutor/a e tutorado/a, apoiam-se no processo de aprendizagem, visando ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades relacionados a questões acadêmicas, educacionais e de sociabilidade, a partir de orientação docente. Especificamente, trata-se de um suporte acadêmico/social a estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com previsão de pagamento de bolsa à pessoa tutora. Estudante tutor/a é quem tem matrícula regular em curso da educação básica ou do ensino superior e assiste sociopedagogicamente outro ou outra estudante. Já o/a

estudante tutorado/a, por sua vez, é quem tem matrícula regular no IFPE e tem deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O programa é executado por meio de edital próprio, a partir das demandas e especificidades dos campi, sob gerência dos Napnes e execução por comissão específica.

Programa de Incentivo à Arte e à Cultura

O Programa de Incentivo à Arte e à Cultura tem o objetivo de estimular a vivência da cidadania através da prática artística e cultural, ampliando as oportunidades de acesso e de participação dos(as) estudantes em atividades de arte e cultura, bem como apoiando o desenvolvimento e a socialização de experiências de discentes artistas que possam atuar como agentes culturais na instituição. Esse programa efetiva-se por meio da oferta de auxílio financeiro a estudantes vinculados/as a projetos institucionais, seja como participantes, seja como agentes culturais, para que se dediquem a atividades orientadas e supervisionadas por profissionais do IFPE, preferencialmente da área de artes, e é executado a partir de edital específico.

Programa de Incentivo ao Esporte e ao Lazer

O Programa de Incentivo ao Esporte e ao Lazer objetiva contribuir para o exercício da cidadania, no âmbito das diversas manifestações da cultura corporal, por meio de práticas inerentes a jogos e brincadeiras, dança, luta, ginástica e esporte. Esse programa efetiva-se por meio da oferta de auxílio financeiro a estudantes vinculados/as a projetos institucionais, para que se dediquem a atividades orientadas e supervisionadas por professores/as de Educação Física do IFPE, nas mais diversas modalidades, bem como possam participar de competições nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional, executando-se a partir de edital específico.

5 - TIRA DÚVIDAS (links)

Você está com dúvidas em relação às ações desenvolvidas pelo Assistente Social e a outros assuntos relacionados ao Serviço Social? Essa página pode ajudar você.

EU, ESTANDO MATRICULADO NO IFPE, JÁ TENHO DIREITO AOS PROGRAMAS?

Não. Você precisa ficar de olho nos editais! Quando houver algum edital aberto, você precisa se inscrever, enviar toda a documentação e estar de acordo com os requisitos informados no edital. Ainda há a possibilidade de você ter todos os requisitos, mas ficar em fila de espera, em razão de não existirem recursos orçamentários suficientes para beneficiar a todos os(as) estudantes que possuem esse direito.

COMO POSSO TER ACESSO AOS PROGRAMAS?

Você precisa ficar de olho no site onde são divulgados os editais na íntegra, nas mídias sociais do IFPE e nos murais do Instituto, pois nesses canais são divulgados os editais que estão abertos. Havendo um edital com inscrições abertas, você deverá ler todos os itens e seguir os passos comunicados lá para fazer a sua inscrição.

QUEM PODE SE CANDIDATAR AOS PROGRAMAS?

Todos os(as) estudantes que estão regularmente matriculados e que estejam frequentando assiduamente às aulas.

QUAIS SÃO OS CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS?

- O estudante deverá estar regularmente matriculado no IFPE e cursando, no mínimo, três componentes curriculares. Deverá, ainda, ter renda familiar per capita (renda total familiar dividida pela quantidade de pessoas da família) de até 1,5 do salário mínimo nacional, considerando-se a renda bruta familiar.
- Cada *campus* deverá abrir editais anuais/semestrais e divulgá-los em suas dependências;
- A participação em quaisquer um dos processos seletivos não implica, necessariamente, a concessão do benefício;
- A análise socioeconômica será realizada pela Assistente Social, podendo ser usados como instrumentos o formulário de inscrição, documentação comprobatória, questionário socioeconômico, entrevista social, visita domiciliar (quando essa profissional julgar necessário) e parecer social;

QUAL É A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CONCORRER AOS PROGRAMAS?

Os documentos estão disponíveis junto aos demais arquivos referentes ao edital aberto. Para cada novo edital, há uma nova lista de documentos obrigatórios, que

pode ou não variar em relação ao edital anterior. Por isso, é importante sempre ler o novo edital quando for aberto.

COMO FAÇO PARA CONCORRER?

Deve-se fazer a inscrição dentro do devido prazo determinado no edital e anexar toda a documentação necessária.

PESSOAS DA MESMA FAMÍLIA PODEM SER BENEFICIADAS PELOS PROGRAMAS?

Sim! É possível dois estudantes da mesma família participarem dos programas ao mesmo tempo, se ambos preencherem os requisitos do edital.

POSSO CONCORRER A MAIS DE UM PROGRAMA?

Sim. Todos os benefícios são cumulativos. O estudante pode concorrer a quantos ele quiser, mas não quer dizer que receberá todos os solicitados.

COMO É FEITA A SELEÇÃO?

A seleção é realizada por meio de análise socioeconômica, obedecendo criteriosamente a ordem de menor renda per capita, observando a situação de vulnerabilidade econômica e social, a situação de saúde, as condições de moradia e o desempenho acadêmico.

O QUE É RENDA FAMILIAR E RENDA PER CAPITA?

A renda familiar é a soma total dos rendimentos brutos recebidos por todos os membros da família. Renda familiar per capita é a divisão da renda familiar pelo número de pessoas da família.

É NECESSÁRIO FAZER O RECADASTRAMENTO NOS PROGRAMAS NO INÍCIO DO SEMESTRE LETIVO?

Sim. Todos os anos é obrigatório fazer o cadastramento no 2º semestre letivo para continuar recebendo.

A RENOVAÇÃO É AUTOMÁTICA?

Não. Você deverá candidatar-se novamente todos os anos ou quando acabar a vigência do pagamento, de acordo com o edital. Fique atento, pois não serão aceitos pedidos fora do prazo.

POSSO PERDER O DIREITO AOS PROGRAMAS?

Sim. De acordo com as seguintes situações, você perderá o direito e/ou será excluído dos Programas de Assistência Estudantil (PAE):

- Desistir do curso;

- Trancar a matrícula;
- Apresentar comportamento inadequado em sala de aula, ou nas dependências do Instituto;
- Omitir ou falsificar informações e/ ou documentos;
- Reprovar em mais de três disciplinas;
- Estar suspenso do curso;
- Superar a situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Não estiver cursando o mínimo de disciplinas previsto no edital.

QUAIS OS CRITÉRIOS PARA A PERMANÊNCIA NOS PROGRAMAS?

Matrícula e frequência regular nos cursos do IFPE, admitindo a retenção em até três componentes curriculares cumulativamente. Caso o estudante extrapole a quantidade de reprovações já citadas, caberá à equipe multiprofissional a avaliação do caso.

ALTEROU-SE A CONFIGURAÇÃO OU RENDA FAMILIAR. O QUE FAZER?

Caso você esteja recebendo o auxílio estudantil e a renda da sua família se modifique (diminua ou aumente), e/ou o número de pessoas da família se altere, você deve comunicar à Assistente Social do seu campus, para que ela possa atualizar a sua documentação.

POR QUE NEM TODOS OS(AS) ESTUDANTES QUE ESTÃO APTOS RECEBEM OS AUXÍLIOS?

Em razão da falta de recursos orçamentários (dinheiro disponibilizado pelo governo para o programa), esses alunos ficam em lista de espera. Quando há disponibilidade financeira, esses alunos poderão receber o auxílio.

O QUE É INTERPOSIÇÃO DE RECURSO?

É recorrer de uma decisão, caso você não esteja concordando com ela. No caso dos PAE, você pode recorrer se a sua inscrição tiver sido indeferida. O recurso deve ser feito através de um formulário.

A QUEM DEVO PROCURAR EM CASO DE DÚVIDAS RELATIVAS AOS PROGRAMAS?

Você pode entrar em contato na seção de contatos deste blog. Temos ainda o "Fale conosco" para você tirar suas dúvidas ou enviar sugestões de melhoria. Há uma grande rede de apoio disposta a te ajudar no que for preciso e possível!

6 - PARA SABER + (links)

PAE - Política de Assistência Estudantil do IFPE

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

EDITAL – Manutenção Acadêmica

7 - QUEREMOS OUVIR VOCÊ

Por isso, conte com o nosso “Fale conosco” para registrar críticas, elogios e sugestões!

Fale conosco:

Nome

Email

8 – QUEM SOMOS NÓS?

MARIA RITA

Idealizadora do blog. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Pesqueira, rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br;

ORIENTADORA: ANDREZA MARIA DE LIMA

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua nas licenciaturas em Física e Matemática do *campus* Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no *campus* Olinda, andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

9 – CONTATOS

Caso você precise entrar em contato com a equipe de Assistência Estudantil dos Campi, seguem os contatos.

Campus	E-mail
Abreu e Lima	daee@abreuelima.ifpe.edu.br
Afogados da Ingazeira	cae@afogados.ifpe.edu.br

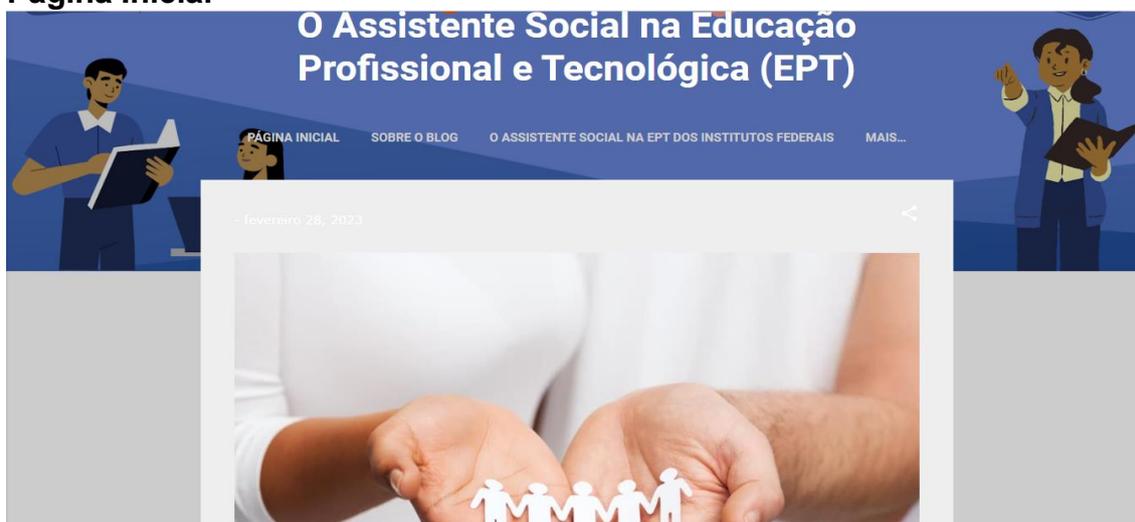
Barreiros	cgae@barreiros.ifpe.edu.br
Belo Jardim	cgae@belojardim.ifpe.edu.br
Cabo de Santo Agostinho	daee@cabo.ifpe.edu.br
Caruaru	caee@caruaru.ifpe.edu.br
Garanhuns	caee@garanhuns.ifpe.edu.br
Igarassu	daee@igarassu.ifpe.edu.br
Ipojuca	caes@ipojuca.ifpe.edu.br
Jaboatão dos Guararapes	daee@jaboatao.ifpe.edu.br
Olinda	daee@olinda.ifpe.edu.br
Palmares	daee@palmares.ifpe.edu.br
Paulista	daee@paulista.ifpe.edu.br
Pesqueira	dae@pesqueira.ifpe.edu.br
Recife	dae@recife.ifpe.edu.br
Vitória de Santo Antão	cgae@vitoria.ifpe.edu.br



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE J – IMAGENS DO BLOG

Página Inicial



Sobre o Blog



O Assistente Social na EPT dos Institutos Federais

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

O Assistente Social na EPT dos Institutos Federais

O QUE FAZ?

O Assistente Social na EPT dos Institutos Federais faz parte de uma equipe multiprofissional, composta por servidores de diversas áreas, dentre eles Psicologia, Pedagogia e Assistente de Alunos, trabalhando no intuito de assegurar a garantia do direito à educação, identificando fatores econômicos, sociais e culturais com o objetivo de minimizar as questões sociais que perpassam o cotidiano no campo educacional.

Os profissionais fazem um trabalho de orientação, acolhimento, escuta e encaminhamento para atendimento especializado, quando necessário, além de selecionar alunos para os benefícios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos processos seletivos do campus, tendo como base os critérios socioeconômicos dos inscritos.

A prática e atuação profissional desdobram-se em possibilidades na perspectiva do acesso, desempenho, permanência e êxito de estudantes, buscando a efetivação dos direitos e o pleno exercício da cidadania presentes nos processos de ensino e aprendizagem.

Programas da Assistência Estudantil que o Assistente Social atua

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Programas da Assistência Estudantil que o Assistente Social atua

A Política de Assistência Estudantil do IFPE compreende o desenvolvimento de programas que contemplam questões de vulnerabilidade social, desenvolvimento de habilidades nas áreas de esporte, lazer, arte e cultura, prevenção e promoção da saúde, bem como as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de contribuir para a permanência e o êxito de estudantes. Esta Política estrutura-se em dois Eixos de Ação:

a) Eixo de Ação 1: destinam serviços e/ou auxílio financeiro, prioritariamente, a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com vistas a assegurar a permanência e o êxito nos cursos. Devido ao fim a que se destinam, constituem programas imprescindíveis ao corpo discente.

b) Eixo de Ação 2: contribuem para a formação intelectual, acadêmica, artístico-cultural, esportiva e profissional dos(as) discentes, além de atenderem a necessidades biopsicossociais e pedagógicas.

PROGRAMAS DO EIXO DE AÇÃO 1

Tira Dúvidas

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Tira Dúvidas

Você está com dúvidas em relação às ações desenvolvidas pelo Assistente Social e outros assuntos relacionados ao Serviço Social? Essa página pode ajudar você.

EU, ESTANDO MATRICULADO NO IFPE, JÁ TENHO DIREITO AOS PROGRAMAS?

Não. Você precisa ficar de olho nos editais! Quando houver algum edital aberto, você precisa se inscrever, enviar toda a documentação e estar de acordo com os requisitos informados no edital. Ainda há a possibilidade de você ter todos os requisitos, mas ficar em fila de espera, em razão de não existirem recursos orçamentários suficientes para beneficiar a todos os(as) estudantes que possuem esse direito.

COMO POSSO TER ACESSO AOS PROGRAMAS?

Você precisa ficar de olho no site onde são divulgados os editais na íntegra, nas mídias sociais do IFPE e nos murais do Instituto, pois nesses canais são divulgados os editais que estão abertos. Havendo um edital com inscrições abertas, você deverá ler todos os itens e seguir os passos comunicados lá para fazer a sua inscrição.

Para saber mais

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Para saber mais

[EDITAL - Manutenção Acadêmica](#)

[PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil](#)

[PAE - Política de Assistência Estudantil do IFPE](#)

Digite um comentário

Queremos ouvir você

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Queremos ouvir você

Por isso, conte com o nosso "Fale conosco" para registrar críticas, elogios e sugestões.
Deixe um comentário com sua opinião!

Digite um comentário

Quem somos nós

O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Quem Somos Nós

MARIA RITA
Idealizadora do blog. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *campus* Pesqueira, rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br;

ORIENTADORA: ANDREZA MARIA DE LIMA
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do IFPE. Atua nas licenciaturas em Física e Matemática do *campus* Pesqueira. É professora permanente do ProfEPT, no *campus* Olinda, andreza.lima@pesqueira.ifpe.edu.br.

COLABORADORES (AS):

Welison Silva: Criador do blog.
Carla Moura: Criadora do blog e design.

Digite um comentário

Contatos



O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

PÁGINA INICIAL MAIS...

Contatos

Caso você precise entrar em contato com a equipe de Assistência Estudantil dos Campi, segue abaixo os contatos.

Campus	E-mail
Abreu e Lima	daee@abreuelima.ifpe.edu.br
Afogados da Ingazeira	cae@afogados.ifpe.edu.br
Barreiros	cgae@barreiros.ifpe.edu.br
Belo Jardim	cgae@belojardim.ifpe.edu.br
Cabo de Santo Agostinho	daee@cabo.ifpe.edu.br
Caruaru	caee@caruaru.ifpe.edu.br
Garanhuns	caee@garanhuns.ifpe.edu.br



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (ProfEPT)**

APÊNDICE K - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO BLOG

Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Maria Rita Valões da Silva – Mestranda

Produto Educacional: Blog “O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”

Caro estudante,

Com o objetivo de facilitar a avaliação do Produto Educacional mencionado, preciso de sua participação respondendo este questionário, após acessar o blog pelo link <https://assistentesocialept.blogspot.com/>. As informações fornecidas serão mantidas no anonimato. Os(as) avaliadores(as) têm total liberdade para contribuir com sugestões de melhoria.

Se você tiver dúvidas ou problemas para preencher o questionário, poderá entrar em contato comigo pelo e-mail: rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br ou WhatsApp: (87) 981701203.

Antecipadamente agradeço sua participação!

1. O que você achou do blog? Justifique.
2. Você considera que os conteúdos foram abordados de maneira esclarecedora? Justifique.
3. As informações e os conteúdos apresentados no blog estão adequados? Justifique.
4. Os links e materiais de apoio contribuem para o aprofundamento no tema? Justifique
5. O blog como ferramenta de divulgação e troca de conhecimento é viável? Justifique.
6. Em sua opinião, o blog contribuiu para a construção de conhecimentos sobre a atuação profissional do Assistente Social na EPT?
7. Para você, de que forma o blog poderá contribuir para os processos de ensino e aprendizagem?
8. O blog respondeu o objetivo de socializar as informações do Setor de Serviço Social sobre sua atuação e ações que o Assistente Social desenvolve na EPT?
9. Em sua opinião, o blog pode trazer contribuições para o ensino na perspectiva da formação integral?
10. Relate o que você achou do layout (visual) do blog.
11. Você gostaria de sugerir alguma melhoria para o blog?

ANEXO A - SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE) -
CAMPUS OLINDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM
REDE NACIONAL (ProfEPT)**

Recife, 04 de maio de 2022

Da Profa. Andreza Maria de Lima

À Direção geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco –
campus Belo Jardim

Cumprimentando V. Sa., venho solicitar autorização para que a estudante **Maria Rita Valões da Silva**, regularmente matriculada no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), possa desenvolver suas atividades de pesquisa com estudantes do Ensino Médio Integrado desta instituição, relativas ao Projeto de Pesquisa provisoriamente intitulado “**O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado**”.

Considerando o empenho desta instituição em colaborar com a qualidade da educação pública, bem como a produção do conhecimento em educação, agradecemos, antecipadamente, a colaboração para o êxito da pesquisa.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Andreza Maria de Lima'.

PROFA. ANDREZA MARIA DE LIMA
ORIENTADORA

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Pesquisador: MARIA RITA VALOES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 62837922.0.0000.5201

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.670.062

Apresentação do Projeto:

Resposta sobre as pendências indicadas no parecer consubstanciado nº 5.642.572, de 14 de setembro de 2022, desse CEP IMIP, referentes ao projeto de pesquisa: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO.

Objetivo da Pesquisa:

"Analisar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas por estudantes dos cursos de EMI do IFPE - campus Belo Jardim. [Assim como:] Identificar as representações sociais do Assistente Social na EPT construídas pelos estudantes; Compreender o processo de construção das representações sociais do Assistente Social na EPT dos estudantes; Compreender as contribuições do Assistente Social na trajetória escolar dos estudantes a partir das representações sociais construídas; Elaborar como Produto Educacional um blog sobre o Assistente Social na EPT".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avaliados anteriormente em parecer consubstanciado, nº 5.642.572, de 14 de setembro de 2022, desse CEP IMIP.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa para Mestrado Profissional, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

Endereço: Rua dos Coelhos, 300

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.070-902

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-4756

Fax: (81)2122-4782

E-mail: comitedeetica@imip.org.br



Continuação do Parecer: 5.670.062

Pernambuco (IFPE), que trata-se de estudo de natureza qualitativa que fará uso da Técnica de Análise de Conteúdo Categorial através da realização de entrevista semiestrutura, na primeira etapa, e grupo focal, na segunda, com a participação de 12 estudantes, com idade entre 17 e 20 anos, dos cursos técnicos integrados, participantes da Política de Assistência Estudantil do IFPE - campus Belo Jardim.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram acatadas e corrigidas as pendências indicadas no parecer consubstanciado nº 5.642.572, de 14 de setembro de 2022, desse CEP IMIP, como seguem:

PENDÊNCIA 1: Termo de compromisso e confidencialidade: Assinatura digital somente por uma pesquisadora. O termo deverá ser assinado por todos os pesquisadores envolvidos no estudo. Solicita-se adequação.

RESPOSTA 1: Incluímos ambas assinaturas.

ANÁLISE: pendência atendida

PENDÊNCIA 2: No TCLE dos responsáveis: No 3º paragrafo foi mantido inadequadamente o trecho "e com a equipe médica antes..." para prestar explicações sobre palavras e/ou frases que a pessoa não entenda. Retirar o trecho. SOLICITA-SE ADEQUAÇÃO

RESPOSTA 2: O trecho foi retirado conforme solicitado, ficando da seguinte forma: Caso haja alguma palavra ou frase que você não entenda, converse com a pessoa responsável por obter este consentimento, para mais esclarecimentos. Caso prefira, converse com os seus familiares e amigos antes de tomar uma decisão. Se você tiver dúvidas depois de ler estas informações, entre em contato com o pesquisador responsável;

ANÁLISE: pendência atendida

Endereço: Rua dos Coelhos, 300	CEP: 50.070-902
Bairro: Boa Vista	
UF: PE	Município: RECIFE
Telefone: (81)2122-4756	Fax: (81)2122-4782
	E-mail: comitedeetica@imip.org.br



Continuação do Parecer: 5.670.062

PENDÊNCIA 3: No Item "Avaliação dos Riscos e Benefícios" é apresentado no protocolo da pesquisa o risco mínimo de constrangimento do(a) participante da pesquisa ao "revelar suas percepções e sentimentos durante a entrevista e o grupo focal". Solicita-se apresentar/disponibilizar proposta, para além de simplesmente informar sobre a participação ser voluntária, de atendimento/acolhimento psicológico ao(a) participante minimizando o possível constrangimento emocional. **SOLICITA-SE ADEQUAÇÃO**

RESPOSTA 3: O risco mínimo que poderá surgir está relacionado ao constrangimento de revelar suas percepções e sentimentos durante a entrevista e o grupo focal. Se ocorrer, haverá a disponibilidade de atendimento/acolhimento psicológico ao(a) participante minimizando o possível constrangimento emocional.

ANÁLISE: pendência atendida

SITUAÇÃO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: APROVADO

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1938579.pdf	18/09/2022 08:15:35		Aceito
Outros	Carta de Encaminhamento de Pendência.docx	18/09/2022 08:13:40	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	18/09/2022 08:08:21	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MAIORES.pdf	18/09/2022 08:06:30	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_RESPONSIVEIS.pdf	18/09/2022 08:04:09	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETO.pdf	18/09/2022	MARIA RITA	Aceito

Endereço: Rua dos Coelho, 300

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.070-902

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-4756

Fax: (81)2122-4782

E-mail: comitedeetica@imip.org.br



Continuação do Parecer: 6.670.062

/ Brochura Investigador	PROJETO.pdf	08:02:49	VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIDENCIALIDADE.pdf	14/09/2022 17:28:12	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	08/08/2022 09:16:10	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	03/08/2022 18:27:38	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_Reitor.pdf	03/08/2022 11:13:23	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_ANUENCIA_DIRECAO.pdf	24/05/2022 13:51:47	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	GRUPO_FOCAL_III.pdf	17/05/2022 17:51:22	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	GRUPO_FOCAL_II.pdf	17/05/2022 17:50:31	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	GRUPO_FOCAL_I.pdf	17/05/2022 17:49:58	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	ROTEIRO_ENTREVISTA.pdf	17/05/2022 17:49:20	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	Curriculo_Maria_Rita.pdf	17/05/2022 17:47:52	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Outros	CURRICULO_Andreza.pdf	17/05/2022 17:46:37	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	11/05/2022 19:43:07	MARIA RITA VALOES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 28 de Setembro de 2022

Assinado por:
Carmina Silva dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua dos Coelhos, 300

Bairro: Boa Vista

CEP: 50.070-902

UF: PE

Município: RECIFE

Telefone: (81)2122-4756

Fax: (81)2122-4782

E-mail: comitedeetica@imip.org.br

ANEXO C – CARTA DE ANUÊNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO
CAMPUS BELO JARDIM | DIREÇÃO GERAL

Av. Sebastião Rodrigues da Costa, s/n – Bairro São Pedro – Belo Jardim-PE – CEP: 55155-730
 (081) 3411-3200 / E-mail: dg@belojardim.ifpe.edu.br

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Rita Valões da Silva, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **“O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes de Ensino Médio Integrado”**, que está sob a coordenação/orientação do(a) Prof. (a) Dr^ª Andreza Maria de Lima cujo objetivo é analisar as representações sociais do Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica construídas por estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – Campus Belo Jardim, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus* Belo Jardim.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Belo Jardim, 09 de maio de 2022.

JOAO SAMARONE Assinado de forma digital por
ALVES DE LIMA Dados: 2022.05.18 12:14:05 -0300'

João Samarone Alves de Lima
 Diretor-Geral Substituto do IFPE Campus Belo Jardim

ANEXO D - TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Olinda/Divisão de Pesquisa e Extensão/Coordenação do Mestrado PROFEPT

TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DESCRITIVAS EXTERNAS NAS DEPENDÊNCIAS DO IFPE

(Aprovado pela Resolução Consup IFPE nº 29, de 18 de setembro de 2017
Alterado Ad Referendum pela Resolução Consup IFPE nº 100, de 15 de outubro de 2021,
homologada pela Resolução Consup IFPE nº 119, de 24 de fevereiro de 2022)

DADOS DO(A) PESQUISADOR(A)

Nome: Maria Rita Valões da Silva
Cargo/Instituição: Assistente Social/IFPE – Campus Pesqueira
Telefone(s) com DDD: (087) 981701203
E-mail: rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Programa de Pós-Graduação: Educação Profissional e Tecnológica
Curso/Instituição: ProfEPT/Campus Olinda
Título da pesquisa: **O Assistente Social na Educação Profissional e Tecnológica: representações sociais de estudantes do Ensino Médio Integrado**
Orientador(a): Profª Drª Andreza Maria de Lima

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco autoriza a realização, em suas dependências, de entrevistas e/ou levantamento de dados e informações inerentes à execução do projeto de pesquisa acima especificado, desde que sejam atendidas as seguintes considerações:

- 1) A pesquisa deve atender às determinações éticas das Resoluções nº 510/2016 e nº 466/2012 do CNS/MS, nos casos de pesquisas envolvendo seres humanos, com o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados;
- 2) O(a) responsável pela pesquisa obriga-se a prestar todos os esclarecimentos necessários, quando solicitado por qualquer instância do IFPE;
- 3) O IFPE não arcará com nenhuma despesa decorrente das atividades relacionadas à pesquisa desenvolvida;
- 4) Atendimento aos marcos regulatórios do IFPE.

Recife, data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente
Assinatura do Reitor



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Souza de Andrade, Reitor(a) em exercício**, em 29/07/2022, às 14:44, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=269479&infra_sistem... 1/2

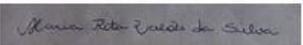
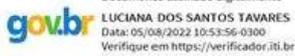


A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0247040** e o código CRC **97D577BD**.

ANEXO E – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: O ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 12			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7, Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: MARIA RITA VALOES DA SILVA			
6. CPF: 073.951.034-75		7. Endereço (Rua, n.º): Rua Enedino de Freitas centro PESQUEIRA PERNAMBUCO 55200000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 87981701203	10. Outro Telefone:
		11. Email: rita.valoes@pesqueira.ifpe.edu.br	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 06 / 05 / 2022		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO		13. CNPJ: 10.767.239/0014-60	14. Unidade/Órgão:
15. Telefone: (81) 2125-1608		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: LUCIANA DOS SANTOS TAVARES		CPF: 896.172.744-34	
Cargo/Função: DOCENTE/DIRETORA-GERAL		 Documento assinado digitalmente LUCIANA DOS SANTOS TAVARES Data: 05/08/2022 10:53:56-0300 Verifique em https://verificador.iti.br	
Data: 05 / 08 / 2022		Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO – IFPE Campus Olinda, Av. Fagundes Varela, 375 – B. Jd. Atlântico – Cid. Olinda – CEP: 53140-080 Pernambuco – CNPJ: 10.767.239/0014-60			
Não se aplica.			

ANEXO F - PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO EM EBOOK

